



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ALESSANDRA ALVES PEREIRA

**Pelos meandros da desigualdade: interseccionalidade e formação
socioespacial**

Três Lagoas (MS), inverno de 2025

ALESSANDRA ALVES PEREIRA

**Pelos meandros da desigualdade: interseccionalidade e formação
socioespacial**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia CPTL/UFMS – Linha de
Pesquisa: Dinâmica Territorial no
Campo e na Cidade, como exigência
para obtenção de título de Mestre
em Geografia, sob orientação da
Prof. Dr. Thiago Araujo Santos

Três Lagoas (MS), inverno de 2025
ALESSANDRA ALVES PEREIRA

**Pelos meandros da desigualdade: interseccionalidade e formação
socioespacial**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia/CPTL/UFMS – Linha de
Pesquisa: Dinâmica Territorial no
Campo e na Cidade, como exigência
para obtenção de título de Mestre
em Geografia, sob orientação da
Prof. Dr. Thiago Araujo Santos.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Araujo Santos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Presidente e Orientador

Profa. Dra. Patrícia Helena Milani
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Membro Interno

Profa. Dra. Valéria Rodrigues Pereira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Membro Interno

Prof. Dr. Ivan Ignácio Pimentel
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
Membro Externo

Três Lagoas (MS), inverno de 2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos que vieram antes de mim, que me deixaram os lastros materiais e imateriais para sonhar; aos que estão comigo no tempo-espço presente, também sonhando; e aos que virão depois, para que eu possa lhes deixar caminhos possíveis para terem cada vez mais tempo e condições de sonhar.

— Esse é um lembrete para mim mesma, de que preciso sonhar.

AGRADECIMENTOS

Aos que me formaram como neta, filha, irmã, tia, sobrinha, companheira, aluna, amiga.

Agradeço a quem foi suporte presencial, cotidiano ou não, a quem foi compreensivo a distância, a quem compreendeu a ausência, a quem se fez presente noites/madrugadas adentro, obrigada!

Ao meu orientador, que constrói esse trabalho efetivamente a quatro mãos, que mesmo sem muitas aptidões (mútuas) para convenções sociais, fez do nosso diálogo um lugar confortável para as angústias surgirem e para as dúvidas tomarem forma, e encontrar prazer em desatar os nós do rami-rami.

Aos meus estudantes, minha equipe gestora na educação do campo, meus colegas de trabalho, que sempre me apoiaram, acolheram minhas angústias e dentro das possibilidades construíram possibilidades de suporte para o caminho continuar sendo trilhado.

A minha terapeuta que me lembra semanalmente de me nutrir e me fazer sujeita-presente no meu processo de escrita e desenvolvimento da pesquisa.

A minha banca, que foi ouvido atento e cuidadoso no meu processo formativo, aos meus professores que criaram terreno fértil para as dúvidas surgirem durante as disciplinas, e aos movimentos sociais que me permitiram mais oportunidades de acesso e permanência na educação.

PRÓLOGO

Tenho dificuldade em começar a escrever; as primeiras linhas são as mais difíceis. Nele existe o peso de tentar fazer alguém ficar e continuar se apegando pelo que escrevo. Isso me faz pensar para onde estou indo com minha escrita - colaborando para aumentar a angústia. Já que compreendo o caminho - da abstração e materialização - deste trabalho não é uma linha reta onde vislumbro um final passível de plena dedução. Considero com ênfase de que são caminhos de possibilidade. E desejo que ao final deste trabalho, eu esteja em outro lugar, com outra bagagem, - sem interpelar esse “outro” com juízo de valor -, para honrar todos que vieram antes de mim, portanto, preciso apenas continuar a me mover.

Esta dissertação, como todo o processo da minha pós-graduação, emerge do desejo de continuar construindo coletivamente meu processo de ser aluna/professora assim, concomitante e indissociável.

De algum modo devo isso aos que me formaram: minha avó, que me ensinou a amar aquilo que me move e a nutrir com toda a minha existência o que me motiva a acordar na próxima manhã; minha mãe, que me ensinou a defender o que acredito, a ser fiel às minhas convicções e a não me trair no caminho, que o regalo está no processo; meus irmãos, que me ensinaram desde cedo a importância da argumentação concreta e da justiça social, mesmo quando o que se tem é um pacote de bolacha para dividir em três.

Meus professores, que me ensinaram a aprender e a ensinar geografia, e a me apaixonar por ela. Além disso, me mostraram que os sujeitos não são objetos a ter função utilitária no processo de construção científica. Bem como, me ajudaram a compreender que meu lugar no mundo é contraditório, complexo e condicionado às bases materiais para minha reprodução, mas isso tudo que não inibe a minha agência sobre a realidade.

Este trabalho é resultado de contribuições a várias mãos, bocas, ouvidos, corpos e experiências. Com isso, quero evidenciar o caráter subversivo, tangenciando possibilidades de existir e esbravejando que a

geografia pode analisar a realidade com outras lentes, sem isso diminuir o caráter e a densidade teórica, e que o que faço é geografia a serviço do lugar coletivo em que me encontro.

EPÍGRAFE

**Que seja
Real além da conta
O que a gente precisa
É aprender sonhar**

Tudo - Liniker

RESUMO

Nesta dissertação, busquei compreender de que forma a interseccionalidade pode ser utilizada como ferramenta analítica na Geografia para explicar a formação socioespacial brasileira, considerando que as desigualdades de gênero, raça e classe não operam isoladamente, mas articulada e estrutural. Minha escolha por essa abordagem se justifica pela necessidade de tensionar a tradição geográfica que, muitas vezes, invisibiliza as dimensões identitárias na análise do território. Compreendo que o Brasil carrega, em sua constituição, os traços de um modelo colonial, escravocrata e patriarcal que, mesmo sob novas formas, persiste na organização do espaço, nas políticas públicas, na distribuição de direitos e na reprodução das opressões. Diante disso, assumi a interseccionalidade não apenas como conceito, mas como uma prática política e epistêmica que me permite enxergar os sujeitos e os territórios de maneira situada, complexa e crítica. Utilizei o método histórico-dialético como base teórico-metodológica, articulando revisão bibliográfica crítica com autores como Lélia Gonzalez, Milton Santos, Angela Davis, Patricia Hill Collins e Jessé Souza, à análise de dados secundários (INFOPEN, IBGE, CEDRA, ...) e documentos legais como a Lei de Terras e a Lei de Drogas. Meu recorte territorial é o Brasil, com ênfase em processos históricos e contemporâneos que evidenciam a espacialização das desigualdades, como o encarceramento em massa, o racismo institucional e as lutas dos movimentos sociais. Assim, reafirmo a Geografia como ciência comprometida com a justiça social e a interseccionalidade como instrumento de análise e transformação.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Formação Socioespacial; Capitalismo Dependente; Geografia

ABSTRACT

In this dissertation, I sought to understand how intersectionality can be used as an analytical tool in Geography to explain Brazil's socio-spatial formation, considering that gender, race, and class inequalities do not operate in isolation, but in an articulated and structural manner. My choice for this approach is justified by the need to challenge the geographical tradition that often renders identity dimensions invisible in territorial analysis. I understand that Brazil carries, in its constitution, the traits of a colonial, slave-based, and patriarchal model that, although under new forms, still persists in the organization of space, public policies, the distribution of rights, and the reproduction of oppression. In this context, I adopted intersectionality not only as a concept but also as a political and epistemic practice that allows me to perceive subjects and territories in a situated, complex, and critical way. I employed the historical-dialectical method as the theoretical-methodological foundation, combining a critical literature review — drawing on authors such as Lélia Gonzalez, Milton Santos, Angela Davis, Patricia Hill Collins, and Jessé Souza — with the analysis of secondary data (INFOPEN, IBGE, CEDRA, ...) and legal documents such as the Land Law and the Drug Law. My territorial focus is Brazil, with emphasis on historical and contemporary processes that reveal the spatialization of inequalities, such as mass incarceration, institutional racism, and the struggles of social movements. Thus, I reaffirm Geography as a science committed to social justice, and intersectionality as a powerful tool for analysis and transformation.

Keywords: Intersectionality; Socio-spatial Formation; Dependent Capitalism; Geography

RESUMEN

En esta disertación, busqué comprender de qué manera la interseccionalidad puede ser utilizada como una herramienta analítica en la Geografía para explicar la formación socioespacial de Brasil, considerando que las desigualdades de género, raza y clase no actúan de forma aislada, sino de manera articulada y estructural. Mi elección por este enfoque se justifica por la necesidad de tensionar la tradición geográfica que, muchas veces, invisibiliza las dimensiones identitarias en el análisis del territorio. Entiendo que Brasil lleva en su constitución las marcas de un modelo colonial, esclavista y patriarcal que, aunque bajo nuevas formas, persiste en la organización del espacio, en las políticas públicas, en la distribución de derechos y en la reproducción de las opresiones. En este contexto, asumí la interseccionalidad no solo como un concepto, sino como una práctica política y epistémica que me permite observar a los sujetos y a los territorios de forma situada, compleja y crítica. Utilicé el método histórico-dialéctico como base teórico-metodológica, articulando una revisión bibliográfica crítica — dialogando con autoras y autores como Lélia Gonzalez, Milton Santos, Angela Davis, Patricia Hill Collins y Jessé Souza — con el análisis de datos secundarios (INFOPEN, IBGE, CEDRA, ...) y documentos legales como la Ley de Tierras y la Ley de Drogas. Mi recorte territorial es Brasil, con énfasis en procesos históricos y contemporáneos que evidencian la espacialización de las desigualdades, como el encarcelamiento masivo, el racismo institucional y las luchas de los movimientos sociales. Así, reafirmo la Geografía como una ciencia comprometida con la justicia social, y la interseccionalidad como una herramienta potente de análisis y transformación.

Palabras clave: Interseccionalidad; Formación Socioespacial; Capitalismo Dependiente; Geografía

SUMÁRIO

MEANDROS DA PESQUISA	15
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - INTERSECCIONALIDADE: SISTEMATIZAÇÃO E POTENCIAL TRANSFORMADOR NA COMPREENSÃO DAS DESIGUALDADES	21
1.1 Contexto Histórico	23
1.2 Mobilização do conceito e limites	34
1.3 Gênero, Raça e Classe: Dinamismo e Transformações nas Categorias Identitárias	41
CAPÍTULO 2 - CAPITALISMO DEPENDENTE E FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL COMO CHAVES INTERPRETATIVAS	71
2.1 Capitalismo Dependente e a Configuração Socioespacial: Desigualdades na Estruturação Social	72
2.2 Formação Econômica e Social: A chave interpretativa para um olhar crítico sobre as raízes das desigualdades	74
CAPÍTULO 3 - FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E INTERSECCIONALIDADE PARA PENSAR O BRASIL	91
3.1 Encarceramento como prática de privação de direitos interseccionada	97
3.2 Movimentos Sociais e as contribuições para pensar internacionalmente a luta por direitos internacionalmente no Brasil	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS: INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA DE BUSCA POR JUSTIÇA SOCIAL EFETIVA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

LISTA DE SIGLAS

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

CEDRA - Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de espacialização da Força de trabalho ocupada em cargos de gerência por sexo e raça/cor, 2023

Figura 2: Mapa de espacialização da Força de trabalho ocupada em cargos de gerência por sexo e raça/cor, 2023

Figura 3: Mapa de espacialização da População ocupada no trabalho principal segundo posição da ocupação por sexo e raça/cor, 2023

Figura 4: Mapa de espacialização da População ocupada no trabalho principal segundo posição da ocupação por sexo e raça/cor, 2023

Figura 5: Evolução das mulheres privadas de liberdade (em mil) entre 2000 e 2016

Figura 6: População prisional feminina por unidade da federação

Figura 7: Taxa de aprisionamento de mulheres por Unidade da Federação com mais de 18 anos

Figura 8: Distribuição dos crimes tentados/consumados entre os registros das mulheres privadas de liberdade, por tipo penal

Figura 9: Mulheres privadas de liberdade por natureza da prisão e tipo de regime

Figura 10: Destinação dos estabelecimentos penais de acordo com o gênero

Figura 11: Percentual de estabelecimentos penais com local de visita por Unidade da Federação

Figura 12: Percentual de estabelecimentos penais com local de visita íntima, por Unidade da Federação

Figura 13: Média de visitas por pessoa privada de liberdade, por Unidade da Federação e tipo de estabelecimento penal – Primeiro semestre de 2016

Figura 14: Unidades que têm cela/dormitório para gestantes

Figura 15: Mulheres gestantes e lactantes privadas de liberdade, por Unidade da Federação

Figura 16: Estabelecimentos penais que têm creche, por Unidade da Federação

Figura 17: Escolaridade das mulheres privadas de liberdade no Brasil

Figura 18: Faixa etária das mulheres privadas de liberdade no Brasil

MEANDROS DA PESQUISA

Nesse tópico dos trabalhos acadêmicos espera-se que se descrevam quais foram os caminhos que tomamos para a dissertação ser construída, tal qual uma receita de bolo, onde teríamos uma lista de todos os ingredientes, e qual é o passo a passo para o bolo ficar pronto.

Contudo, o processo de escrita acadêmica não é uma linha reta com começo, meio e fim, como descrevo aos meus estudantes em sala de aula. A investigação científica se assemelha a um rio meandrante, que em certos momentos corre mais rápido, em outros mais devagar e em alguns pode parar — como brilhantemente me recordou a querida Profa. Dra. Patrícia Milani na minha defesa —. Este canal erode, mas simultaneamente deposita, formando paleo canais. Embora este processo representa um “abandono” de uma parte do corpo hídrico, é crucial para compreendermos o processo de formação do canal. Assim, pretendo descrever o percurso que deságua na minha dissertação.

Nos momentos finais de escrita desse trabalho, resolvi desprender energia para escrever quais foram os caminhos trilhados para que este texto — como produto que não pretende ser fim da linha — exista.

Ao iniciar o processo do mestrado, é esperado que os estudantes façam um projeto, que se prevê uma determinada flexibilidade, haja vista que a pesquisa pode, a meu ver, deve tomar outros rumos conforme os desdobramentos formativos. Porém, no caso deste trabalho, o exercício foi de escrever algo que pudesse ser compreendido, avaliado e validado como uma pesquisa geográfica.

A interseccionalidade na geografia não é um campo consolidado, e pode geralmente levantar questionamentos do que motivaria/sustentaria fazer um trabalho com essa perspectiva na geografia, e não em outras áreas como a antropologia/sociologia, por exemplo. Neste ponto, reitero e reafirmo que a opção pela geografia foi uma decisão concreta e consciente, já que o título desta dissertação indica que o espaço geográfico é atravessado pelas vias identitárias. Essa ferramenta de análise oferece um terreno propício para a análise social da formação socioespacial do Brasil.

Com isso, quero apontar a importância da autonomia no processo formativo do mestrado, no sentido de nos aproximar e fortalecer os laços com pessoas que acreditam no nosso trabalho, e que nos provocam a desenvolver novos ângulos de observação para a realidade.

O apoio e abertura para o diálogo que encontrei com meu orientador favoreceu tremendamente as possibilidades de construção deste trabalho, que sempre fora pensado coletivamente, e que sempre foi gerado com a sinceridade e seriedade de compreendermos nossas limitações e pontos de contato para a elaboração deste trabalho.

As disciplinas que cursei foram essenciais para que eu pudesse ampliar as perspectivas. Dediquei boa parte desses dois anos para voltar à sala de aula — lugar de onde nunca saí — como aluna, para me permitir acessar discussões, leituras e pontes com outros cursos, outras análises, outras perspectivas. As disciplinas escolhidas neste trajeto pertenciam aos programas de pós-graduação em Geografia e Educação (câmpus de Três Lagoas) e Estudos Culturais (câmpus de Aquidauana) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e variaram entre disciplinas presenciais e remotas. Essas disciplinas propiciaram confluências de ideias que me colocaram em constante movimento de alteração do meu trabalho. A dificuldade na legitimação do meu trabalho encontrou possibilidades na via da análise epistemológica.

Pensar a ciência geográfica em movimento, me possibilitou a dar outros dispositivos para que essa produção científica continue permitindo a movimentação do pensamento geográfico brasileiro, pois a ciência é uma constante disputa, a corporeidade e a posicionalidade dos corpos têm contribuído para este movimento — eu estar como sujeita material/subjetiva na produção científica geográfica desdobra em imbuir nas minhas análises, as perspectivas que me atravessam e que me movimenta ao ver/analizar a realidade —. A partir da junção paulatina do que foi sendo estruturado nas disciplinas, e das orientações, caminhamos com a perspectiva de aproximação das discussões interseccionais conceituais, para definição de perspectiva adotada no trabalho — a saber; estruturalista — e o diálogo com a mobilização dos conceitos de gênero, raça e classe, escolhidos para serem trabalhados nessa dissertação para então aproximarmos da realidade brasileira, para

analisarmos como a formação do socioespacial do país nos escritos dos autores supracitados se apresentava e se mantém elitista, classista, patriarcal, racista, assim por diante, por intermédio da interseccionalidade.

Mesmo essa descrição parecendo muito explícita do processo de delimitação das problemáticas, dos caminhos teóricos, e da motivação para a pesquisa, esse percurso durou cerca de 3 semestres para acontecer, compreendendo quase todo o tempo que temos no mestrado atualmente.

O tempo para essa pesquisa foi uma faca de dois gumes, pois ele não se dilata para as demandas externas ocorrerem separadas da pós-graduação, muito menos da escrita da dissertação, e como professora contratada da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, me deparei com pouco tempo para organizar/escrever o relatório de qualificação. A sensação de que o que se tem lido nunca é o suficiente, adiou ao máximo o início efetivo da escrita do trabalho. Não quero aqui levantar a bandeira de que a leitura não tem processo crucial na pesquisa e escrita científica, o que destaco é que como parte da população socialmente afastada da produção do conhecimento, precisei aprender que é importante o que já tenho para poder começar a pensar/escrever/defender o que me motiva, isso coaduna com os enfrentamentos apontados pela geografia feminista, no que tange a enfrentamentos aos “poderes acadêmicos” intocáveis, que se desdobram em modelos de ser/escrever/falar. Nesse quesito, o processo de terapia/autoanálise — que caminha concomitante com toda essa demanda — me faz analisar o que o processo de qualificação significa efetivamente, validar que o trabalho tem caráter de dissertação, e propiciar um momento riquíssimo de contribuição da banca com o trabalho.

A escolha da banca foi uma demanda muito importante para o decorrer do trabalho. As professoras e o professor escolhidos para esse momento da minha pesquisa foi baseada na autonomia e diálogo proporcionado na minha relação com meu orientador, que permitiu que estivessem presentes pessoas que representassem física e academicamente o que defendo. A ênfase de que a diferença existe, mas que ela por si só não compete caráter de valoração dos sujeitos, mas que não caminharemos para um caminho de justiça social se as

diferenças não puderem existir — pensar, criar, ocupar, fazer ciência, analisar a realidade etc. — concretamente.

A qualificação reafirmou a importância e o seu caráter formativo, apresentando que alguns canais que meu curso poderia deixar pelo caminho. Um exemplo foi a pretensão que tinha de usar uma análise de conteúdo de trabalhos geográficos como única possibilidade de justificar na geografia o uso da interseccionalidade. Afinal, as vias identitárias já compõem o escopo de muitos trabalhos geográficos, mesmo que não se utilizassem da interseccionalidade como teoria organizativa/reflexiva para o trabalho. No entanto, a minha banca me ajudou a entender que o movimento que realizei nos dois primeiros capítulos serve para fundamentar teoricamente o uso da interseccionalidade como instrumento de análise em uma pesquisa geográfica. Portanto, a análise de conteúdo, originalmente planejada para “concluir” este trabalho, acabou se tornando um canal secundário para o meu curso de escrita/pesquisa. Descrito, para mostrar que ele existia como possibilidade de caminho a ser trilhado em boa parte do processo. Outra demanda evidenciada quase que em uníssono na banca foi o meu medo de aparecer no texto (até então todo o meu relatório de qualificação foi escrito em terceira pessoa do plural, e com citações diretas grandes e extremamente recorrentes), estando totalmente vinculado com o que vivencio como corpo social, que me fizeram aprender a me esconder no processo de desenvolvimento acadêmico, como mulher negra, proletária e bissexual. O que vivencio, o que aprendo, o que tenho a dizer não é socialmente compreendido como algo que deva ser evidenciado, o que não se afasta em nada do que é discutido neste trabalho de dissertação.

Qual foi o caminho percorrido para tentar desdobrar essa demanda? Voltar para a sala de aula, agora como professora, lembrando de que assim como estou sendo formada, eu também formo, eu ensino, eu posso aparecer, o que tenho a dizer é importante, e eu sou a primeira que preciso acreditar/validar meu trabalho. Por isso, exercito neste momento final - mesmo sabendo que essa pesquisa não acabará com a entrega da dissertação, nem com a conquista da titulação — de escrita, reorganizar os capítulos e refazer o modo de escrita do trabalho, e sempre que a escrita ficar complicada, levantar

perguntas que me movem na sala de aula: Como eu explicaria o que estou pensando para um aluno/aluna? Quais as ferramentas argumentativas que possuo que justificariam o meu ponto de vista de forma científica? E assim por diante.

No que tange às perguntas específicas deste trabalho, o caminho será: O que é interseccionalidade? Para que ela serve? Quais as perspectivas teóricas que a orientam? O que justifica meu posicionamento teórico interseccional? Qual a importância das categorias de análise que escolhi para estruturar este trabalho? Como elas se movimentam e qual a mobilização social que elas produzem? Além disso: Quais chaves interpretativas sustentariam a análise da interseccionalidade no território brasileiro? Como o capitalismo dependente pode contribuir para a compreensão da formação econômica e social do Brasil? Como amarrar todo esse esforço intelectual contribui para analisar a realidade brasileira?

Para responder todas essas questões, parecia que uma imensidão de novas leituras obrigatórias para encerrar essas discussões havia acabado de se abrir sob meus pés, o que me levou a um desespero diante do tempo que me restava. Ailton Krenak (2019)¹, descreve como a sensação de que estava caindo, como se o céu estivesse ficando baixo, e difícil de respirar, e que o tempo havia se tornado um grande liquidificador que estivesse processando tudo, mas ele mesmo nos alerta para onde voltar quando isso acontece. Portanto, me aproximei de mim e dos meus, pela música, pelos textos, pelos filmes, pelas vivências, para que isso tudo pudesse me fazer apreciar a vista da queda com paraquedas coloridos².

Ao me deparar com o “final” do processo de escrita, a vida mostra como pode ser imprevisível, e que por mais planejamentos que possamos fazer, há sempre o que nos escapa aos dedos: família, saúde, trabalho, segunda ou terceira graduação. Demandas que vamos assumindo no caminho — grupos

¹ “Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficam meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes — a sub-humanidade.” (Krenak, 2019, p.21)

² “Por que nos causa desconforto a sensação de estar caindo? A gente não fez outra coisa nos últimos tempos senão despencar. Cair, cair, cair. Então por que estamos gritando com a queda? Vamos aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos. Vamos pensar no espaço não como um lugar confinado, mas como o cosmos onde a gente pode despencar em paraquedas coloridos.” (Krenak, 2019, p.30)

em situação de subalternização tendem a assumir maiores demandas para tentar suprir o senso de inferioridade apreendido socialmente — e isso tende a retroalimentar um auto-ódio, e situações mobilizadoras por conta da sobrecarga³, me fizeram questionar se eu realmente conseguiria terminar o processo de escrita.

O caminho metodológico foi rever tudo o que tenho feito nesse processo de pós-graduação. Recordar que “não caí de um caminhão de mudanças” - como sempre me ensinou minha tutora/professora/orientadora da graduação, Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida -, assim encerro esta seção esperando que esse esforço de escrita auxilie quem acesse este trabalho, entenda quais foram os caminhos, perguntas, demandas, pontes construídas para que esse rio percorresse seu curso.

³ Informação proveniente da terapeuta, mestra e doutoranda Tathiane Auxiliadora Ramos Cortez.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte de uma perspectiva epistemológica que compreende a Geografia como ciência crítica. Para tanto, incorporo a interseccionalidade como ferramenta de análise, buscando compreender a formação socioespacial do Brasil. Adoto o método marxista histórico e dialético, com ênfase na materialidade das relações sociais, articulando elementos estruturais como classe, raça e gênero na constituição do Estado-nação brasileiro.

A questão central que busco responder é: de que forma a interseccionalidade pode ser utilizada como ferramenta analítica na Geografia para compreender a formação socioespacial brasileira?

O recorte temático do meu trabalho está centrado na formação do Estado-Nação brasileiro com base nas leituras de Lélia Gonzalez, Milton Santos, Jessé Souza e algumas legislações brasileiras que nos auxiliam a traçar as dinâmicas pelas quais nosso país percorreu e como foram se delineando as dinâmicas sociais atuais. Considero que as dinâmicas do racismo estrutural, do patriarcado e das desigualdades de classe moldaram — e continuam moldando — o território nacional, suas instituições e os processos de exclusão e violência.

Meu enfoque metodológico parte de uma perspectiva estruturalista, entendendo que a análise da realidade exige considerar a materialidade das relações sociais, suas contradições e desigualdades. Assim, ainda que este trabalho dialoga com perspectivas subjetivas (como experiências racializadas, gênero, entre outras), ele não se reduz a uma abordagem qualitativa — com base nas articulações teórico-metodológicas da interseccionalidade e da geografia —, pois mobilizo dados empíricos, como: taxas de encarceramento por raça e gênero (dados do INFOPEN⁴); perfil do sistema judiciário brasileiro (incluindo raça, gênero e classe dos magistrados); indicadores educacionais desagregados por estado, raça e gênero (via Plataforma CEDRA⁵, que utiliza

⁴ Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.

⁵ Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais.

dados do IBGE⁶, PNAD⁷, entre outros); legislação e políticas públicas como fontes documentais, analisadas para compreender os limites e potencialidades do arcabouço jurídico brasileiro frente às desigualdades estruturais.

A seleção dos dados empíricos se baseia em eventos de impacto nacional, como políticas públicas, legislações, quantitativos relativos ao sistema carcerário, e assim por diante, passíveis de serem racializados e generificados, permitindo refletir sobre como o espaço é produzido e reproduzido a partir de múltiplas dinâmicas de opressões.

Dessa forma, este trabalho demonstra como a interseccionalidade, articulada ao método marxista histórico-dialético e à Geografia crítica, permite compreender os processos estruturantes da desigualdade no Brasil e suas expressões socioespaciais.

Em suma, este trabalho propõe uma abordagem geográfica, crítica e interseccional para compreender a formação socioespacial do Brasil, considerando as desigualdades estruturais a partir das categorias de raça, gênero e classe. A partir da questão central — 'De que forma a interseccionalidade pode ser utilizada como ferramenta analítica na Geografia para compreender a formação socioespacial brasileira?' — A pesquisa será desenvolvida com base em uma metodologia ancorada no materialismo histórico e dialético, aliando dados quantitativos e análise documental. O capítulo 2 delinea a relação entre o capitalismo dependente (2.1) e a formação socioeconômica (2.2) como ferramentas de análises para o objeto desta pesquisa, considerados então como os procedimentos metodológicos, explicitando o recorte teórico, as fontes e os critérios de análise. O capítulo 3 desdobra os conceitos apontados e com base nas categorias e chaves interpretativas para analisar empiricamente a prática de privação de direitos pela via do encarceramento (3.1), os movimentos sociais para pensar de forma interseccional a luta por direitos no Brasil (3.2). A última sessão é uma tentativa de pensar com os recursos evidenciados nesse trabalho, a potência da interseccionalidade como fator de agência em busca de justiça social. Assim,

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁷ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

este trabalho busca contribuir para a consolidação de uma geografia crítica, comprometida com a transformação social e com a justiça territorial no Brasil.

CAPÍTULO 1 - INTERSECCIONALIDADE: SISTEMATIZAÇÃO E POTENCIAL TRANSFORMADOR NA COMPREENSÃO DAS DESIGUALDADES

Neste capítulo, quero adentrar na discussão da interseccionalidade, organizando a exposição em dois momentos: primeiramente, o contexto histórico da interseccionalidade e, posteriormente, o tensionamento interno da interseccionalidade no movimento de abstração e concreção da realidade⁸. Aqui, a ideia é um distanciamento do conceito, de maneira a concebê-lo de forma mais geral e ampla possível. Assim, evidenciando qual a abrangência da interseccionalidade e quais as possibilidades de emprego do conceito. Processo que se dá a partir da sua própria organização e sistematização, transformando-a em um universal abstrato, na tentativa de que auxilie no movimento interpretativo quando aproximarmos a interseccionalidade da realidade, movimentando o conceito como uma ferramenta pela qual possamos destrinchar alguns problemas sociais. Obviamente, não pretendo resolvê-los, mas quero propiciar a possibilidade de entendê-los pelas lentes interseccionadas de vias identitárias, apontando como historicamente problemas sociais são produzidos/sentidos por corpos interseccionais que silenciam e naturalizam as opressões, e que (re)produzem mazelas sociais para corpos distintos e intencionalmente interseccionados por eixos opressores.

Neste ponto, vale forçar, que compreendo todos os corpos interseccionados, afinal, existem várias características e composições (físicas, biológicas, sociais) que nos diferenciam, mas a diferença em si não é o

⁸ “Os procedimentos analíticos que acompanham esta orientação são a abstração e a concreção. No movimento preliminar de abstração formaliza-se o mundo sensível estabelecendo recortes e isolando processos e fenômenos. [...]. Ou seja, possibilita a construção de universais abstratos que servem para denominar qualquer manifestação empírica do fenômeno ou processo assim isolado. Tal etapa é necessária para a identificação da peculiaridade do objeto, para o desvendamento de sua estrutura e de seus componentes genéricos, para a apreensão de sua dinâmica própria. A isso se chega abstraindo-se exatamente das conexões e redes causais que envolvem os processos e fenômenos concretos, ignorando sua temporalidade e espacialidade. A concreção é um procedimento posterior de re-inserção das relações, de estabelecimento de nexos, de retomada dos condicionantes históricos e geográficos, de articulação das mediações ignoradas no procedimento anterior. [...] Nesse sentido, concretar é particularizar os universais abstratos, adicionando-lhes marcos espaciais e temporais, localizando-os — por meio de relações e mediações — em termos históricos e geográficos. Particularizar é, por tanto, historicizar e também espacializar. O ato da concreção consiste, enfim, numa agregação de dimensões da realidade na particularização de uma situação concreta, logo singular.” (Moraes, 2014, p. 18)

suficiente para esta análise, aqui cabe afirmar que as identidades⁹ são formadas a partir de um processo histórico/cultural/econômico que as (re)forma.

Ou seja, as identidades não se dão em si mesmas, mas o que as formam é o próprio processo de socialização — política e material — histórica e espacialmente referenciados, como cita Rita Von Hunty¹⁰. Por exemplo, o ser negro, não é formado somente pela cor da pele, assim como a mulher não se resume a genitália, mas ambos são resultados de processos de socialização que geram opressões materiais e imateriais, criando juízos de valor para diferenças naturais/biológicas.

1.1 Contexto Histórico

Nesta seção, procuro situar a interseccionalidade dentro de seu processo histórico de formação, destacando os movimentos sociais e as organizações que contribuíram para consolidá-la, inicialmente como práxis e, posteriormente, como conceito acadêmico¹¹, para posteriormente mobilizar neste trabalho como ferramenta analítica importante para pensar a formação socioespacial do Brasil.

Busco evidenciar a relevância dos movimentos negro e feminista — juntos e separados — dialeticamente, reconhecendo suas tensões internas e, sobretudo, o papel fundamental da mobilização das mulheres negras. Essas mulheres foram pioneiras ao articular identidades diversas como elementos centrais de suas lutas e reivindicações sociais.

Tomo como marco a Conferência de Durban, realizada em 2001¹², pela sua relevância temporal, territorial e política. Compreendo esse evento como

⁹ Sem intenção de ser limitante/determinista quanto as identidades.

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lgKr-1kiMgA&t=316s>. Acessado em: 03 de junho de 2025.

¹¹ Aqui, vale reforçar que os esforços intelectuais que construo são com base em autoras negras como: Patrícia Hill Collins, Sirma Bilge, Carla Akotirene, entre outras que mesmo não trabalhando explicitamente com o conceito, mobilizam análises interseccionais, como Ângela Davis, bell hooks, Lélia Gonzalez, entre outras.

¹² Conferência intitulada “III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas” realizada em Durban na África do Sul, a partir dela nascem várias políticas de reparação histórica em países com histórico colonial, como as cotas raciais no Brasil.

um divisor de águas ao abrir caminhos concretos para políticas públicas reparatórias voltadas às populações historicamente marginalizadas. Nesse contexto, destaco também os escritos de Kimberlé Crenshaw¹³, que considero fundamentais para a sistematização acadêmica da interseccionalidade e para as discussões contemporâneas sobre disputas epistemológicas¹⁴ e resistência no campo do saber.

A resistência — que nesse caso (acadêmico) é — epistêmica, seria uma forma de resistir nos moldes institucionais/acadêmicos/científicos, já que sabemos como a ciência é formada para atender as necessidades das classes dominantes, e manter o poder hegemônico nas mãos dos que sempre concentraram poder, por isso, precisamos disputar espaços e epistemologias, e dar cada vez mais sustentação para uma ciência que tenha olhar sensível aos mais fragilizados, que possa contar histórias que não surjam só da Casa Grande¹⁵, mas que sejam a enunciação dos sujeitos em situação de subalternidade, sobre suas dores, vitórias, construções e vivências, e entendamos o perigo de uma história única¹⁶, como já se mantém hegemônica, a história que parte dos grandes centros, uma história branca, cisheteropatriarcal.

Com isso, a interseccionalidade é situada em abrangências epistemológicas mais amplas, não sendo delimitada nem como ideias, nem somente como poder (Collins, 2022). Para reiterar a importância da definição, com a elaboração do termo, compreendemos então que “A epistemologia molda o próprio discurso — ou seja, quem conta a história da interseccionalidade — e a metodologia determina o que se considera história plausível” (Collins, 2022, p.177).

¹³ Jurista, professora, escritora e acadêmica dos direitos civis, tratando de temáticas como feminismo, racismo e legislação, entre outros, elencada por vários pensadores da interseccionalidade como uma precursora na “cunhagem” acadêmica do conceito de interseccionalidade, com nas análises de casos no âmbito do direito.

¹⁴ O estudo da ciência nos instrumentaliza a desnaturalizar o que é reforçado e apontado como verdadeiro nas construções científicas.

¹⁵ Ver: Freyre, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2003. Obra considerada pioneira no Brasil para tratar das questões étnico-raciais, mas que reforça muitos argumentos racistas, descreve a senzala a partir da casa grande, reforçando estereótipos como o mito da democracia racial, inclusive com argumentos como a romantização do estupro de mulheres negras e indígenas.

¹⁶ Ver: Adichie, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Assim, compreendo a importância de construir uma epistemologia que seja compatível com os princípios da interseccionalidade, pois, um conceito com tamanho potencial de amplitude, pode recair no perigo de ser utilizado de forma esvaziada, tal como os debates atuais sobre Lugar de Fala¹⁷ no Brasil.

Entretanto, a necessidade de nomeação não deriva da urgência de elaborar uma teoria que traduzisse a verdade/realidade de forma acadêmica mais rebuscada, ou seja, não é dar mais formalidade para o que o povo já fazia nas ruas e nos bicos aos reivindicarem direitos, mas da imprescindibilidade de abordar de modo específico a necessidade latente dos problemas efetivos de pessoas racializadas, mulheres e imigrantes, apresentando-se de maneira alinhada com projetos antirracistas, feministas e de descolonização nos espaços institucionais (Collins, 2022).

Trata-se de uma proposta necessária, pois as demandas apontadas pelos grupos subalternizados desmantelam até mesmo os quadros curriculares empregues até então; no limite, desafia até mesmo o conhecimento tradicional, e a cunhagem do termo apresenta as potências e distinções entre as epistemologias construídas nos campos ativistas e acadêmicos, reforçando o compromisso com a análise crítica e a justiça social consistentemente (Collins, 2022).

Uma necessidade de repensar o que se sabe sobre o conhecimento. Sobre o que se ensina, sobre quem se ensina, sobre como aprendemos, sobre o que aprendemos, e isso é uma dupla fonte de sustentação, tanto do campo ativista quanto acadêmico, já que um fortalece o outro, quando ambos caminham com o mesmo horizonte de atuação.

O pensamento interseccional nos provoca a refletir sobre os problemas sociais, reconhecendo que a desigualdade social — produtora de espaço, também é racista, machista, classista, etc — é dificilmente proporcionada por

¹⁷ Em sua obra (RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala), Djamila aponta o lugar de fala como uma análise que se faz para situar de onde a fala parte, qual a construção social e os possíveis desdobramentos que o posicionamento de onde o discurso se funda pode reverberar nas possibilidades de interpretar as enunciações dos sujeitos. Erroneamente, apropria-se do conceito de lugar de fala com a intenção de validar os discursos com base na experiência do sujeito, por exemplo, nessa perspectiva equivocada, um homem não poderia falar sobre demandas sobre mulheres, pois não teria a vivência como lugar que valide sua fala, o mesmo seria para brancos que discutem questões raciais, cisgêneros que pontuam sobre a questão trans/travesti, assim por diante.

um único fator, o que se desdobra em pensar as políticas construídas para essas demandas (Collins e Bilge, 2021)¹⁸.

Ainda, as dinâmicas das relações entre gênero, raça e classe, por exemplo, precedem a elaboração da interseccionalidade enquanto um conceito, e o que isso significa para nós? Que antes mesmo da interseccionalidade ser sistematizada, e apropriada pela academia, a metodologia de análise baseada na intersecção de vias identitárias já era utilizada como uma ferramenta de análise da realidade, como podemos observar no exercício intelectual brilhante de Ângela Davis, em seu clássico “Mulheres, Raça e Classe”¹⁹ de 1981, que analisa o desenvolvimento da formação dos Estados Unidos, refletindo sobre a questão negra e feminina, não como blocos monolíticos e dissociados, mas distintos e interligados,²⁰ moldando as experiências sociais e influenciando a luta por direitos.

Para iniciar minha análise, parto da interseccionalidade como um desdobramento das mobilizações sociais, especialmente da atuação das mulheres negras engajadas nas lutas por justiça de gênero e racial. Essas mulheres enfrentaram inúmeros obstáculos para que suas demandas fossem reconhecidas tanto no movimento feminista — predominantemente liderado por mulheres brancas — quanto no movimento negro — hegemonizado por homens negros (Davis, 2016 e Collins; Bilge, 2021)

Outro marco importante nessa trajetória, que considero essencial, é o manifesto do *Combahee River Collective*, de 1977, um grupo de feministas negras e lésbicas de Boston. Conforme destaca Hirano, *et al.* (2019), esse

¹⁸ “Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça, ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através de interações entre as várias categorias de poder. [...] esses casos destacam diferentes dimensões de *relações de poder interseccionais*, bem como as respostas políticas que se dão a elas. [...] as relações de poder interseccionais devem ser analisadas por meio de intersecções específicas — por exemplo, racismo e sexismo, ou capitalismo e heterossexismo —, bem como entre os domínios de poder — a saber, estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal. (Collins; Bilge, 2021, p. 46, destaque das autoras)

¹⁹ Ao pensar a questão feminina, por exemplo, ela aponta o quão importante é racializar essas mulheres, e que esse processo se desdobrará em formas de violências/subalternizações totalmente distintas.

²⁰ Uma análise consistentemente interseccional, mesmo que não seja nomeada como tal, já que as análises interseccionais “nascem” a priori da sistematização do conceito.

movimento organiza um documento que aborda a urgência de compreender raça e gênero interseccionalmente e não excludente.

Com o passar do tempo, percebo que o movimento interseccional expandiu-se, incorporando sujeitos com múltiplas identidades e experiências. Essa ampliação decorreu da compreensão de que as vivências sociais não podem ser explicadas por somente uma chave interpretativa — seja ela de raça, classe, gênero, sexualidade ou outras (Hirano, et *al.* 2019).

Antes mesmo de sua formalização como conceito, reconheço que a interseccionalidade já estava presente nas práticas de resistência e articulação política. A sistematização teórica, no entanto, foi essencial para sua disseminação e legitimação no campo acadêmico. Conforme argumenta Akotirene (2019), a proposta de Crenshaw (1989) visava instrumentalizar teoricamente a inseparabilidade entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, compreendidos como estruturas entrelaçadas de dominação.

Embora o conceito tenha ganhado destaque nas universidades, reconheço, assim como Patricia Hill Collins (2022), que ele não se restringe a esses espaços. Para a autora, “a interseccionalidade parece ter posto em funcionamento o relógio acadêmico sobre que tipo de história seria e poderia ser contada sobre o termo em espaços acadêmicos” (Collins, 2022, p. 175).

Concordo com Collins²¹ quando ela afirma que pensar a interseccionalidade de forma epistemológica é essencial, pois aqueles que contam sua história também delimitam os contornos do conceito, suas questões centrais e seus objetivos. Para mim, essa disputa epistêmica é uma ferramenta de resistência fundamental para grupos historicamente subalternizados, como povos indígenas, pessoas negras, mulheres,

²¹ Extremamente relevante para pensarmos a resistência epistêmica, entendida como um processo onde: “(...) As pessoas que podem contar a história da interseccionalidade detêm o poder epistêmico sobre a história, os limites, as perguntas cruciais e os objetivos da interseccionalidade. De certo modo, os grupos subordinados sabem que a epistemologia nunca foi algo natural, e que o poder epistêmico é parte de como a dominação funciona. Para povos indígenas, pessoas negras, mulheres, pessoas pobres, pessoas LGBTQ, minorias religiosas e étnicas pessoas com diversidade funcional, o conceito de resistência epistêmica fornece uma ferramenta conceitual importante para a análise crítica. (...)” (Collins, 2022, p.176)

LGBTQIA+, minorias religiosas e étnicas, e pessoas com deficiência (Collins, 2022), por isso pensar torna-se importante para o currículo por exemplo.

Entendo, assim, que a interseccionalidade se insere em uma epistemologia ampla, que não se restringe à produção acadêmica ou ao ativismo isoladamente. Collins (2022) observa que a epistemologia molda o discurso e a metodologia define o que é considerado história plausível. Vejo que o surgimento do conceito não responde somente a um desejo teórico, mas a uma necessidade prática frente às opressões vividas por mulheres, pessoas racializadas e imigrantes — em consonância com os projetos antirracistas, feministas e decoloniais.

Ainda segundo Collins (2022), as demandas desses grupos desafiam os currículos tradicionais e a estrutura do conhecimento dominante. Para esta pesquisa, a interseccionalidade representa mais do que um conceito; ela expressa um compromisso político com a justiça social. A tradição científica positivista, ao desconsiderar as subjetividades, se afasta das urgências sociais. Já a interseccionalidade permite que pesquisadores articulem ética, política e conhecimento sem que isso seja rotulado como subjetividade suspeita²².

Collins (2022) ressalta que, uma vez nomeada, a interseccionalidade passou a ser analisada academicamente sob os prismas ético e político. A partir dessa mudança, experiências que antes circulavam apenas nas fronteiras entre ativismo e academia passaram a ser legitimadas institucionalmente.

Compreendo que a perspectiva interseccional nos leva a perceber que a desigualdade social normalmente não deriva de um único fator. Isso exige políticas públicas²³ mais sensíveis às múltiplas dimensões da opressão (Collins; Bilge, 2021). Ao utilizar a interseccionalidade como ferramenta analítica, acredito que superamos a visão limitada de desigualdade centrada

²² Parte de um movimento que se esforça para invalidar qualquer demanda/política que considere o corpo-identidade dos sujeitos, tratando o quesito identitário dessas questões como supérfluo, e por vezes inclusive esvaziado de potência teórica e prática.

²³ Conforme argumenta Crenshaw (1991), embora o discurso liberal muitas vezes trate identidades — principalmente no âmbito de políticas públicas — como raça e gênero como vestígios negativos de dominação, movimentos feministas e antirracistas propõem que essas categorias possam ser transformadas em fontes de empoderamento e reconstrução política.

em um só eixo. As autoras²⁴ apontam que as relações de poder interseccionais devem ser analisadas tanto nas intersecções específicas — como racismo e sexismo, capitalismo e heterossexismo — quanto nos domínios de poder: estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal.

Dessa forma, insisto que, embora hoje a interseccionalidade seja abordada como conceito/ferramenta analítica, ela tem raízes concretas, fincadas nas vivências e mobilizações dos sujeitos que enfrentam opressões múltiplas. Essa compreensão se alinha à visão de Milton Santos (1977), que afirmou: “(...) a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (...)” (Santos, 1977, p. 22), e se a geografia é a ciência do espaço porque nem tudo e todos estão/são espaço são estudados e/ou pesquisadores do mesmo?

Com isso, quero evidenciar que, embora hoje a interseccionalidade seja muitas vezes trabalhada como um exercício de abstração — e graças ao esforço coletivo de muitas mãos que ela conseguiu adentrar os muros das instituições —, sua base material e objetiva continua sendo a espinha dorsal do conceito. O que lhe dá sustentação é justamente seu potencial de proximidade com a realidade: um lastro substancial — material — que reflete a organização das pessoas a partir de identidades em constante movimento. Tudo isso precisa de um espaço para se concretizar, pois nenhuma parte da história acontece fora de um espaço, que é aberto, vivido, heterogêneo, inter-relacional²⁵.

Mesmo com o avanço do reconhecimento do conceito após a Conferência de Durban, compartilho da visão de Akotirene (2020), que afirma que o movimento negro não busca apenas romper com estruturas coloniais de poder. O feminismo negro, desde sua origem, confronta estereótipos de gênero, privilégios de classe e normas cisheteronormativas globais. Segundo a autora:

²⁴ (Collins; Bilge, 2021)

²⁵ Podemos pensar exemplos na Geografia Urbana, Geografia Agrária, Geografia Regional, Geografia do Brasil e assim por diante, como os sujeitos distintos produzem e se relacionam a partir do espaço, e como o espaço se transforma no reflexo/condicionante dinâmico das interações permeadas pelas relações de poder interseccionalmente constituídas.

O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. (...) Visto isso, não podemos mais ignorar o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos, vítimas das colisões múltiplas do capacitismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado e imperialismo. (Akotirene, 2020, p. 22–23)

Reafirmo, portanto, que a interseccionalidade emerge das mobilizações das mulheres negras, que enfrentaram o apagamento nos próprios movimentos dos quais faziam parte. No interior do movimento negro, suas pautas eram subordinadas às demandas dos homens; no movimento feminista, eram invisibilizadas pela centralidade branca, que negligenciava o marcador racial (Collins; Bilge, 2021).

Vejo que a luta das mulheres negras se constituiu, historicamente, em um campo de tensões e atravessamentos diversos. Elas resistiram simultaneamente à opressão de gênero, ao racismo estrutural e à exploração econômica. Suas mobilizações foram pioneiras ao articular distintas identidades — de raça, classe, gênero e sexualidade — como eixos (que não apresentam uma constituição fixa) centrais de sua atuação social, política e intelectual.

Contudo, reconheço que essa articulação ocorreu em um contexto de invisibilização dentro dos próprios movimentos sociais hegemônicos²⁶. O feminismo tradicional, por exemplo, conquistou visibilidade principalmente por meio da atuação de mulheres brancas, inseridas no mercado de trabalho formal e com maior escolarização, o que lhes conferiu mais capital simbólico e político (hooks, 2020). Isso resultou em uma representação parcial da experiência feminina, que pouco contemplava as especificidades das mulheres negras.

bell hooks (2020), ao refletir sobre o feminismo em escala global, denuncia o paternalismo neocolonial exercido por setores privilegiados do feminismo branco, que assumiram o papel de porta-vozes das lutas femininas. Essas mulheres, ao se posicionarem como “salvadoras” das mulheres racializadas — especialmente das oriundas do “Terceiro Mundo” —, reforçaram

²⁶ Hegemonia de gênero no movimento negro, e hegemonia racial no movimento feminista.

uma aliança simbólica com os interesses das elites brancas e ignoraram as dinâmicas interseccionais da opressão racial e de classe.

Há, historicamente, episódios emblemáticos dessas tensões. No primeiro encontro anual da Associação pela Igualdade de Direitos, realizado em 1867 (Davis, 2016, p.90), Elizabeth Cady Stanton defendeu o direito de voto prioritário às mulheres brancas anglo-saxãs, em detrimento dos homens negros. Ela acreditava que os homens negros não acrescentariam valores “superiores” à sociedade, enquanto as mulheres brancas, por sua formação e “distinção”, conduziram a civilização anglo-saxã a um novo patamar. Esse episódio escancara a confluência entre racismo e elitismo no movimento feminista e a consequente exclusão das mulheres negras.

Também observo que o movimento negro, apesar de central na denúncia do racismo, reproduziu práticas machistas e silenciou a participação das mulheres. Muitas foram relegadas a funções secundárias ou invisibilizadas nas narrativas oficiais. Isso impulsionou a criação de organizações autônomas, como o *Combahee River Collective* (Hirano, *et al.*, 2019), que, já nos anos 1970, denunciava o racismo do feminismo branco e o sexismo do movimento negro.

No Brasil, reconheço que as mobilizações das mulheres negras também assumiram formas coletivas e transformadoras. Desde a década de 1980, surgiram organizações como o Geledés²⁷ – Instituto da Mulher Negra, o Movimento de Mulheres Negras²⁸ e o Encontro Nacional de Mulheres Negras

²⁷ Datado de 30 de abril de 1988, na cidade de São Paulo.

²⁸ O movimento de mulheres negras no Brasil surgiu como uma resposta à invisibilização das demandas específicas dessa população nos movimentos feminista e negro, articulando-se a partir do final da década de 1970, ainda sob a ditadura civil-militar. Estruturado em coletivos autônomos, como o Remuneá, Luiza Mahin e o Geledés, o movimento cresceu nas décadas seguintes com a realização de encontros estaduais e nacionais e a criação de organizações não governamentais. Embora tenha enfrentado críticas por uma suposta fragmentação das lutas sociais, o movimento reafirma seu papel central no enfrentamento simultâneo ao racismo, ao sexismo e às desigualdades de classe. Intelectuais como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Maria Beatriz do Nascimento foram fundamentais na construção teórica e política desse protagonismo. A ocupação de espaços institucionais, embora marcada por dificuldades e negociações, também representa um avanço importante na luta por representatividade. A partir dos anos 2000, com a criação de articulações nacionais como a AMNB e a presença ativa nas redes sociais, o movimento fortaleceu ainda mais sua capacidade de mobilização, tornando-se referência internacional no feminismo interseccional. Disponível em:

(ENMN)²⁹, que se tornaram fundamentais na articulação de uma agenda política interseccional, voltada para a superação das desigualdades de raça, gênero, classe, entre outras. Esses espaços permitiram a construção de saberes a partir das vivências de mulheres negras, questionando os paradigmas eurocêtricos e universalizantes predominantes na academia e nos movimentos sociais tradicionais³⁰.

Essas iniciativas consolidaram um espaço coletivo de escuta – que permite a construção de cartografias – , articulação e denúncia, com forte protagonismo de lideranças femininas negras de diferentes regiões do Brasil. Além disso, contribuíram para a construção de políticas públicas voltadas à equidade racial e de gênero, como a implementação de cotas raciais³¹ em universidades, o fortalecimento das políticas de saúde da população negra³² e o combate à violência contra a mulher.

Esses movimentos também promoveram um resgate histórico das contribuições das mulheres negras na formação social, econômica e cultural do

<https://www.ancestralidades.org.br/biografias-e-trajetorias/movimento-de-mulheres-negras>. Acesso em 03 de junho de 2025.

²⁹ Com base em notícias do site gov.br; O Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos, realizado em dezembro de 2018 em Goiânia, marcou três décadas de mobilização política e protagonismo das mulheres negras no enfrentamento ao racismo, ao sexismo e às múltiplas opressões. Retomando a memória do I Encontro de 1988, o evento reuniu cerca de mil ativistas de todo o Brasil para avaliar conquistas, fortalecer redes e reafirmar a autonomia do movimento de mulheres negras frente aos movimentos negro e feminista, ao politizar as desigualdades de gênero e raça. Com rodas de saberes e debates sobre temas como saúde, violência, empreendedorismo e representatividade, o encontro também homenageou figuras como Marielle Franco e contou com a presença de lideranças como Angela Davis e Conceição Evaristo. O evento reafirmou o papel estratégico dessas mulheres na construção de uma sociedade mais justa e no fortalecimento do bem viver. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/encontro-nacional-de-mulheres-negras-um-a-trajetoria-de-30-anos#:~:text=O%20Encontro%20Nacional%20de%20Mulheres%20Negras%20reuniu%2C%20al%C3%A9m%20de%20personalidades,uma%20sociedade%20justa%20e%20igualit%C3%A1ria>. Acesso em 03 de junho de 2025.

³⁰ A escala deste trabalho é movimentada a partir da corporeidade/identidades/sujeitos, que posteriormente é exercitada em uma global, e a partir da relação de ambas, pensar a escala do nosso Estado-Nação.

³¹ Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 03 de junho de 2025.

³² Portaria n.º 992, de 13 de maio de 2009.

país, desafiando a invisibilidade imposta³³ pelo racismo estrutural³⁴. Ao reivindicarem o direito de falar por si mesmas, essas mulheres reforçaram a centralidade da experiência vivida como fonte legítima de produção de conhecimento e como base para a construção de epistemologias próprias (Collins, 2022).

A interseccionalidade, nesse contexto, surge não apenas como um conceito analítico, mas como uma prática política insurgente³⁵. Trata-se de uma forma de ver, pensar e agir no mundo que reconhece a complexidade das opressões e reivindica transformações estruturais. Mais do que uma ferramenta teórica, ela é uma proposta de justiça social que busca romper com lógicas de dominação históricas e persistentes (Collins; Bilge, 2021).

A sistematização acadêmica, liderada por intelectuais como Kimberlé Crenshaw, potencializou a articulação do conceito, ampliando sua aplicabilidade em espaços de pesquisa, políticas públicas e ativismo. Dessa forma, a interseccionalidade não apenas denuncia as dinâmicas de poder estrutural, mas também oferece uma abordagem crítica para entender as sobreposições de opressões e desigualdades, promovendo um olhar abrangente e integrador sobre as demandas de grupos subalternizados.

Compreendo, portanto, que o legado das mulheres negras na construção da interseccionalidade vai além da produção acadêmica. Ele se materializa nas redes de solidariedade, nos coletivos periféricos, nas práticas de cuidado comunitário, nas intervenções artísticas e culturais e nas estratégias de sobrevivência e resistência cotidianas.

Assim, reafirmando que a interseccionalidade, antes de ser um conceito acadêmico, é uma vivência enraizada nas lutas das mulheres negras. Ao reconhecer e valorizar essa origem, fortaleço meu compromisso com uma produção de conhecimento comprometida com a transformação social, a justiça

³³ “Se não houve vontade de saber em torno da história da mulher, quadruplicamos essa “indisposição” no que toca a constituição da memória das mulheres negras para tentarmos avaliar o perímetro dos vazios e das lacunas.” (Borges, 2009, p.14)

³⁴ ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-75-6.

³⁵ Uma prática insurgente funcional que dá base material para a construção do conceito.

e a dignidade de todos os corpos historicamente subalternizados, partindo da interseccionalidade em diálogo com o espaço, que consiste em pensar este espaço complexo, enquanto conjunto de ações e coisas que são pensadas/produzidas/vivenciadas por sujeitos interseccionalmente distintos, e consequentemente de forma interseccionalmente contrastante.

1.2 Mobilização do conceito e limites

Nesta parte do trabalho, apresento duas grandes abordagens da interseccionalidade — a construtivista e a estruturalista/sistêmica — visando situar teoricamente a perspectiva que oriento minha análise. A escolha metodológica que guia esta pesquisa está ancorada na perspectiva marxista crítica, modificando diretamente como me relaciono com os conceitos de materialidade e objetividade. Nesse enquadramento, a materialidade é um aspecto central da análise, por permitir compreender as mazelas sociais não como produtos exclusivos de construções subjetivas, mas como efeitos de determinações estruturais/materiais historicamente constituídas.

Esse ponto é fundamental para pensar, de forma não reducionista, a formação socioespacial do território brasileiro, atravessada por desigualdades econômicas, raciais, de gênero e regionais que se reproduzem institucionalmente e se manifestam espacialmente. Ao mesmo tempo, tal perspectiva mantém aberto o horizonte de transformação social por meio da manifestação institucionalizada da justiça, como ocorre, por exemplo, através das políticas identitárias, que pode/deve ser considerado um reflexo das agências dos sujeitos diante das mazelas. Daí a relevância de situar esta análise em uma abordagem interseccional sistêmica/estrutural, que articula estrutura e agência, e permite compreender como os sujeitos são

posicionados³⁶ — e se posicionam — em contextos históricos e relações de poder desiguais.

Sem a pretensão de esgotar o debate ou mapear exaustivamente as produções sobre o tema, considero necessário contrastar brevemente essa abordagem com a perspectiva construtivista, de modo a destacar os fundamentos analíticos que sustentam minha escolha. Ao fazê-lo, procuro explicitar como abstração e concreção se alimentam mutuamente no método aqui adotado, permitindo uma leitura relacional e histórica das formas de dominação e resistência que estruturam a vida em sociedade.

Para ilustrar comparativamente essas abordagens, apresento, dois quadros que sintetizam os focos analíticos, fundamentos epistemológicos, relações com a materialidade e exemplos típicos de análise dessas perspectivas:

³⁶ Dependendo do viés de análise e das relações de poder, a partir das quais as pesquisas são conduzidas, os sujeitos são posicionados, por exemplo: Ao analisar a relação dos desastres ambientais com os sujeitos, a negritude posiciona esses sujeitos fisicamente nas periferias sociais, e, geralmente, no centro dos deslizamentos, alagamentos, ilhas de calor e assim por diante. Mas, se eu quero analisar as concentrações de grandes fortunas, essa mesma racialidade negra não posiciona os sujeitos no centro do fenômeno. Ou seja, as posicionalidades dos sujeitos são compostas por características subjetivas e objetivas, e essa oscilação depende do objeto de análise e do propósito do trabalho.

Quadro 1: Aspectos analíticos das perspectivas interseccionais com base em Avtar Brah e Kimberlé Crenshaw

Aspecto analítico	Perspectiva Construtivista (Avtar Brah)	Perspectiva Sistêmica/Estrutural (Kimberlé Crenshaw)
Foco analítico	Construção discursiva e relacional das identidades; significados atribuídos pelos sujeitos às suas posições sociais.	Estruturas institucionais que produzem e mantêm desigualdades (sistema jurídico, Estado, políticas públicas).
Materialidade	Reconhecida como mediada simbolicamente, articulada à subjetividade e à experiência vivida.	Central, pensada como objetiva, concreta e determinante nas condições de vida.
Epistemologia	Pós-estruturalista, culturalista, relacional.	Marxista crítica, feminismo negro/interseccional, direito crítico, antirracismo.
Exemplo típico	Análise de identidades em contextos de migração e pertencimento; espaço da diáspora como lugar de articulação psíquica, política e cultural.	Inviabilidade de acesso a políticas públicas por parte de mulheres negras e imigrantes; análise de casos jurídicos.
Relação com agência	Ênfase na autonomia dos sujeitos para produzir sentidos e resistir às normatividades.	Reconhecida, mas condicionada pelas estruturas que dinamizam a viabilidade das ações.
Crítica às estruturas	Presente, mas secundária em relação à análise do discurso e da subjetivação.	Central; visa sua transformação para garantir justiça social.

Organização: A autora, 2025.

A abordagem construtivista, associada a autoras como Avtar Brah, atua como um diagnóstico social que prioriza os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências. Nesse sentido, a identidade é compreendida como uma construção relacional e contextual, constituída por meio da linguagem, dos discursos e das práticas culturais. Em *Cartografias de la diáspora*, Brah afirma que “*la identidad es al mismo tiempo subjetiva y social, y se forma en y a través de la cultura*” (Brah, 2001, p. 45). A experiência, portanto, é compreendida como situada, e a materialidade, embora

reconhecida, é sempre mediada simbolicamente. O conceito de “espaço da diáspora” sintetiza essa abordagem ao reunir dimensões psíquicas, econômicas, políticas e culturais em constante articulação. Nas palavras da autora, “*el espacio de la diáspora es donde se cruzan lo político, lo económico, lo cultural y lo psíquico*” (Brah, 2001, p. 40).

Esse entendimento se alinha à leitura proposta por Hirano et al. (2019, p. 37), segundo os quais autoras como Avtar Brah e Anne McClintock estão situadas no escopo da perspectiva construcionista da interseccionalidade, a qual enfatiza os processos culturais e discursivos de produção da diferença. Nesta abordagem, os sujeitos são formados por meio de relações simbólicas que, embora condicionadas por estruturas, também abrem espaços para a agência e para a reconfiguração dos sentidos normativos. Como aponta Piscitelli (2008), mesmo que os indivíduos sejam constituídos por sistemas de dominação e marginalização, a subjetivação não se resume à subordinação: ela também abre possibilidades de ação e reinvenção identitária.

Já a abordagem estruturalista, aqui adotada, prioriza a análise das estruturas de dominação e exclusão, reconhecendo a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica capaz de revelar os efeitos objetivos e materiais das opressões sociais. A obra de Kimberlé Crenshaw é exemplar neste sentido. Em *Mapping the Margins* (1991), a autora denuncia a invisibilização das mulheres negras nos discursos feministas e antirracistas, e demonstra como a interseção entre raça, classe e gênero opera estruturalmente para manter a marginalização desses grupos. Ela argumenta que:

(...) because the intersectional experience is greater than the sum of racism and sexism, any analysis that does not take intersectionality into account cannot sufficiently address the particular manner in which Black women are subordinated (...) (Crenshaw, 1991, p. 1244)

Sua crítica recai sobre o sistema jurídico e institucional, que, ao operar com categorias de discriminação isoladas, não reconhece as múltiplas formas simultâneas de opressão. Crenshaw aponta, por exemplo, que muitas mulheres

negras e imigrantes³⁷ são excluídas de serviços de proteção contra a violência doméstica por conta de barreiras estruturais de idioma, condição migratória ou pobreza. Como ela observa: “*many women of color are poor, and because public assistance programs have been systematically eroded, women of color have fewer options when faced with abusive relationships*” (Crenshaw, 1991, p. 1248).

Nesta linha, autores como Crenshaw e Patrícia Hill Collins são associadas a uma abordagem interseccional sistêmica, voltada a evidenciar como os sistemas de subordinação produzem efeitos materiais e simbólicos sobre os sujeitos subordinados (Hirano et al., 2019, p. 37). Uma análise construtivista da perspectiva sistêmica pode ser evidenciada no relato de Piscitelli (2008, p. 268), que associa a vertente sistêmica a um esforço em revelar o poder unilateral das representações sociais, sendo os sujeitos compreendidos como constituídos por sistemas de dominação.

Contudo, é importante enfatizar que mesmo nas abordagens estruturais, não se trata de negar a agência, mas sim de compreendê-la como condicionada pelas estruturas, podendo ser essa estrutura um vínculo histórico e politicamente construídos que possam ser rompidos, mas não ignorados para a agência dos sujeitos. Collins e Bilge (2021, p. 291) criticam abordagens universalistas que ignoram a agência de mulheres negras e de classes populares, como Simone de Beauvoir. Elas alertam haver uma diferença fundamental entre situar sua experiência como mulher independente e assumir essa experiência como centro da libertação – como uma cartilha que funcionaria sem exceção — para todas. Isso mostra que reconhecer a agência exige também reconhecer sua pluralidade histórica, material, cultural, espacial e politicamente situada.

³⁷ Crenshaw (1991) apresenta como é complexa a dinâmica de imigração para as mulheres. Ela aponta que a inclusão dessas mulheres em um ambiente violento de exercício de poder patriarcal onde as vias de construção das identidades efetivamente as coloca em dinâmicas específicas ao risco de deportação. Entre as vias de análise estão a racialidade, o idioma de nacionalidade, o nível de escolaridade, e os filhos, que as mantêm muitas vezes em situações de maior complexidade para efetuar denúncias, saírem de casa e irem para abrigos de proteção, e/ou recorrerem a ajuda institucionais/legais.

Como destaca Hirano et al. (2019, p. 37), os marcadores sociais da diferença operam como instrumentos auxiliares da interseccionalidade, ao explicitar as desvantagens atribuídas a diferentes grupos sociais. Na perspectiva construtivista, esses marcadores são abordados como signos que constroem subjetividades múltiplas. Já na perspectiva estruturalista, são vistos como expressões materiais de uma hierarquização objetiva da sociedade, como cor da pele, sotaque, gênero ou vestimenta — elementos que afetam diretamente o acesso a direitos e oportunidades³⁸.

Exemplos concretos de agência, sem negar a importância capital da materialidade, podem ser encontrados em figuras como Sojourner Truth, cuja atuação histórica foi resgatada por Angela Davis (2016) como exemplo de resistência articulada entre raça, gênero e classe. No Brasil, a agência de Marielle Franco³⁹ e movimentos como o das Mães de Maio (2006)⁴⁰ também ilustram como sujeitos racializados e marginalizados organizam respostas políticas concretas às violências⁴¹ estruturais — e esses exemplos serão aprofundados em capítulos posteriores.

Nesse sentido, ao optar por uma abordagem estruturalista crítica, compreendo que a interseccionalidade é, antes de tudo, uma ferramenta de

³⁸ Aqui vale salientar como o corpo é a instância material micro das subjetivações macro estabelecidas e disputadas. O corpo que sente a fome, a bala, o silenciamento, a violência verbal/física, a perda dos entes, a mira nas costas, o trabalho precarizado, e o corpo individual que soma coletivamente nas lutas contra as disfunções da sociedade capitalista. Para isso é importante a concepção deste corpo como um território material em constante disputa com os poderes hegemônicos para garantir os mínimos vitais e o horizonte de possibilidade onde possamos querer mais do que suprir as urgências.

³⁹ Como representante política e sujeito social, Marielle Franco tornou-se um símbolo potente de agência e de como as intersecções podem ser letais. Collins (2024, p. 92) a apresenta como uma liderança com forte enraizamento popular, cuja atuação e vivência produziam materialidades e discursos que confrontavam diretamente os ideais normativos de gênero, raça, classe, sexualidade e localização geográfica. Essas mesmas intersecções que fundamentavam sua luta também a colocaram na mira de uma violência e de uma política do corpo marcadamente interseccional.

⁴⁰ Movimento dos familiares das vítimas da ação estatal — via braço armado da polícia — em maio de 2006 que deixou várias mortes, a luta por justiça pode ser acompanhada em sites de notícias e redes sociais. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/maes-de-maio/> Acesso em: 09 de junho de 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/movimentomaesdemaio/> Acesso em: 09 de junho de 2025.

⁴¹ Aqui vale ressaltar a importância da necropolítica como categoria de análise fundada nos trabalhos de Achille Mbembe, que segundo Santos, et al., seriam quando: “O Estado realiza suas políticas de morte (por isso, o termo, necropolítica) ao segregar, inviabilizar condições de dignidade e saúde até os segmentos oprimidos serem mortos diretamente pela ação ou pela omissão estatal.” (2022, p.159)

análise das relações estruturais de dominação e resistência, capaz de articular teoria e prática na construção de estratégias emancipatórias⁴². Como afirmam Collins e Bilge (2021), para muitos profissionais e ativistas, a interseccionalidade vai além de um recurso teórico e se torna uma estratégia prática de enfrentamento das desigualdades, fundamentada na vivência e na intervenção direta.

A atuação do Estado, nesse cenário, é ambígua: ora garantidor de direitos, ora reprodutor de desigualdades. Daí a necessidade de incorporar a interseccionalidade como um campo de práxis crítica, no qual teoria e prática se articulam. “A práxis interseccional implica usar o conhecimento produzido na prática para orientar ações futuras, de modo a solucionar os problemas sociais resultantes dos sistemas de poder que se interseccionam” (Collins & Bilge, 2021, p. 66).

Com base nisso, reafirmo que os marcadores sociais da diferença são categorias analíticas importantes para compreender como as opressões se materializam e se reproduzem social e simbolicamente⁴³. Segundo Hirano et al. (2019), marcadores como tipo de cabelo, tom de pele, gestos e vestuário atuam como signos sociais que hierarquizam os sujeitos em contextos específicos.

Apesar da força analítica da abordagem estruturalista adotada neste trabalho, é importante reconhecer seus limites. Um dos principais riscos está em reduzir o sujeito a um mero produto das estruturas, o que pode levar a uma negligência dos processos micropolíticos, afetivos e subjetivos que também informam as relações sociais. Embora esses aspectos não sejam o foco da presente nesta dissertação, reconhecê-los é fundamental para uma visão mais abrangente do paradigma interseccional.

⁴² Me posicionar a partir da abordagem estruturalista não me faz criar juízos de valor com relação a abordagem construtivista, afinal, compreendo que existem possibilidades de análises onde ambas as vertentes possam contribuir para pensar a realidade, mas neste trabalho não foi a intenção, o que também não me limita a pensar nesse “hibridismo” de abordagens interseccionais para trabalhos futuros.

⁴³ Principalmente no Brasil, onde a complexidade do racismo, por exemplo, se manifesta com base em princípios fenotípicos.

Além disso, é importante considerar que as abordagens interseccionais têm sua origem em contextos teóricos produzidos em países centrais/coloniais. Para pensar demandas latino-americanas, africanas, ou especificamente brasileiras⁴⁴, é necessário tensionar esses referenciais e desenvolver abordagens que considerem a forma específica como as vias identitárias se formam e quais materialidades elas produzem em contextos de colonialidade. Autores como Oyèrónkë Oyéwùmí, Gloria Anzaldúa, Rita Segato, Boaventura de Sousa Santos, Ailton Krenak, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Letícia Nascimento, Adilson Moreira, Juliana Borges, entre outros. Essas autoras e autores têm contribuído para esse deslocamento epistêmico ao propor alianças entre saberes acadêmicos e conhecimentos populares para a construção de formas de intervenção social.

Por fim, ao articular diferentes escalas analíticas — do local ao global, do subjetivo ao estrutural —, reafirmo que a interseccionalidade é uma ferramenta potente para compreender e transformar as relações de poder que estruturam a vida em sociedade. Assumir essa perspectiva é também assumir um compromisso ético e político com a justiça social, reconhecendo as múltiplas dimensões da desigualdade e suas formas de enfrentamento institucional.

1.3 Gênero, Raça e Classe: Dinamismo e Transformações nas Categorias Identitárias

Neste momento da minha escrita, acredito ser necessário aprofundar o debate sobre as categorias de gênero, raça e classe, reconhecendo o dinamismo que essas dimensões assumem ao longo do tempo e nos diferentes contextos sociais. Compreendendo-as como categorias a-fixas, como

⁴⁴ É indispensável pensar a atuação do Estado brasileiro, sendo um agente de permissividade das condições de competitividade de mercado, que proporciona concessões de direitos para “amenizar” a mobilização popular. Isso em determinados momentos reforça um discurso atomizado de individualização onde os sujeitos se constituem como “cidadão”, “trabalhador”, e em outros momentos cria um discurso de unicidade imaginária, onde o discurso nacional agrega a construção ideal de um “Estado Nação”, “Povo em geral”. Essa distinção da mobilização do discurso (entre uma individualização e uma coletivização) é dada para reforçar e atender as necessidades do capital.

construções sociais e históricas em constante disputa, que interagem entre si, sendo atravessadas por relações de poder.

Assim, como a classe, o gênero e/ou a raça ganham movimento no par dialético objetividade/subjetividade? Como a compreensão estática dessas categorias reflete na análise da realidade? Essas categorias mobilizam um horizonte individualmente que possam concretizar alguma forma de superação de opressões? Qual o lastro material que correlaciona essas categorias?

Partindo dessas questões iniciais para o investimento intelectual, considero a classe enquanto uma categoria que além de possibilitar a identificação dos sujeitos, permite também a mobilização para organização social e reivindicações de bens materiais e imateriais.

Pensemos num exemplo: Quantas salas de aula estão lotadas de pessoas (incluindo mulheres) nas universidades discutindo feminismo? Quantas mulheres ocupam postos de trabalho limpando essas mesmas salas de aula que serão ocupadas por outras mulheres que estarão discutindo e se organizando por um mundo mais justo para as mulheres? Consegue identificar qual seria o motivo que influencia a não participação dessas mulheres que fazem a limpeza das salas, na atuação coletiva feminista? As vias identitárias entroncadas, que produz uma relação de poder com os sujeitos situando algumas mulheres na posição “naturalizada” de pesquisadora enquanto outras estão “naturalmente” no lugar da limpeza, ou seja, de criar condições para que as outras possam estudar/pesquisar/pensar/falar de si e do mundo.

O que poderia auxiliar no processo de identificação dessas mulheres trabalhadores das universidades com o feminismo? A interseccionalidade. A interseccionalidade como práxis para potencializar a dinamização dos corpos interseccionais no/pelo espaço. A mesma interseccionalidade que mobilizou mulheres negras pela luta de direitos, ampliando as possibilidades de pensar as conquistas, as necessidades e os caminhos de mediação. Assim, o horizonte de luta por direitos sociais se expande: Como as filhas dessas

mulheres em situação de vulnerabilidade poderão ocupar lugares na universidade? Como essas fissuras vão sendo construídas?⁴⁵

Pensar nas identidades de formação social é um movimento de compreensão do indivíduo que pode servir como uma grande ferramenta para auxiliar na organização popular. Afinal, ser atravessada por gênero não me faz ser igual a todas as mulheres, e essas diferenças precisam aparecer nas análises, ao proporcionar critérios avaliativos relevantes e específicos, permitindo encontrar pontos de contato onde possamos nos organizar coletivamente contra o sexismo.

Compreendo que as identidades não são dadas, mas formadas por processos materiais e simbólicos que se referenciam historicamente. O ser negro, por exemplo, não é definido apenas pela cor da pele, assim como ser mulher não se resume à genitália. Essas identidades são construídas a partir das experiências sociais, econômicas e culturais — como já destaquei na aula da Rita Von Huntz disponível no Youtube —, o que nos leva a reconhecer que toda identidade é resultado de um processo coletivo e situado de socialização⁴⁶. E esse processo varia substancialmente conforme o recorte espacial e temporal de análise.

Afinal, por que tanta ênfase na questão racial, de gênero e/ou de classe nos debates socioeconômicos brasileiros? O que move a resposta é que, compreendendo o racismo estruturalmente⁴⁷, não existe a possibilidade de pensar o Brasil desconsiderando a desigualdade e opressão racial. Percebo

⁴⁵ Sem pretensão de concluir uma resposta a essas perguntas, mas afirmo que o diálogo é um bom início de articulação para projeção de novos cenários e a compreensão das relações entremeadas que estão no nosso campo mais banal, o real.

⁴⁶ A socialização ocorre do indivíduo para o coletivo, enquanto também parte do coletivo para o indivíduo. Ou seja, enquanto me situo como sujeita, já me relaciono com os valores e normas que a sociedade construiu para definir meu lugar no coletivo.

⁴⁷ “O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. [...] A ênfase da análise estrutural do racismo não exclui os sujeitos racializados, mas os concebe como parte integrante e ativa de um sistema que, ao mesmo tempo que torna possíveis suas ações, é por eles criado e recriado a todo momento. [...] Ou seja, pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas.” (Moreira, 2020, p. 51-52)

que o mesmo raciocínio se aplica ao patriarcado, que subordina as mulheres com base na divisão sexual do trabalho, inclusive se ancorando no modelo de organização social sexualmente dividido das sociedades pré-capitalistas. Quanto à classe, talvez o tema mais exaustivamente debatido dentro dos debates marxistas, ela revela como a divisão social em classes subordina, explora e se apropria dos sujeitos trabalhadores para a manutenção da lucratividade, essencial ao funcionamento do sistema.

Assim, entendo que o racismo, o sexismo, a opressão de classe, entre outras formas de dominação, são construídas, e apresentam variações de acordo com o espaço e o período histórico analisado. Dessa forma, proponho fazer um percurso comparativo por alguns autores que se apropriam dessas categorias. A intencionalidade reside em apontar algumas distinções dentro da mesma categoria em realidades nacionais distintas e limites dentro da mesma categoria em obras diferentes, observando aonde alguns autores chegam e onde outros expandem a discussão internamente nas categorias de gênero, raça e classe⁴⁸. Para mim, o exercício aqui talvez não seja o de responder com propriedade como cada uma das categorias interseccionais se forma e vai assumindo diferentes usos e/ou desdobramentos na história, mas sim o de exercitar, nas limitações da abstração, como essas categorias movimentam a realidade concreta.

Ao refletir sobre o racismo estrutural, apoio-me nos estudos de Muniz Sodré (2023), que mostra como a abolição foi, na verdade, uma etapa funcional do capitalismo brasileiro, articulada à lógica do mercado e não a um princípio humanitário/moral. Essa análise reconhece que a racialização persiste como uma estrutura em movimento, que se adapta e se ressignifica continuamente, sem perder sua força de dominação.

Por isso, compreender o racismo como uma tecnologia de poder que estrutura a sociedade e o território é essencial. Essa tecnologia, segundo Sodré (2023), articula elementos da economia, da política e da cultura,

⁴⁸ Este trabalho não se trata de cartografar e/ou narrar o histórico de formação dos conceitos/categorias de análise, mas sinalizar onde me situo no debate dessas categorias para friccionar as tensões interseccionais.

cristalizando desigualdades que moldam tanto os espaços que habitamos e produzimos, quanto os corpos que vivenciam (n)essas experiências.

Ao incorporar essa perspectiva à Geografia, noto que os espaços não são neutros: eles são formados e reformados pelas relações sociais - o que o torna carregado de intencionalidade -. A formação socioespacial, enquanto chave interpretativa, permite analisar como algumas desigualdades se espacializam.

Com isso, pontuo que nenhuma categoria gera consciência por si mesma. Por exemplo, a mera ideia da existência da classe trabalhadora, em si, não possui nenhum potencial mobilizador da realidade, nem garante que, por produzir uma a ela, os sujeitos automaticamente construirão um repertório de identificação com a mesma, ou ainda que almejem (numa perspectiva socialista) uma agência revolucionária/contra-sistêmica.

Exercitando o argumento acima, a ideia é pensar: apenas estar na dinâmica social enquanto parte constituinte do proletariado, faz com que eu tenha suporte para construir uma consciência individual da minha condição subordinada no que tange a classe social? Essa ideia de que o indivíduo conseguiria construir essa consciência auxilia no movimento coletivo de organização e reivindicação da classe trabalhadora pelos direitos sociais?

Numa sociedade capitalista, com um discurso neoliberal fortemente dissipado pelas mídias, pelas redes sociais, pela educação básica⁴⁹, onde lutar e se reconhecer como trabalhador — coletivamente — tem sido cada vez mais complexo. O poder hegemônico luta para manter as pessoas dissociadas, afinal, a vulnerabilidade é mais efetiva quando encontra o sujeito descolado de grupos onde possa se identificar e gerar a raiva justa (Freire, 2011).

⁴⁹ Trabalhei por um ano e meio numa escola da rede pública onde me foi atribuído trabalhar com uma disciplina chamada “Empreendedorismo Social” que na ementa era uma formação para os estudantes aprenderem a se tornarem “patrões de si” e opções para criarem microempresas e afins. As opções iam desde bolo no pote até venda de produtos produzidos com materiais recicláveis, era nítido a intenção de afastar cognitivamente os estudantes de uma possibilidade de trabalho onde eles pudessem contar com uma carteira assinada e direitos trabalhistas, por exemplo, mas que geraria um terreno fértil para a competitividades, soluções individuais para todos os problemas e afins, que mais se assemelha com um jogo de múltiplas construções, a depender do tempo/espaço.

O mesmo se aplica a gênero e raça: existir (enquanto sujeito performático da mulheridade/sujeito racializado) não corresponde imediatamente a uma construção de identidade com o movimento feminista, nem com o movimento negro.

Inclusive, a interseccionalidade, como ferramenta de análise crítica, proporciona um instrumental para perceber as camadas da construção desse sujeito, que inclusive, em alguma medida, colaboram ou não para a identificação desse sujeito individual a uma experiência/vivência/materialidade coletiva. Afinal, as estruturas submetem a todos, mas de forma distinta e dinamicamente.

A categoria de classe é alvo de disputa, uma vez que sua própria sistematização não aparece amplamente na obra de Karl Marx (Santos, 2016), potencializando as distintas definições. Na ideia de Coggiola (1994), a classe aparece num par materialista-dialético, onde a materialidade é expressa pela base efetiva das classes distintas em relação com os meios de produção; já a dialética se determina na conflituosa relação entre as classes. Thompson (2004) critica as análises estáticas, que negam a subjetividade, derivadas de perspectivas positivistas no pensamento marxista. O autor aponta um horizonte onde isso geraria inclusive uma coisificação da categoria de classe, passível de ser definida matematicamente⁵⁰.

Ainda analisando as construções de Thompson sobre a importância da historicidade para a compreensão da classe, Santos (2016) destaca:

Aqui, mais do que um lugar específico nas relações sociais de produção, interessa saber *como* os sujeitos sociais agem diante de sua posição na realidade em que vivem. Em outras palavras, cabe apreender e elucidar os antagonismos, os conflitos, bem como os valores e tradições que definem a consciência de classe, sendo a própria dinâmica da luta de classes a referência para sua definição. (2016, p.49, destaque do autor)

⁵⁰ O que se relaciona com a visão errônea de que a interseccionalidade seria uma soma de opressões que explicaria quem estaria mais a margem, em ambas as construções, essa perspectiva pode gerar uma compreensão estática das relações sociais que são fluidas e dinâmicas.

Inclusive, o movimento teórico antirreducionista, anti-determinista e processualista, como aponta Santos (2016), deve ser pensado a fim de que se evidencie o processo desigual. Para atenuar o economicismo, preciso pensar as estruturas. Mas analisar o proletariado como o par constituído de exército industrial de reserva e massa marginal, — por exemplo — não é suficiente para a análise da classe operária. Conforme Gonzalez, “[...] se quisermos tratar do problema da participação, abandonaremos essa instância e passaremos para a das práticas sociais, a fim de evitarmos o risco do economicismo.” (2020, p.168) No mesmo caminho analítico, Santos reforça:

A classe constitui-se, nesta perspectiva, uma formação social e cultural que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, de forma independente das relações com outras classes. Seu enfoque recai, com efeito, sobre a dinâmica do conflito. (2016, p. 63)

O conflito evidenciado acima fica mais evidente no movimento de cruzamento da classe e das classes com as demais vias identitárias, sejam elas as que diretamente aparecem nessa dissertação, quanto tantas outras possíveis.

Ao evidenciar o gênero, observo que várias autoras tecem críticas ao movimento feminista por sua falha na própria estruturação, inclusive perdendo seu potencial de movimento articulador da realidade e sendo reduzido a um estilo de vida passível de ser incorporado por qualquer forma de ser mulher, como aponta bell hooks:

O feminismo como estilo de vida introduziu a ideia de que poderia haver tantas versões do feminismo quantas fossem as mulheres existentes. De repente, a política acabou a ser aos poucos removida do feminismo. E prevaleceu a hipótese de que não importa o político de uma mulher, seja ela conservadora ou liberal, ela também pode encaixar o feminismo em seu estilo de vida. (2020, p. 23)

Pode até soar determinista em certa medida a relação de se “encaixar” no feminismo a depender do posicionamento político, mas é no mínimo incoerente não compreender que os abismos embutidas nos modelos de feminismo onde existe a possibilidade de manter a luta pelo fim da opressão de gênero lado a lado com a manutenção do sistema capitalista. Como nos apontam os moldes neoliberais onde a estrutura política de sustentação está

na própria opressão de gênero, no trabalho certificado, na política, na construção e manutenção da família. bell hooks aborda algumas fissuras práticas do movimento feminista, ao falhar no processo educativo de levar o pensamento feminista às massas, discorrendo:

[...] Ao falhar na criação de um movimento educacional de massa para ensinar para todo mundo sobre feminismo, permitimos que a mídia de massa patriarcal permanecesse como um principal local em que as pessoas aprendem sobre feminismo, e a maioria do que aprendem é negativa. [...] (2020, p.46)

E segue analisando:

Se não trabalharmos para criar um movimento de massa que oferece educação feminista para todo mundo, mulheres e homens, teoria e prática feminista serão sempre enfraquecidas pela informação produzida na maioria das mídias convencionais. (hooks, 2020, p.47- 48)⁵¹

Acredito que esses processos favorecem que a compreensão dos indivíduos sobre o movimento possa gerar identificação de homens e mulheres para a luta feminista contra a opressão de gênero, que afeta a ambos distintamente, porém efetivamente concreta⁵².

Mesmo nesse cenário, não é possível considerar as mulheres como uma massa homogênea, mesmo que produzindo de uma mesma classe social. Saffioti (1976) questiona:

Cabe, pois, indagar se à mulher, enquanto membro da categoria de sexo sempre dependente e submissa, o sistema em questão chegaria a oferecer plenas possibilidades de integração social. A determinação renovada da força de trabalho do produtor imediato como mercadoria constitui o melhor índice de sua integração na sociedade de classes. Eis por que será tomada aqui a atividade trabalho como fio condutor da análise do problema da mulher tal como ele se apresenta nas sociedades competitivas. (1976, p.32)

Saffioti (1976) analisa a mulher na sociedade de classes e aponta essa categoria identitária no modo de produção capitalista estritamente ligada às forças produtivas. Ela afirma:

⁵¹ Muitas vezes a mídia inclusive demoniza o próprio feminismo.

⁵² E mesmo ao tratarmos da opressão exclusivamente sobre as mulheres, podemos notar que ela não se dará de forma monolítica, o que poderemos compreender ao cruzarmos gênero, raça, classe, nacionalidade, orientação sexual, capacidade, idade e assim por diante, de forma contínua e atualizada, sempre.

A MULHER das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental. (1976, p. 33)

E mesmo nas sociedades pré-capitalistas, posso analisar como o papel social das mulheres foi sendo subalternizado e condicionado⁵³. Como se esse processo não fosse excruciante o suficiente, ainda ocorreu a construção cognitiva de que as mulheres apresentavam obstrução para o desenvolvimento do sistema. Saffioti (1976) explica:

Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir, de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais. A elaboração social do fator natural sexo, enquanto determinação comum que é, assume, na nova sociedade, uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social. Aparentemente, no entanto, são as deficiências físicas e mentais dos membros da categoria sexo feminino que determinam a imperfeição das empíricas das sociedades competitivas. A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher. As barreiras que a sociedade de classes coloca à integração social da mulher, todavia, não apresentam, no processo de seu aparecimento e vigência, muita uniformidade. (1976, p.37)

Enfatizando que a categoria de gênero⁵⁴ não é estática, — assim como a classe — nem consegue por si só explicar a realidade espacial e racialmente distribuída dessas mulheres na realidade. As análises de gênero,

⁵³ “Assim, nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e politicamente seja a mulher inferior ao homem, ela participa do sistema produtivo, desempenha, portanto, um relevante papel econômico. Este papel, entretanto, na medida em que é menos relevante que o do homem, se define como subsidiário no conjunto das funções econômicas da família. (Saffioti, 1976, p.35)

⁵⁴ “Revisitando as origens do conceito de gênero, é possível perceber que, em sua gênese, embora traga as marcas de cada cultura, restringiu-se por um tempo, a experiência da mulher cis, heterossexual, branca de classe média, magra, sem deficiências - que ocupa uma posição superior e de privilégio social, sendo o ideal performativo a ser alcançado por todas as mulheres.” (Nascimento, 2021, p.26)

objetivamente, precisam considerar a escravização como fator indispensável para o desenvolvimento do sistema capitalista. Davis (2016) descreve:

Nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro. Mas isso não significa que, como mães, as mulheres negras gozassem de uma condição mais respeitável do que a que tinham como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. (2016, p. 25-26)

Com isso, quando Angela Davis elabora sobre o legado da escravização, pontuando a condição do gênero, ao evidenciar as dinâmicas do movimento antiescravagista, a luta sufragista, e assim por diante, ela utiliza categorias como gênero, raça e classe social para interpelar a realidade que se propõe a pensar. E essas categorias não são estáticas, nem simplesmente utilizadas para posicionar sujeitos mais ou menos vulneráveis a violências físicas/materiais/simbólicas, mas se movimentam na história conforme as necessidades do sistema e frente às agências dos sujeitos.

Um exemplo concreto desse movimento é a necessidade do sistema em dado momento histórico de sustentar o tráfico negreiro para o aumento da população escravizada. Contudo, frente às dinâmicas entre nações⁵⁵ e as proibições desse tráfico, o sistema precisa manter/aumentar o quantitativo de trabalhadores jovens em determinadas etapas produtivas. Para isso, a categoria gênero é mobilizada como essencial no trabalho reprodutivo.

A autora ainda reforça que, mesmo a categoria de gênero sendo essencial para pensarmos o trabalho reprodutivo, isso pode contribuir para aumentar a análise, já que essas mulheres ainda permanecem na condição de

⁵⁵ Como ocorre no Brasil com as legislações: 1. Lei de 7 de novembro de 1831: BRASIL. *Lei de 7 de novembro de 1831*. Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM-7-11-1831.htm. Acesso em: 14 jun. 2025. 2. Lei n.º 581, de 4 de setembro de 1850: BRASIL. *Lei n.º 581, de 4 de setembro de 1850*. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso em: 14 jun. 2025. Leis que antecedem a lei Áurea pela pressão internacional.

trabalhadoras domésticas, industriais, camponesas etc., pelo viés de classe, e continuam com trabalho escravizado pela via racial. Ou seja, a construção social delas como mulheres, proletárias as mantinham na condição de trabalhadoras precarizadas, além das condições fenotípicas que as mantinham na condição de escravizadas.

Mesmo não se tratando de um trabalho que mobilize a interseccionalidade como categoria explicativa para os fenômenos descritos, Ângela Davis articula as vias identitárias para pensar a realidade, inclusive mostrando como as categorias são acionadas distintamente conforme as necessidades do sistema. Esse processo desumaniza as mulheres negras, que nem eram consideradas mães⁵⁶, ao passo que sua fertilidade era extremamente importante para a sua “valorização”. Davis (2016) ilustra:

Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas. Um ano após a interrupção do tráfico de populações africanas, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravas não tinham nenhum direito legal sobre suas filhas e filhos. (2016, p.26)

Sua condição de mulher ainda era um fator de diferenciação nos abusos e violências que lhes eram infligidos. Davis (2016) exemplifica:

Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. (2016, p.26)

A autora apresenta como o estupro servia — e ainda serve — como uma ferramenta dos corpos não fálicos, que além de controlar as mulheres, desmoralizava os companheiros⁵⁷. E essa prática não se restringe ao período

⁵⁶ Importante destaque, ao parecer em muitos trabalhos que a concepção da mulher como responsável incondicional do cuidado dos filhos dá a entender que se trata de um caráter universal. Contudo, foi negado as mulheres negras, que eram concebidas apenas como receptáculo da força de trabalho a ser escravizada, a estas mulheres não havia o mínimo de humanidade para existirem como mães.

⁵⁷ “Seria um erro interpretar o padrão de estupros instituído durante a escravidão como uma expressão dos impulsos sexuais dos homens brancos, reprimidos pelo espectro da feminilidade casta das mulheres brancas. Essa explicação seria muito simplista. O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros.” (Davis, 2016, p.39)

histórico da escravização, como a mesma autora aponta ao fazer uma análise do sistema carcerário na mesma perspectiva dos entroncamentos de gênero, raça e classe⁵⁸.

Portanto, situo o debate de gênero desta dissertação localizado na perspectiva feminista negra interseccional, que prevê não haver libertação efetiva para as mulheres, quando algumas de nossas irmãs ainda se mantiveram sobre o processo de subalternização. Seja ela de raça, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, religião, idade, entre outras.

Continuando o tensionamento da construção do imaginário social abrangente sobre a categoria mulher, existe a consideração das mulheres como sexo frágil, mas nem esse princípio se apresenta igualmente quando cruzamos com o critério racial. Davis (2016) observa:

Além disso, uma vez que as mulheres negras, enquanto trabalhadoras, não podiam ser tratadas como o “sexo frágil” ou “donas de casa”, os homens negros não podiam aspirar à função de “chefes de família”, muito menos à de “provedores da família”. Afinal, homens, mulheres e crianças eram igualmente “provedores” para a classe proprietária de mão de obra escrava. (2016, p.26)

Além disso, sua distinção sexual — para as mulheres negras escravizadas — não era um crivo para a diminuição do que lhes era incumbido no sistema de cálculo de rendimento do trabalho escravo, nem mesmo se estivessem grávidas ou tivessem passado pelo parto recentemente. Davis (2016) documenta:

Obviamente, os proprietários buscavam garantir que suas “reprodutoras” dessem à luz tantas vezes quantas fosse biologicamente possível. Mas não iam tão longe a ponto de isentar do trabalho na lavoura as mulheres grávidas ou as mães com crianças de colo. Enquanto muitas mães eram forçadas a deixar os bebês deitados no chão perto da área em que trabalhavam, outras se recusavam a deixá-los sozinhos e tentavam trabalhar normalmente com eles presos às costas. [...] As mulheres grávidas não apenas eram obrigadas a realizar o trabalho agrícola usual como também estavam sujeitas às chicotadas que trabalhadoras e trabalhadores normalmente recebiam se deixassem de cumprir a cota diária

⁵⁸ Ver capítulo 3.

ou se protestassem com “insolência” contra o tratamento recebido. (2016, p. 27-28)

A exploração do trabalho não era condicionada apenas ao trabalho agrícola, pois “As mulheres não eram “femininas” demais para o trabalho nas minas de carvão e nas fundições de ferro, tampouco para o corte de lenha e a abertura de valas. (Davis, 2016, p. 28)”. Além disso, o trabalho dessas mulheres era considerado por vezes mais lucrativo, pois a manutenção dessa população era financeiramente mais baixa. Marx (2013) aponta:

Na Inglaterra, ocasionalmente ainda se utilizam, em vez de cavalos, mulheres para puxar etc. os barcos nos canais, porque o trabalho exigido para a produção de cavalos e máquinas é uma quantidade matematicamente dada, ao passo que o exigido para a manutenção das mulheres da população excedente está abaixo de qualquer cálculo. (2013, p.467)

Para tanto, ao pensar as experiências, não posso me desvincular das realidades materiais que cada ambiente proporciona. Pensando na realidade brasileira⁵⁹, opero a partir de um processo longo e truculento de escravização, migrações de grupos europeus, que, por meio das sucessivas violências, físicas, morais, sexuais, religiosas, produziu e continua reproduzindo uma miscigenação que, inclusive, é utilizada para reforçar o mito da democracia racial. Assim, a interseccionalidade auxilia a refletir como os frutos desses eventos forjaram identidades que têm mais ou menos acesso a mecanismos como saúde, educação, empregos, etc. Collins e Bilge (2021) observam:

Não obstante, o mito da democracia racial e a história específica do Brasil, com escravidão, colonialismo, ditadura e instituições democráticas, moldaram padrões distintos de relações interseccionais de poder quanto a raça, gênero e sexualidade. Encontros sexuais, consensuais e forçados, entre populações de ascendência africana, indígena e europeia geraram um povo com variadas texturas de cabelo, cores de pele, formas físicas e cores de olhos, além de uma série de termos complexos e historicamente voláteis para descrever as misturas resultantes. A cor da pele, a textura do cabelo, as características faciais e outros aspectos físicos tornaram-se

⁵⁹ Aqui, vale um exemplo concreto como o trabalhado por Juliana Przybysz e Joceli Maria da Silva no trabalho intitulado “Espacialidades interseccionais na vivência de mulheres prostitutas na cidade de Ponta Grossa-PR”. No referido trabalho, as autoras partem da cidade de Ponta Grossa, no Paraná, para destacarem as espacialidades produzidas pelas relações entre gênero, maternidade, e prostituição.

marcadores raciais de fato para a distribuição de educação, emprego e outros bens sociais. (2021, p.41-42)

Enquanto escravizadas no Brasil, as mulheres negras ocupavam-se em parâmetros de postos de trabalho em duas categorias: a trabalhadora do eito e a mucama. Gonzalez (2020) descreve a realidade brasileira e os lugares ocupados pelas mulheres negras escravizadas no Brasil, que se ocupavam em parâmetros de postos de trabalho em duas frentes, a trabalhadora do eito — roça — e a mucama, como aponta:

Enquanto escrava do eito, ninguém melhor do que a mulher para estimular seus companheiros para a fuga ou a revolta — trabalhando de sol a sol, subalimentada e, muitas vezes, cometendo o suicídio para que o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino que ela. Vale notar que a vida média de um escravo produtivo não ultrapassava os dez anos. Depois disso, os senhores dele se livravam mediante a concessão da alforria, que significava um tipo especial de “liberdade”: a de morrer de fome, em função da invalidez precocemente adquirida (sendo este o sentido da “Lei” dos Sexagenários). Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto do ciúme rancoroso da senhora. Após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc. quase mortos de fome e de cansaço.(2020, p.53)

Essa é uma análise importante para compreender a formação da mãe-preta⁶⁰, por exemplo, que deriva da atuação da mucama e, no Brasil, tem raízes fundamentais para explicar, além de formas de resistências negras, a influência na manutenção da herança afrodiaspórica. Com isso, reforço o quão importante é perceber a especificidade da formação da categoria de gênero em

⁶⁰ “Foi em função de sua atuação como mucama que a mulher negra deu origem à figura da mãe preta, ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores, contando-lhes histórias sobre o quibungo, a mula sem cabeça e outras figuras do imaginário popular (Zumbi, por exemplo). [...] Conscientemente ou não, passaram para o brasileiro “branco” as categorias das culturas africanas de que eram representantes. Mais precisamente, coube à mãe preta, enquanto sujeito suposto saber, a africanização do português falado no Brasil (o “pretuguês”, como dizem os africanos lusófonos) e, conseqüentemente, a própria africanização da cultura brasileira.” (Gonzalez, 2020, p.47)

diferentes períodos históricos, espaços e modos de produção. Por isso, a interseccionalidade subsidia como ferramenta analítica para a apreensão da realidade da mulher negra no Brasil. Por isso coaduno com Gonzalez (2020), quando ela aponta:

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. (2020, p.58)⁶¹

A autora dinamiza as categorias de gênero, raça e classe na realidade brasileira, e para compreender como essas diferenciações vão se substancializando, é indispensável compreender o processo de naturalização da subjetividade feminina, ou seja, como que alguns adjetivos vão se tornando parte do imaginário social. Davis (2016) explica:

À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. (2016, p.30)

Ângela Davis apresenta no argumento acima como vão sendo produzidas as formas de compreender o papel socialmente construído para as mulheres, mas não todas, nesse caso, somente para as brancas. Isso deixa de fora muitas construções de mulher que não são compreendidas a partir da construção material e subjetiva de mulheres brancas⁶².

⁶¹ Neste ponto, podemos recorrer a perguntas como: quem descansa aos domingos? Quais são os acessos a lazer que as mulheres possuem? O que aprendemos a considerar como lazer pode por vezes ser mais um trabalho, como os crochês que muitas fazem e vendem para complementação de renda, cozinhar para a família aos domingos e feriados, e assim por diante.

⁶² Ver: NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2021. 191 p. (Coleção Feminismos Plurais). ISBN 978-65-8711-336-4.

Penso que conceber as categorias de forma estática gera uma interpretação da realidade onde pensar o sujeito é apenas posicionado socialmente, mediante as categorias identitárias de gênero, raça, classe, sexualidade, etnia, nacionalidade e afins. Não basta pensar o sujeito apenas como uma soma de identidades, como se ele ocupasse uma posição social estática. Afinal, nem as posições sociais, nem as identidades propriamente ditas são estáticas.

Mas, a ideia de “lugares fixos”, sejam na identidade, ou nos papéis sociais fixas, corrobora para as organizações categóricas servirem como um prisma geométrico onde as opressões são somadas, e a partir daí se consiga analisar quais indivíduos estariam mais à margem ou ao centro dos privilégios. Assim, as categorias teriam um valor meramente imobilizado, e sua sobreposição se daria pela participação ou não desse cruzamento identitário nas experiências do sujeito. Ao invés de somar categorias, é preciso articular analiticamente todas elas, como/com qual motivação/quais os resultados dos deslocamentos entre elas, de forma visíveis ou invisíveis, materiais ou subjetivas, de acordo com o contexto, não se apresentando como uma conta, mas como uma ferramenta analítica para entender relações de poder complexas, situadas e mutáveis.

Sendo assim, a articulação e movimentação dessas categorias, a partir da interseccionalidade, deve ser mais complexificada. Akotirene (2019) argumenta:

[...] a articulação das clivagens identitárias, repetidas vezes reposicionadas pelos negros, mulheres, deficientes, para finalmente defender a identidade política contra a matriz de opressão colonialista, que sobrevive graças às engrenagens do racismo cisheteropatriarcal capitalista. Sendo assim, não apenas o racismo precisa ser encarado como um problema das feministas brancas, mas também o capacitismo como problema das feministas negras cada vez que ignoramos as mulheres negras que vivem a condição de marca física ou gerada pelos trânsitos das opressões modernas coloniais: sofrendo o racismo por serem negras, discriminadas por serem deficientes. Portanto, na heterogeneidade de opressões conectadas pela modernidade, afasta-se a perspectiva de hierarquizar sofrimento, visto como todo sofrimento está interceptado pelas estruturas. (2019, p.28)

No que tange à raça, evidencio a racialização dos sujeitos lidos socialmente como não-brancos, e percebo que sua construção está intimamente relacionada com a realidade histórica/espacial. Ou seja, a racialidade, vai se formando em um determinado contexto temporal e espacial, que podem apresentar particularidades, por exemplo, a construção da identidade negra no Brasil difere em termos substanciais da identidade negra nos Estados Unidos.

O conceito de raça vai sendo moldado histórico e espacialmente a partir de características de diferenciação biológicas, as quais foram sendo atribuídos valores éticos/morais aos sujeitos (Munanga, 2004). O professor Kabengele faz o percurso analítico de explanação constitutiva das noções de raça para a compreensão do racismo. Conceito que deriva do latim, que remete a linhagem/descendência, atuando nas relações sociais a partir do século XVI na França, agregando as diferenças, habilidades e determinações para a sujeição com base nas características morfo-biológicas⁶³.

A raça, como concebida atualmente, é resultado das relações de poder, e relações do capital (Munanga, 2004), desdobrando na construção do racismo como uma fé na hierarquia entre as pessoas com base nas características que as distingue⁶⁴. Atualmente, esse processo é acrescido das características étnicas — subjetivas⁶⁵ — que também servem para identificar o grupo a ser socialmente marginalizado.

Na realidade brasileira, a raça (como fator distintivo dos sujeitos) fundamenta a formação e o “desenvolvimento” do país. Se estruturando sobre

⁶³ Mobilizada pelas diferenças de concentração de melanina na pele, e posteriormente, no século XIX, somando características como o formato do nariz, queixo, crânio, etc. (Munanga, 2004)

⁶⁴ Munanga (2004, p.9) apresenta as classificações do negro a partir dos trabalhos de Carl Von Linné, que caracteriza o negro como “Africano: negro, flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes(despotismo), unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados.” O que evidencia o juízo de valor atribuído a população racializada.

⁶⁵ Marginalização de expressões culturais, religiosas, gastronômicas e afins, materializado quando consideramos a criminalização da capoeira com a Lei dos Vadios e da Capoeira de 1890, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em 14 de jun de 2025, a criminalização e/ou marginalização dos bailes funks, da cultura hip-hop, das religiões de matriz africana, assim por diante. Ou até a própria Lei de 11343/2006 que versa sobre drogas.

os braços fortes de mais de três séculos e meio de escravização legalizada, de uma formação urbana e camponesa periférica após o período abolicionista. Processo que desdobra o racismo velado como instrumento de perpetuação de violências físicas, materiais e simbólicas contra pessoas negras, que se diferenciam quando pontuamos o gênero.

Devido ao processo de estupro das mulheres negras e indígenas no território brasileiro, resultando na miscigenação como uma característica fundamental na composição populacional brasileira, o racismo é ocultado, pois a existência dessa população altamente miscigenada é utilizada como argumento para negar a existência de racismo, o que conhecemos como o mito da democracia racial brasileira, entendido como um processo de apaziguamento — quase uma inexistência da possibilidade de manutenção do racismo (Gonzalez, 2020) — entre as pessoas devido ao alto nível de miscigenação e relação entre esses sujeitos, que nos apresenta então um racismo à brasileira, velado.

Já o movimento segregacionista dos Estados Unidos se desdobra em uma manifestação mais explícita do racismo, a partir de um repertório onde pessoas brancas e negras eram efetivamente separadas nos ambientes públicos, com legislações que permitiam e perpetuavam essa opressão racial. No Brasil, esses processos racistas estão formando nosso país material e subjetivamente a partir das ações racistas, individuais, institucionais⁶⁶ (Bento, 2022), recreativas⁶⁷ (Moreira, 2019).

Essas formações conceituais permitem dar teorização a dados como os de ocupação trabalhista em cargos gerenciais, onde os diretores e gerentes brancos somando homens e mulheres no ano de 2023 somam 2.196.462, já para a população negra equivale a 1.146.706 nos mesmos critérios⁶⁸, e espacialmente organizado como demonstra o mapa abaixo:

⁶⁶ Aberta ou encoberta (Bento, 2022).

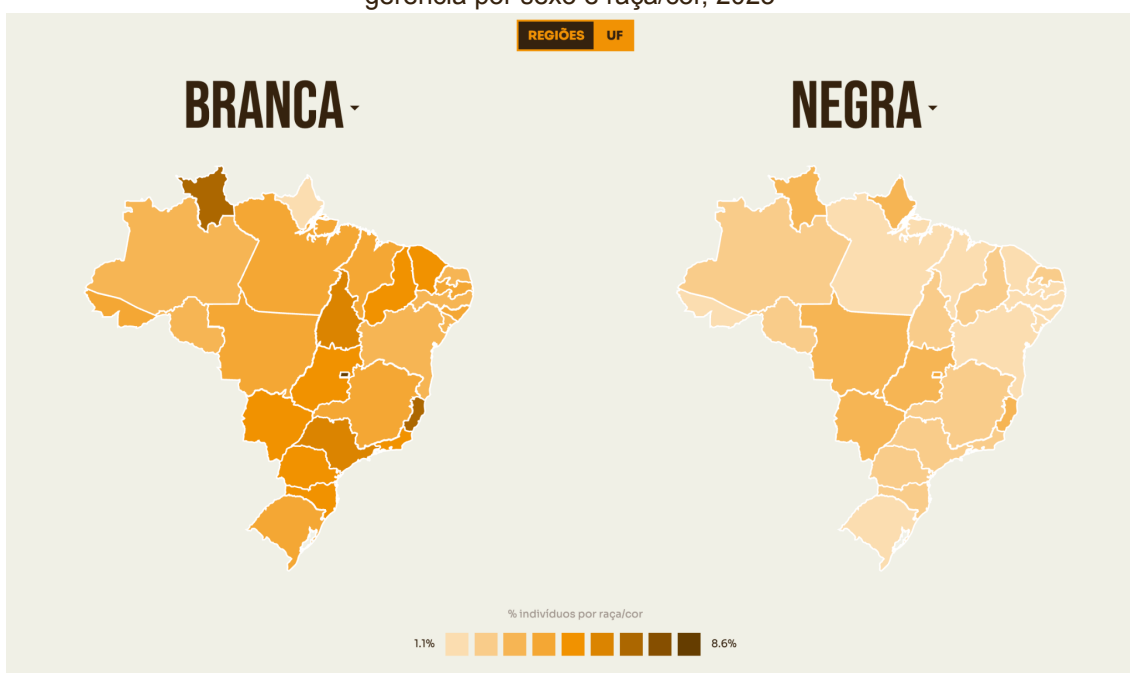
⁶⁷ Uso do humor com adjetivação desclassificatória, para evidenciar o grupo que merece respeito (Moreira, 2019).

⁶⁸ Dados da plataforma CEDRA Atualizado em: 21 de março de 2025, Fonte: IBGE. PNAD.

Disponível em:

<https://cedra.org.br/conjuntos-de-dados/populacao-economicamente-ativa-ocupada-em-cargos-de-gerencia-por-sexo-e-raca-cor/#/tabela>. Acesso em: 14 de Jun de 2025.

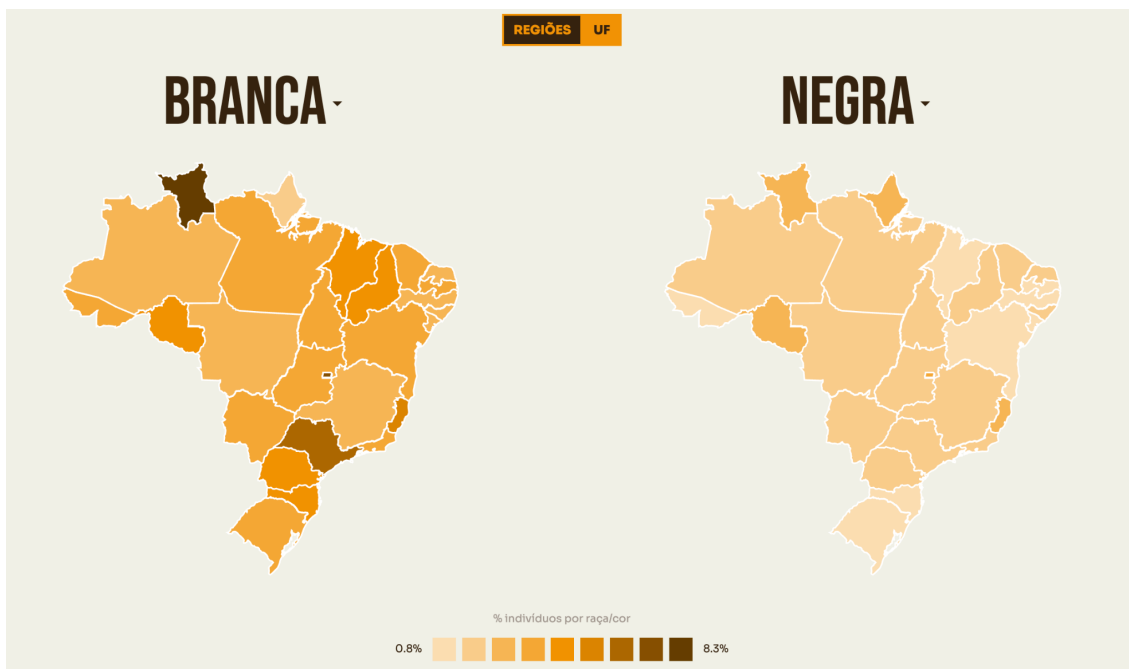
Figura 1: Mapa de espacialização da Força de trabalho ocupada em cargos de gerência por sexo e raça/cor, 2023



Fonte: CEDRA

A plataforma do CEDRA (Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais) permite cruzar os dados analisados para gerar os mapeamentos, e quando colocamos o critério de gênero no mesmo mapa acima, podemos ver como se diferencia os dados quando se tratam de mulheres em cargos deliberativos, como espacializa o mapa abaixo:

Figura 2: Mapa de espacialização da Força de trabalho ocupada em cargos de gerência por sexo e raça/cor, 2023



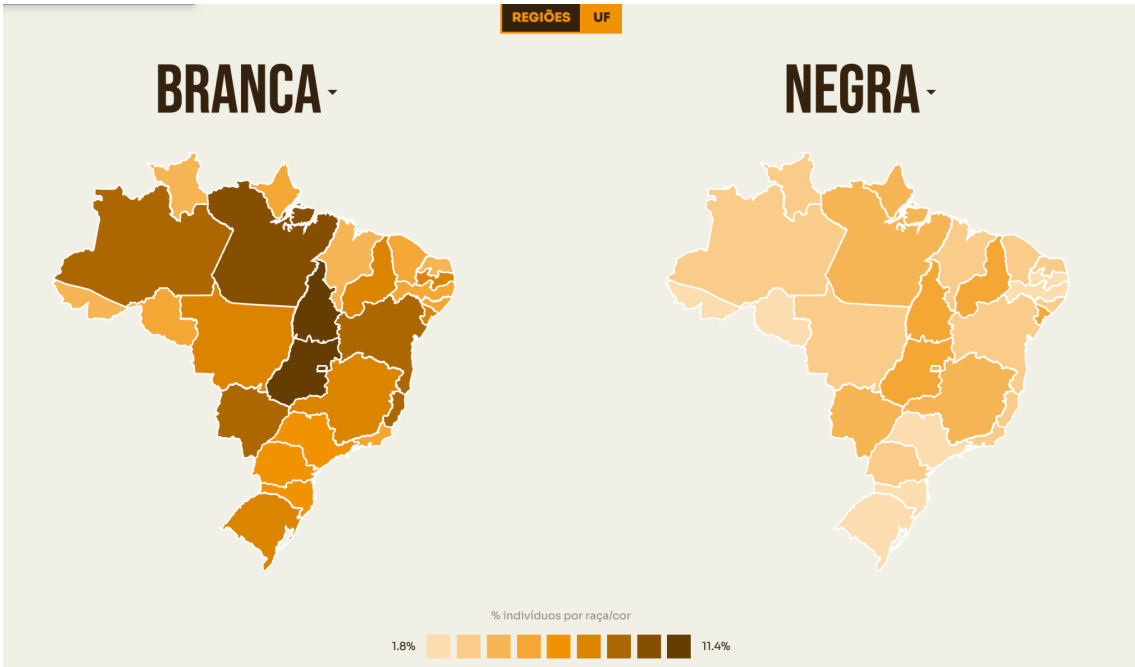
Fonte: CEDRA

O mapa acima revela as distinções interseccionais espacializadas na realidade atual brasileira. Para dar mais alguns dados, a partir da mesma plataforma, em relação à população ocupada no trabalho principal segundo a posição, quando a posição é de empregador no ano de 2023, o quantitativo entre a população branca era de 2.666.294, e a população negra na mesma posição somava 1.582.247 pessoas.

Interseccionando esses dados em gênero e raça, os empregadores homens brancos somavam 1.786.335 pessoas, enquanto o quantitativo das mulheres brancas empregadoras despenca para 879.959. Ao fazer o mesmo processo com a população negra, os homens negros empregadores em 2023 somavam 1.159.371, e na base estão as mulheres negras com menos da metade do quantitativo de mulheres brancas empregadoras, — que já é significativamente menor do que o quantitativo masculino — somando 422.876

mulheres negras empregadoras⁶⁹. Especializamos a partir dos dados de empregadores homens e o mapa fica assim:

Figura 3: Mapa de espacialização da População ocupada no trabalho principal segundo posição da ocupação por sexo e raça/cor, 2023

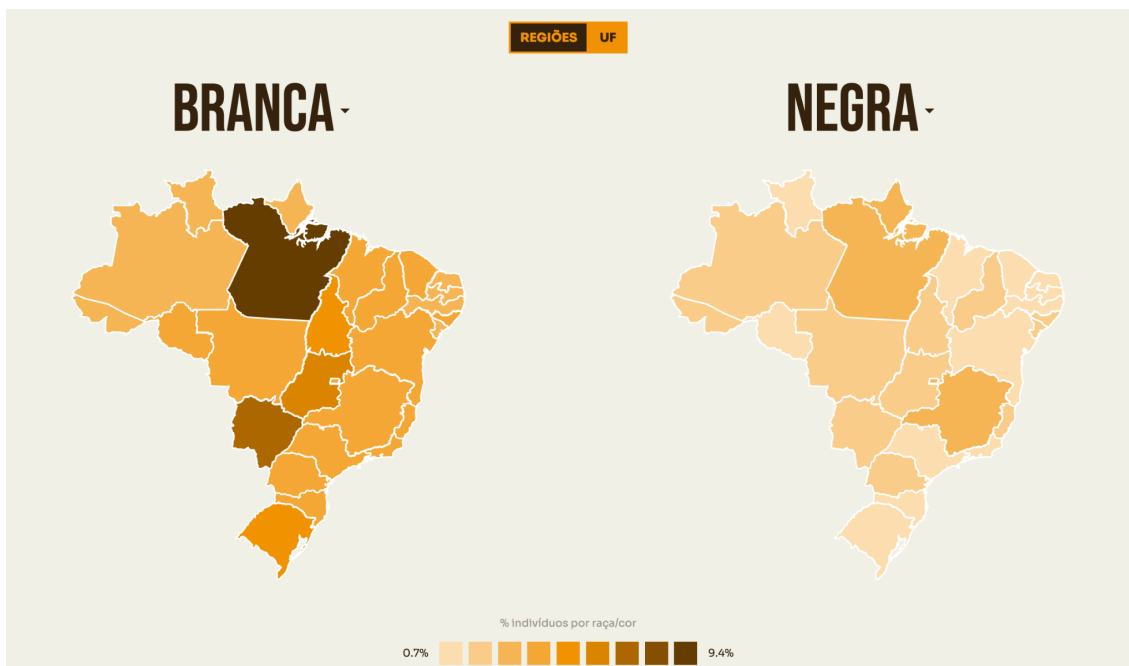


Fonte: CEDRA

Agora quando configuramos o mapa para nos demonstrar os dados de empregadoras mulheres, ele se reconfigura:

⁶⁹Disponível em: <https://cedra.org.br/conjuntos-de-dados/populacao-ocupada-no-trabalho-principal-segundo-posicao-da-ocupacao-por-sexo-e-raca-cor/#/tabela>. Acesso em: 14 de jun. de 2025.

Figura 4: Mapa de espacialização da População ocupada no trabalho principal segundo posição da ocupação por sexo e raça/cor, 2023



Fonte: CEDRA

Os exemplos poderiam se delongar a ponto de se tornarem uma tese à parte, mas a intencionalidade é apresentar concretudes de todo o processo de abstração intelectual que venho construindo. Aqui, podemos notar que a corporificação dos cargos também se desdobra na racialização e generificação internas à classe social.

Por isso é importante que a ciência geográfica se aproxime da interseccionalidade para analisar a realidade brasileira, já que isso fortalece nossa argumentação de que nunca houve democracia racial. Acrescento que nem democracia de gênero no Brasil, como Gonzalez (2020) explora:

O interessante a se ressaltar nessas formas racionalizadas da dominação/opressão racial é que até as correntes ditas progressistas também refletem, no seu economicismo reducionista, o processo de interpretação etnocêntrica. Ou seja, apesar de suas denúncias em face das injustiças socioeconômicas que caracterizam as sociedades capitalistas, não se apercebem como reprodutoras de uma injustiça racial paralela que tem por objeto exatamente a reprodução/perpetuação daquelas. A pergunta que se coloca é: até que ponto essas correntes, ao reduzirem a questão do negro a uma questão socioeconômica, não estariam evitando de assumir o seu papel de agentes do racismo disfarçado que cimenta nossas relações sociais? (2020, p.189-190)

Considero que o par dialético subjetividade/objetividade é extremamente útil para pensar a racialidade no Brasil, onde os mecanismos subjetivos como o racismo recreativo⁷⁰, apropriação cultural⁷¹, racismo religioso, entre outros processos, inclusive impactam diretamente nas dificuldades de organização do movimento negro. Uma vez que nossa mobilização prática depende de refletirmos criticamente sobre objetividades e subjetividades impostas a população negra. A partir de então poderemos nos reorganizar, nos reconhecer, nos reconectar com uma história⁷² que realmente concisa com o histórico de racismo e escravidão que circunscreve o nosso país, de como a meritocracia não existe quando as condições são discrepantes/desiguais, Gonzalez (2020) discute:

O longo processo de marginalização do povo negro, imposto pelas práticas discriminatórias de uma sociedade marcada pelo autoritarismo, relegou-nos à condição de setor mais oprimido e explorado da população brasileira. E é por aí que se pode entender certo atraso político do movimento negro em face de outros movimentos sociais. Mas o desconhecimento ou a não consciência desse tipo de efeito tem levado muitas pessoas de “boa vontade”, e até mesmo progressistas, a reproduzirem aquele julgamento tão bem caracterizado por Florestan Fernandes: os negros são os únicos responsáveis pela situação em que se encontram. (2020, p.191)

A autora aponta como é importante pensarmos isso no movimento, entre nossos companheiros de luta, haja visto que imaginamos que esses discursos estarão somente na boca de outro que não esteja junto conosco na luta, o que não é condizente com a realidade.

⁷⁰ Como aponta Moreira (2020) “É importante termos em mente que o humor racista não é apenas um meio de divulgação de estigmas referentes a membros de minorias raciais. Em última instância, ele tem o propósito de afirmar a ideia de que os membros do grupo racial dominante são os únicos atores sociais competentes. Dessa forma, o humor racista tem um objetivo importante: convencer os indivíduos de que os arranjos sociais só podem ser preservados se as pessoas brancas forem mantidas em posição de poder.” (p.84) Minoria essa em relação a acessos e direitos, não em quantitativo populacional.

⁷¹ “Apropriação cultural é um mecanismo de opressão por meio do qual um grupo dominante se apodera de uma cultura inferiorizada, esvaziando de significados suas produções, costumes, tradições e demais elementos. Tomando como exemplo a sociedade do consumo, onde tudo se transforma em produto, e mais especificamente a realidade brasileira, percebe-se que a muito tempo se usa uma estratégia para tornar palatável a cultura afro: apagar os traços negros, a origem ou qualquer outro elemento passível de rejeição, sobretudo aqueles que de alguma forma remetem à herança religiosa. (William, 2020, p.74-48)

⁷² Borges (2009) afirma haver uma indisposição atribuída a constituição de memória negra que pode ser quadruplicada quando pensamos no caso de mulheres, e que isso se desdobra em um estrago no campo das representações para a população negra no Brasil.

Tendo em vista o processo histórico, o tráfico negreiro “[...] se iniciou em 1550, se bem que já existissem africanos trabalhando nas plantações de cana-de-açúcar brasileiras. E já no final do século XVI os escravos constituíam a maioria da população da nova colônia portuguesa.” (Gonzalez, 2020, p.49). Esse processo reforça inclusive a idealização de uma aceitação da comunidade negra aos maus-tratos da escravização, o que considero totalmente incoerente com a história. Gonzalez (2020) argumenta:

Diante disso, nós, negros, tivemos que ir à luta praticamente sozinhos e, sobretudo nos anos 1970, inspirados muito pela nossa própria história, pela nossa história de resistência, de postura democrática já em Palmares, no século XVII, democrática do ponto de vista racial. Partindo para nos organizar, vamos ter, nos anos 1970, todo o renascer do movimento negro na nossa sociedade, inspirado efetivamente nas lutas de libertação da África, sobretudo a África lusófona. Inspirados na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, mas fundamentalmente apoiados, rastreados, em cima da nossa própria história de resistência e de luta. Os nomes de Zumbi e de Palmares, a Revolta dos Malês, os nomes de Luísa Mahin e de Dandara, a Revolta da Chibata, dentro já do esquema da República positivista: são todos elementos de inspiração de nossa presença no interior do movimento social que na segunda metade dos anos 1970 se organiza e parte para a crítica do regime militar. E nesse momento em que aqui estamos, para discutir a questão da Constituinte, não podemos, se pretendemos efetivamente construir uma sociedade onde o princípio de isonomia efetivamente se concretize, não podemos mais construir mentiras que abalem a possibilidade, que são uma grande ameaça à possibilidade da construção da nação brasileira, porque sem o crioulo, sem os negros, não se construirá uma nação neste país! (2020, p. 233)

Essa citação acima nos dá um parâmetro de agência contra-sistêmica que sempre fez parte da mobilização dos negros, e como sem rever a história da população negra, não existe possibilidade efetiva da construção de um projeto de país.

Assim como a categoria de gênero, a categoria de raça é essencial quando analisamos os mecanismos de fragilização sobre os indivíduos. Gonzalez (2020) ilustra:

Um dos mecanismos mais cruéis da situação do negro brasileiro na força de trabalho se concretiza na sistemática perseguição, opressão e violência policiais contra ele. Quando seus documentos são solicitados fundamentalmente a carteira profissional e se constata que está desempregado, o negro é preso por vadiagem; em seguida, é torturado (e muitas vezes assassinado) e obrigado a confessar crimes que não cometeu. De acordo com a visão dos policiais brasileiros, “todo negro é um marginal até prova em contrário”. Claro está que esse consenso setorial não é uma casualidade. (2020, p. 46)

Diante de tais atrocidades, a comunidade negra se vê com outras possibilidades de luta e enfrentamento das questões mais emergenciais da subsistência humana, uma vez que a partir do próprio corpo é construída a experiência negra coletiva - gerificada, cisheterocentrada etc -. Gonzalez (2020) descreve:

E lutar pela sobrevivência significa, para tais famílias, apelar para todas as formas possíveis no sentido de conseguir alimento e permanecer em seu estado de fome congênita. Significa não poder deixar suas crianças irem à escola porque, também elas, têm que ajudar nessa luta pela sobrevivência. Que se pense, aqui, nos casos de exploração do trabalho infantil em nosso país, tanto no campo quanto na cidade (em termos urbanos, por exemplo, que se pense nos pequenos vendedores, engraxates, lavadores de carro etc.). Certamente o futuro que aguarda aqueles que sobrevivem será, para os jovens negros, a revolta diante da falta de oportunidades que uma sociedade racista procura reforçar segundo os mais variados estereótipos (“negro é burro, incapaz intelectualmente, preguiçoso, irresponsável, cachaceiro” etc. etc.). Para as jovens negras, o trabalho doméstico nas casas de família da classe média e da burguesia, ou então a prostituição aberta e a mais sofisticada dos dias atuais: a profissão de mulata. (2020, p.47)

Além disso, como povos em diáspora, vejo que a construção histórica de capital simbólico positivo para pessoas negras no Brasil é condicionada pelo que se permite construir nos ambientes de educação informais, muitas vezes pela manifestação subjetiva, já que nas escolas o que se tem tratado e trabalhado sobre a realidade negra, sobre o continente africano, reforça um ideal de dor, sofrimento, miséria, na qual não move os sujeitos a se relacionarem positivamente.

Esse processo formativo reforça o mito da democracia racial: “O efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistente em nosso país graças ao

processo de miscigenação.” (Gonzalez, 2020, p.50). E esse discurso vai se enraizando e se desdobrando na formação do ideário do nosso país quando:

A história oficial, assim como o discurso pedagógico internalizado por nossas crianças, fala do brasileiro como um ser “cordial” e afirma que a história do nosso povo é um modelo de soluções pacíficas para todas as tensões ou conflitos que nela tenham surgido. Por aí se pode imaginar o tipo de estereótipos difundidos a respeito do negro: passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão etc. (Gonzalez, 2020, p.50)

Isso se combina com a miscigenação, ao produzir identidades que cada vez mais podem criar atributos de aproximação (mesmo que pela via da frustração) com esse abstrato universal branco, no desejo, inclusive, de negação da subjetividade — e objetividade quando tratamos da construção identitária coletiva — negra⁷³. E mesmo já tendo dados, trabalhos e conceitos que viabilizem uma análise marxista que considerem as diferenças de vias identitárias, a demanda racial ainda enfrenta resistências nas discussões econômicas, como aponta Gonzalez (2020):

[...] tendência de peso a ser considerada é representada pelo marxismo ortodoxo. Aqui, a categoria “raça” acaba por se diluir numa temática econômica (economicista, melhor dizendo), uma vez que a discriminação não passa de um instrumento manipulado pelo capitalista que visa, mediante a exploração das minorias raciais, dividir o operariado. A solução seria a aliança entre trabalhadores de diferentes raças. (2020, p.26)

Tratarei mais dos tensionamentos dessas dimensões identitárias no debate marxista/econômico no capítulo seguinte.

As categorias de gênero, raça e classe desempenham papéis centrais na análise das dinâmicas sociais e históricas, revelando sua interseccionalidade e a influência mútua em diferentes contextos históricos e geográficos. Essas categorias não são estáticas; elas se moldam conforme as necessidades do sistema e as agências dos sujeitos, refletindo as desigualdades estruturais e os conflitos que atravessam as sociedades. Assim, entendo que a compreensão crítica dessas intersecções me permite não

⁷³ Aqui, vale ressaltar que a miscigenação gera a possibilidade das pessoas que não são retintas construírem aproximações com o ideal branco, o que não é possível para pessoas mais retintas, onde não existe a abertura para uma negação ou diminuição de sua negritude.

apenas identificar as formas de opressão e exploração, mas também evidenciar as estratégias de resistência e transformação social que emergem das lutas coletivas.

Além disso, as discussões destacam a necessidade de evitar análises reducionistas e deterministas, que negligenciam as subjetividades e dinâmicas históricas de cada categoria. A classe, o gênero e a raça, enquanto ferramentas analíticas, ajudam-me a entender as complexas relações de poder e as condições materiais que afetam os indivíduos e coletividades. Contudo, essas categorias, por si só, não garantem mobilização ou consciência. A construção de identidades políticas e a organização coletiva dependem de processos educativos, políticos, culturais e sociais que aproximam os sujeitos das lutas emancipatórias.

Assim, a análise interseccional permite identificar e tensionar como os sistemas de opressão, como o capitalismo, o patriarcado e o racismo, se entrelaçam para perpetuar desigualdades. Reconhecer essas conexões e os movimentos históricos é essencial para promover uma abordagem crítica e transformadora. Portanto, ao desvelar as estruturas e processos que sustentam as opressões, poderemos conceber caminhos para superar as barreiras impostas, alicerçando uma sociedade mais justa, inclusiva e equânime.

CAPÍTULO 2 - CAPITALISMO DEPENDENTE E FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL COMO CHAVES INTERPRETATIVAS

Neste capítulo, me proponho a aprofundar a discussão sobre interseccionalidade a partir da perspectiva do capitalismo dependente, buscando compreender como diferentes escalas da realidade se conectam e se influenciam. Para isso, utilizo a categoria de Formação Econômica e Social (FES) de Milton Santos, que permite interpretar a construção dos Estados-Nações de forma materializada, para então gerar possíveis conexões entre as diferentes vias identitárias que atravessam os sujeitos, e que a partir desses sujeitos podemos analisar as suas intervenções com/no/pelo espaço. Neste capítulo a intencionalidade percorre o movimento de correlacionar duas potencialidades em termos de chaves explicativas, para instrumentalizar o uso da interseccionalidade nas análises espaciais, que são: o capitalismo dependente e a formação econômica e social, ambos sendo mobilizados interseccionalmente para pensar o Brasil.

2.1 Capitalismo Dependente e a Configuração Socioespacial: Desigualdades na Estruturação Social

Na seção sobre o capitalismo dependente, procurei situar a importância de compreender a realidade nacional do Brasil a partir da apropriação diferenciada dos sujeitos corporificados, atravessados pelas vias identitárias de gênero, raça e classe. Ou seja, defendo que o modo de produção capitalista se apropria de maneira substancialmente distinta dos sujeitos, conforme essas marcas identitárias, e que, além disso, o par dialético objetividade/subjetividade sustenta o desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista.

Ainda que o capitalismo se territorialize globalmente, nas realidades nacionais ele se caracteriza de maneira específica. Essa particularidade exige que reconheçamos as distinções estruturais como parte indispensável para o funcionamento das engrenagens do sistema, especialmente em seus momentos de crise e conflitualidade.

A partir da leitura de autores centrais como Theotonio e Marini, a dependência é entendida como uma característica intrínseca ao sistema socioeconômico dos países subdesenvolvidos. A situação internacional se configura por uma interdependência crescente entre economias nacionais sob a hegemonia de centros dominantes, transformando o desenvolvimento em acúmulo de riqueza para poucos, em detrimento da maioria mundial. Como afirma Santos:

[...] Vimos que **a dependência é uma característica intrínseca do sistema socioeconômico dos países subdesenvolvidos.** A situação internacional se caracteriza pela **existência de uma interdependência crescente** entre as economias nacionais em escala mundial, sob a hegemonia de um ou vários centros dominantes que transformam este desenvolvimento em acumulação de riqueza e poder para si, em detrimento das amplas maiorias mundiais. Esta situação apresenta uma fisionomia própria nos países dominados, a qual não é consequência de fatores externos, mas sua própria maneira - a forma dependente - de participar do processo de desenvolvimento da economia mundial capitalista. **A dependência é, portanto, o modo específico da produção capitalista em nossos países.** É, também, a forma por meio da qual nossas sociedades se estruturam. **A dependência é a situação que condiciona e dá ao nosso desenvolvimento uma forma específica no contexto mundial: a de um capitalismo dependente.** Este desenvolvimento possui leis próprias, condicionadas por esta situação, que necessitamos compreender para agir sobre a nossa realidade. (2020, p.63, grifo da autora)

A América Latina, de forma geral, se insere tardiamente no capitalismo global, permitindo a continuidade da subordinação econômica, política e cultural. Compreendo a crise como parte constituinte do sistema capitalista, e, nos países dependentes, essa crise assume feições mais específicas, como a intensificação dos fluxos migratórios em direção aos países centrais, a tentativa de acesso a melhores condições de vida, e a fuga de contextos violentos ou excludentes.

Após a Segunda Guerra Mundial, esse desenvolvimento latino-americano passa a se vincular à integração monopólica mundial sob hegemonia dos Estados Unidos, com apoio de discursos religiosos antissocialistas. Como aponta Marini:

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se

desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. (1990, p.3)

Na leitura de Marini, a América Latina nunca foi “pré-capitalista”, como tantas vezes se tentou classificar:

Não é acidental portanto a recorrência nos estudos sobre a América Latina a noção de "pré-capitalismo". O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional. (Marini, 1990, p.2)

Esse capitalismo peculiar opera com fluxos de capital acima da capacidade interna de absorção, exigindo formação de conglomerados, especulação e a reorganização permanente dos mercados. As relações com os centros capitalistas se organizam sob a lógica da divisão internacional do trabalho e da reprodução ampliada da dependência. Como afirma Marini:

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (Marini, 1990, p.4)

Outro processo foi a dinamização do consumo privado pelas vendas a prazo, pesquisa de mercado e publicidade (Santos, 2020, p. 65). A ideia do consumo se torna, em seu limite, quase um ritual de santificação, como aponta Leonard (2011, p.161) “Segundo a maioria dos especialistas em economia e política, deixar de comprar significa frear a economia e ameaçar empregos; assim, comprar é patriótico, é nosso dever.”

O consumo individual é correlacionado com a produção de satisfação/felicidade das pessoas, o que motiva inclusive pesquisas sobre essa demanda de realização dos indivíduos.

Quando uma pessoa sente fome, precisa de abrigo ou apresenta outro tipo qualquer de carência material básica, então é evidente que ter mais Coisas a tornará mais feliz. Contudo, a partir do momento em que tais necessidades são atendidas [...] o aumento marginal de felicidade obtido com mais Coisas se reduz. (Leonard, 2011, p.163)

As propagandas tomam outra característica, “Assim, os anunciantes nem se importam mais em descrevê-los, preferindo associá-los a uma imagem, a um estilo de vida e a status social[...]” (Leonard, 2011, p.177), assim, constrói-se uma sociedade que se organiza centralizada no consumo.

Os fatores citados acima auxiliam a nossa compreensão da articulação para modelar o subjetivo dos indivíduos, retornando a análise para uma escala mais ampla, a compreensão da crise nos países da América Latina, segundo Santos (2020), se fundamenta na ação expansiva das empresas.

Deste fator, se desdobra na necessidade de reformas na América Latina como resposta para os choques com as limitações de mercados internos; transferência massiva de tecnologia obsoleta; periferização da população e a formação de um subproletariado (Santos, 2020).

O capitalismo dependente é, portanto, essencialmente excludente em seu crescimento, o que só faz aumentar a instabilidade e o desequilíbrio interno da sociedade. Consequentemente, o equilíbrio político do regime se vê ameaçado pela crescente pressão de consumo das massas que não podem ser absorvidas, além da pressão normal dos setores absorvidos pelo sistema. (Dos Santos, 2020, p.65-66)

O capitalismo dependente, como define Santos (2020), é excludente e instável. Essa exclusão se intensifica com reformas que mascaram o desequilíbrio estrutural e ampliam a dependência em relação ao capital externo: “O resultado foi a dependência cada vez mais severa em relação ao comércio exterior para o funcionamento dos setores mais dinâmicos da economia nacional.” (Santos, 2020, p.67)

Não é possível deixar de evidenciar como a América Latina corresponde de forma quali e quantitativamente para a economia mundial, como aponta Ruy Mauro Marini:

O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos **requisitos físicos induzidos pela acumulação nos**

países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latinoamericana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latinoamericana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção. (Marini, 1990, p.5, grifo da autora)

Essa maior exploração do trabalhador deriva do que Marini intitula como o “segredo da troca desigual” que consiste em:

Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente esse fato o que leva o capitalista individual a procurar o aumento de produtividade, já que isso permite reduzir o valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores — ou seja, uma mais-valia extraordinária. (Marini, 1990, p.6)

O autor segue o argumento apontando como essa mais-valia é repartida entre os capitalistas, sem necessariamente modificar a exploração do trabalho, apenas, aumentando a quantidade de produtos, e acrescenta:

Isso se deve ao fato de que a determinação da taxa de mais-valia não passa pela produtividade do trabalho em si, mas pelo grau de exploração da força de trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente a seu salário). [...] ou seja, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a taxa de mais-valia. (Marini, 1990, p.6)

Essa exploração do trabalho é o resultado/desdobramento dessa troca desigual entre os países está na superexploração do trabalho, que consiste, em trabalhadores já explorados de qualquer forma — concepção estruturante para o funcionamento do próprio sistema — sendo ainda mais precarizados/explorados em comparação com outros lugares — nas mesmas funções/cargos.

Por exemplo, um trabalhador que exerce um cargo numa montadora de automóveis no Brasil, recebe inferior salário quando comparado com um trabalhador que exerce o mesmo trabalho em uma montadora de automóveis

em países centrais. Marini constrói que: “O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. (Marini, 1990, p.12)”. Isso se materializa com base em três instrumentais:

Pois bem, os três mecanismos identificados — a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. (Marini, 1990, p.12)

Esses mecanismos vão se intensificando conforme as intenções do sistema, e aqui apontando que isso se desdobrará distintamente nos espaços, e se apropria diferente da massa operária. A superexploração do trabalho é, como aponta Marini (1990), um dos núcleos da dependência, marcada por troca desigual, intensificação da jornada, expropriação do trabalho necessário e precarização. A mais-valia extraordinária não se dá apenas pela produtividade, mas pelo grau de exploração.

Essa crítica ao economicismo clássico me levou a dialogar com Wood (2003), uma autora que tensiona as matrizes marxistas ortodoxas, apontando as opressões de raça, gênero e afins, conceituadas pela autora como bens extra-econômicos. O que é imprescindível para o debate interseccional, contudo, a autora centraliza a luta de classes e alerta sobre o risco de deslocar a centralidade da luta de classes ao tratar das opressões extraeconômicas:

Já não se admite sem discussão na esquerda que a batalha decisiva pela emancipação humana vai ocorrer no campo “econômico” o terreno da luta de classes. Para muitas pessoas, a ênfase se transferiu para o que denomino bens extra-econômicos - emancipação de gênero, igualdade racial, paz, saúde ecológica, cidadania democrática. Todo socialista deveria estar comprometido com esses objetivos - na verdade, o projeto socialista de emancipação de classe sempre foi, ou deveria ter sido, um meio para o objetivo maior da emancipação humana. **Mas esses compromissos não resolvem as questões cruciais relativas a agentes e modalidades de luta, e certamente não resolvem a questão da política de classe** (Wood, 2003, p.227, grifo da autora)

A autora realiza um esforço intelectual de pensar como essas dinâmicas identitárias são importantes para a emancipação humana, mas compreende que o capitalismo, de forma mais abrangente, em relações tipicamente

capitalistas, com caráter estritamente econômico. Afirmando que o sistema teria inclusive uma tendência de solapar essas diferenças identitárias, como aponta:

A primeira característica do capitalismo é ser ele incomparavelmente **indiferente às identidades sociais das pessoas que explora**. [...], **a exploração capitalista não se liga a identidades, desigualdades ou diferenças extra-econômicas políticas ou jurídicas**. A extração da mais-valia dos trabalhadores assalariados acontece numa relação entre **indivíduos formalmente iguais e livres e não pressupõe diferenças de condição** política ou jurídica. o capitalismo tem uma **tendência positiva a solapar essas diferenças e a diluir identidades como gênero ou raça**, pois o capital lucra para absorver as pessoas no mercado de trabalho e para reduzi-las a unidades intercambiáveis de trabalho, **privadas de toda identidade específica**. (Wood, 2003, p.229, grifo da autora)

Contudo, exatamente nesse ponto que me distancio do seu raciocínio, uma vez que compreendo as categorias de gênero, raça, entre outras, integram a lógica de reprodução capitalista. A autora analisa as relações no nível de análise em que trabalha Marx, quando discute a lógica que embasa a acumulação de capital:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (Marx, 2013, 961)

A intenção aqui não é impor que há um equívoco nessa compreensão das relações capitalistas, mas que há uma limitação analítica quando nos atemos a esse nível de análise. Já que este trabalho se trata de uma análise da formação socioespacial do Brasil, é relevante corporificar esse sujeito trabalhador, uma vez que esse universal abstrato não dá conta de uma análise mais próxima da realidade. A autora continua:

Quando os **setores menos privilegiados da classe trabalhadora coincidem com as identidades extra-econômicas como gênero ou raça**, como acontece com frequência, pode parecer que a culpa pela existência de tais setores é de causas outras que não a lógica necessária do sistema capitalista. [...] Mas a questão é que, apesar de ser capaz de tirar vantagens do racismo ou do sexismo, **o capital não tem a tendência estrutural para a desigualdade racial ou opressão de gênero**, mas, pelo contrário, são eles que escondem as realidades estruturais do sistema capitalista e dividem a classe trabalhadora. De qualquer forma, **a exploração capitalista pode, em princípio, ser conduzida sem**

preocupações com cor, raça, credo, gênero, ou com a dependência de desigualdade, ou diferença extra-econômica; e, mais que isso, o desenvolvimento do capitalismo criou pressões ideológicas contra tais desigualdades e diferenças em grau sem precedentes nas sociedades pré-capitalistas. (Wood, 2003, p.229, grifo da autora)

Compreendo ser justamente as diferenças tratadas por ela como extra-econômicas que estruturam a exploração capitalista, particularmente em contextos socioespaciais periféricos. A forma de efetivar isso na classe trabalhadora, sempre foi pelas vias identitárias de gênero, raça e classe, inclusive, em sua gênese, como aponta Saffioti:

A tradição de submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem, contudo, ser vistas isoladamente. Sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é também desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas. Embora não se possa falar em independência econômica da mulher (esta é uma noção individualista que nasce com o capitalismo), pois o trabalho se desenvolvia no grupo familiar e para ele, o mundo econômico não era estranho à mulher. Não se trata de indagar aqui se o papel econômico da mulher lhe tirava posição social compensatória de sua submissão ao de decisões da família: o homem. Trata-se, isto sim, indagar-se, não obstante sua incapacidade decisória, a mulher encontra via de integração nas sociedades pré-capitalistas. (Saffioti, 1976, p.34)

Saffioti em seus escritos trabalha a relação do gênero e as sociedades em períodos pré-capitalistas, e como essa característica é apropriada pelo sistema capitalista para sua formulação/desenvolvimento. No mesmo sentido de corporificar as relações econômicas, Lélia demonstra como essa classe operária precisa ser tensionada:

Nesse momento, se poderia colocar a questão típica do economicismo: tanto brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas, na verdade, a opressão racial nos faz constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria recebe seus dividendos do racismo a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. Isso significa, em outros termos, que se pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo) excetuando sua afiliação racial entram no campo competitivo, o resultado desta última será desfavorável aos não brancos. (Gonzalez, 2020, p.171-172)

A autora acima faz afirmações sobre as relações distintas produzidas pelo capitalismo com base no sistema racista, e desenrola isso cruzando a perspectiva de gênero a análise em:

[...] termos de superpopulação relativa, é importante ressaltar que ocorre na constituição desse sistema não somente um exército industrial de reserva, mas uma massa marginal crescente, em face do mercado de trabalho do setor hegemônico. Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríple discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho. (Gonzalez, 2020, p.48)

A autora apresenta o trabalho organizado por/pelas vias identitárias que se realizam nas estruturas de desigualdade do sistema capitalista. Além disso, a autora aponta a complexidade de compreender essa dinâmica no Brasil, por conta do mito da democracia racial, já que essa pseudo igualdade entre as raças derivada da miscigenação, mas que, na prática, se desdobram a partir dessas desigualdades internas, como exemplifica:

A exploração da mulher negra enquanto objeto sexual é algo que está muito além do que pensam ou dizem os movimentos feministas brasileiros, geralmente liderados por mulheres da classe média branca. Por exemplo, ainda existem “senhoras” que procuram contratar jovens negras belas para trabalharem em suas casas como domésticas; mas o objetivo principal é que seus jovens filhos possam “se iniciar” sexualmente com elas. (Desnecessário dizer que o salário de uma doméstica é extremamente baixo.) Com isso temos um exemplo a mais da superexploração econômico-sexual de que falamos acima, além da reprodução/perpetuação de um dos mitos divulgados a partir de Freyre: o da sensualidade especial da mulher negra. (2020, p.52)

A superexploração das mulheres negras, como denuncia Gonzalez (2020), é mais um dos pilares que sustentam esse modelo dependente. O Brasil, como parte da América Latina, cumpre papel fundamental no deslocamento da mais-valia relativa no capitalismo global, às custas do agravamento das desigualdades internas. Como argumenta: “Queremos falar da problemática do desenvolvimento desigual e combinado.” (Gonzalez, 2020, p.45)

Ao mesmo tempo, coaduna com Marini, quando este, afirma que:

[...] a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui

para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão. (Marini, 1990, p.8)

Para trabalhar especificamente com a nossa dependência aos grandes “centros” a autora relata que:

A dependência em relação aos “centros” do modo de produção capitalista indica de que maneira o Brasil se situa em termos de mercado mundial. Além disso, a perpetuação de formas produtivas anteriores se acrescenta como um dos fatores que, em termos de limitação externa, condicionam o nosso desenvolvimento econômico desigual e combinado. A partir dessa situação de fato podemos verificar que uma grande massa marginal caracteriza a maneira como ocorrem as relações produtivas em termos de realidade brasileira.

Em outras palavras, a coexistência de diferentes processos de acumulação (o do capital comercial, o do capital industrial competitivo e o do capital monopolista) qualitativamente distintos determina, de um lado, a fixação da mão de obra (à terra, ao instrumento de trabalho, ao fundo de consumo, à própria exploração) e, de outro, a satelitização e a estabilidade no que se refere ao mercado de trabalho. Como só podemos falar de mercado a partir da emergência do trabalhador livre e do capitalismo industrial competitivo, também constatamos, em termos de força de trabalho, a existência de dois mercados de trabalho distintos (capitalismo industrial competitivo e capitalismo industrial monopolista) que acabam por determinar uma elevada taxa de dispersão de salários.

A presença dos três processos de acumulação, sob a hegemonia do capital industrial monopolista, aponta inclusive para o fato de que o desenvolvimento desigual e dependente mistura e integra momentos históricos diferentes. [...] (Gonzalez, 2020, p. 167)

A autora aponta as teorias e conceitos marxistas em movimento dialético na realidade brasileira, e colabora para o argumento de que o conflito baseado na distinção de raça e gênero são indispensáveis no sistema capitalista. A autora argumenta como a divisão racial do trabalho se efetiva no Brasil.

O privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra. E não estamos nos referindo apenas ao capitalismo branco, mas também aos brancos sem propriedade dos meios de produção que recebem seus dividendos do racismo. Quando se trata de competir no preenchimento de posições que implicam recompensas materiais ou simbólicas, mesmo que os negros possuam a mesma capacitação, os resultados são sempre favoráveis aos competidores brancos. E isso ocorre em todos os níveis dos diferentes segmentos sociais. O que existe no Brasil, efetivamente, é uma **divisão racial do trabalho**. Por conseguinte, **não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada etc.** Ora, tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação etc. (Gonzalez, 2020, p. 39-40, grifo da autora)

A autora deixa a discussão cada vez mais concreta, quando correlaciona as relações tipicamente capitalistas como feito por Wood, e avança nos meandros materiais e subjetivos produzido substancialmente diferente entre a classe trabalhadora, e sustenta o argumento de que a raça e o gênero não são acasos⁷⁴ nos índices de violência, desemprego, etc.

Negar a apropriação diferenciada das mulheres no sistema capitalista é, por exemplo, ignorar que o trabalho doméstico, majoritariamente realizado por mulheres, segue sendo não remunerado; que o trabalho reprodutivo não gera lucro direto; que o Estado, ao assumir os custos de manutenção de crianças e adolescentes até que alcancem a idade produtiva, contribui para a permanência das mulheres em uma posição subordinada em relação aos homens, o mesmo vale para o trabalho doméstico, como tenciona Davis (2016) ao mostrar como o trabalho da reprodução familiar cria a possibilidade de manutenção da classe trabalhadora assalariada, reiterando que, em uma sociedade majoritariamente patriarcal, o trabalho doméstico das mulheres no núcleo privado/familiar permite que os homens possam ser explorados da esfera pública/coletiva do trabalho.

É também desconsiderar como o trabalho sexual é, em grande medida, estruturado para explorar os corpos femininos, e que o Brasil, ao mesmo tempo em que lidera os índices de assassinatos de travestis e transexuais⁷⁵, figura entre os maiores consumidores da prostituição desses mesmos corpos. Esses exemplos evidenciam como a articulação entre subjetividade e objetividade é fundamental para tensionarmos criticamente essa realidade à luz do contexto brasileiro.

Por fim, essa análise permite afirmar que, em países como o Brasil, as vias identitárias não são apenas reflexos culturais, mas estruturas operacionais do próprio capital. A luta contra a dependência exige, portanto, não apenas reformas, mas a confrontação das bases do sistema.

⁷⁴ Em um país onde, em termos de mercado de trabalho, a procura é maior do que a oferta e onde existe uma divisão racial do trabalho, a situação da juventude negra é, obviamente, a do setor mais atingido pelo desemprego aberto ou disfarçado. (Gonzalez, 2020, 42)

⁷⁵ ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). *Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. Brasília: ANTRA; Distrito Drag, 2024.

2.2 Formação Econômica e Social: A chave interpretativa para um Olhar Crítico sobre as Raízes das Desigualdades

Para encerrar este capítulo teórico-metodológico, aproximo este trabalho do conceito de Formação Econômica e Social de Milton Santos como uma possibilidade de tentar responder a uma das perguntas centrais da pesquisa: como efetivar ou aproximar, de forma dinâmica, o uso da interseccionalidade?

A categoria que utilizo como chave interpretativa parte da necessidade de compreender o espaço como uma construção em constante movimento, interligado a escalas amplas e específicas, locais e globais, em constante devir, como discorre Santos:

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (2005, p.22)

Apoiada em Milton Santos, compreendo que a categoria de Formação Econômica e Social (FES) oferece caminhos para uma análise do espaço, já que segundo o autor:

Daí a categoria de Formação Econômica e Social (FES) parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A própria base da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta. (2005, p.22)

Para esta pesquisa, a FES representa uma possibilidade concreta de materializar a interseccionalidade, articulando suas dimensões de gênero, raça e classe, especialmente no contexto brasileiro. Esse uso permite também avançar na análise da dinâmica nacional, fortalecendo o potencial da interseccionalidade como ferramenta analítica.

No trecho “os recursos de um país formam uma totalidade” (Santos, 2002, p.86), Milton Santos contribui com a reflexão sobre a importância da localização para atribuição de valor. A compreensão a partir da citação acima

é, que os valores são atribuídos aos recursos, produtos, inovações ou pessoas não são intrínsecos, mas construídos socialmente a partir de sua inserção nos lugares. Assim, compreendo que os lugares e espaços – tal como as categorias identitárias e suas combinações/intersecções – são constantemente (re)feitos para atender às necessidades do sistema capitalista.

Com base no pensamento: “O movimento do espaço é resultante deste movimento dos lugares.” (Santos, 2002, p.87), a divisão do trabalho não apenas se manifesta nos espaços, mas também os constitui. A demonstração aqui é que a divisão social do trabalho é peça-chave do funcionamento do capitalismo global. Essa divisão ocorre desigualmente, sexualizada, racializada, espacializada – interseccional.

Isso também serve para vincular a Divisão Internacional do Trabalho com as outras vias identitárias, e as bases de condições concretas e diversas que produzem e reproduzem esse sistema, afinal: “Cada lugar, cada subespaço, assiste, como testemunha e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho” (Santos, 2002, p.88)

Essa compreensão me permite analisar as formações dos Estados Nacionais a partir da interseccionalidade, observando como diferentes sujeitos são integrados nos processos produtivos e espaciais, como afirma Lélia ao tratar da distribuição demográfica racializada no Brasil: “Sua distribuição geográfica se articulou com a migração interna da população escrava.” (Gonzalez, 2020, p.51)

Ao trazer as palavras de Lélia Gonzalez, reconheço como a necessidade produtiva do sistema escravista reorganizou a mobilidade populacional e moldou formações econômicas e sociais regionais, afetando diretamente a composição étnica, os investimentos estatais e a atuação de instituições públicas. Essa organização do trabalho gera dinâmicas muitas vezes conflituosa como afirma Santos: “A divisão do trabalho supõe a existência de conflitos[...].” (2002, p.88) o que se apresente como um desdobramento das desigualdades sistêmicas do capitalismo brasileiro.

Compreendo que esses conflitos são inerentes ao capitalismo e constituem as especificidades das formações sociais intranacionais. Por isso, tomo a conflitualidade como fio condutor, relacionando-a ao modo de produção, à apropriação dos sujeitos, à divisão do trabalho e às FES que emergem dessas articulações. Concordando com Milton Santos quando ele afirma: “O interesse dos estudos sobre as FES está na possibilidade que tais estudos oferecem[...]” (Santos, 2005, p.25)

Neste sentido, o esforço intelectual até aqui se situa na justificativa na impossibilidade em fazer um exercício de concreção da realidade brasileira, onde o modo de produção não seja considerado, onde a divisão do trabalho não seja critério para interpretação da realidade, onde o recorte espacial e temporal/histórico⁷⁶, e não seja intrinsecamente ligado às análises das formações espaciais, econômicas e sociais.

Como estamos até aqui tratando de categorias socialmente construídas, estamos falando de organizações intelectuais feitas por pessoas, para pensar pessoas, e isso tem sido feito interseccionalmente. O capitalismo intersecciona os corpos, intersecciona a divisão do trabalho, as formações espaciais são analisadas com mais ramificações permitindo inclusive encontrar pontos de repetição aos “acazos” refletidos por exemplos em dados de habitação, população carcerária, falta de acesso à saúde, saneamento básico, educação, tal como dialeticamente nos permite analisar para quais lugares vão o acúmulo das riquezas, quais corpos repetidamente tem se beneficiado das mais-valias produzidas socialmente, e daí por diante.

Adoto a FES como chave interpretativa central para esta análise, por possibilitar a ancoragem da interseccionalidade nos processos concretos de apropriação da força de trabalho — seja ela livre ou compulsória. Tal

⁷⁶ Sobre essa temporalidade, temos na mesma obra os trechos: [...] podemos dizer que cada divisão do trabalho cria um tempo seu próprio, diferente do tempo anterior. Isso, também, é muito geral, pois esse “tempo” acaba por ser abstrato, apenas ganhando concretude com a sua interpretação, na vida ativa, pelos diversos agentes sociais. É assim que, a partir de cada agente, de cada classe ou grupo social, se estabelecem as temporalidades [...] (Santos, 2002, p.89) e “Todos os lugares existem em relação com um tempo do mundo, tempo do modo de produção dominante, embora nem todos os lugares sejam, obrigatoriamente, atingidos por ele. Ao contrário, os lugares se diferenciam, seja qual for o período histórico, pelo fato de que são diversamente alcançados, seja quantitativamente, seja qualitativamente, por esses tempos do mundo (Santos, 2002, p.90)

perspectiva fundamenta-se na compreensão de que o capitalismo contemporâneo mantém resquícios de modos anteriores⁷⁷ de produção e de formas históricas de divisão do trabalho, que seguem operando e se articulando de maneira desigual e combinada nos diferentes espaços⁷⁸.

No âmbito desse exercício metodológico, busco mobilizar os fundamentos do materialismo histórico-dialético, de modo a conferir concretude analítica a categorias como interseccionalidade, identidade, modo de produção, mobilidade e espacialidade. Essa abordagem é situada no contexto da realidade brasileira, caracterizada pela dependência estrutural do capitalismo e pela persistência de profundas desigualdades regionais.

Reitero, portanto, que pensar o modo de produção capitalista por meio da interseccionalidade é fundamental para interpretar as FES de forma crítica e situada. A geografia tem um papel essencial nessa construção, pois nos oferece ferramentas para compreender a sociedade geograficamente posicionada, como espaço de produção e produto das relações sociais.

Concluo, portanto, que estudar as formações econômicas e sociais é um passo fundamental para a compreensão da realidade concreta. E é a interseccionalidade que me permite dinamizar a análise o, sem homogeneizar os sujeitos envolvidos na produção do espaço. Trata-se de compreender as desigualdades, mas também as resistências e possibilidades de transformação. Este exercício dialético é, acima de tudo, um convite à leitura crítica do espaço como expressão das relações sociais e das contradições do capitalismo.

⁷⁷ "Nenhuma sociedade tem funções permanentes..." (Santos, 2005, p.25) O capitalismo se refaz de acordo com suas crises internas, e condiciona os espaços de acordo com as necessidades para sua própria reprodução

⁷⁸ "Em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam..." (Santos, 2002, p.89)

CAPÍTULO 3 - FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E INTERSECCIONALIDADE PARA PENSAR O BRASIL

*That's when I'm gonna stand up
Take my people with me
Together we are going
To a brand new home
(Cynthia Erivo)*

Neste capítulo quero fazer o exercício de reafirmar como a interseccionalidade é uma ferramenta analítica potente para auxiliar a compreensão da realidade brasileira, com base em trabalhos como os de Lélia Gonçalves, Jessé Souza e Munir Sodré, entre outros.

Alguns dos autores definidos para ter como base neste capítulo, onde o critério basilar são trabalhos brasileiros, na grande maioria, que tratam da realidade nacional a partir da perspectiva desenhada nos capítulos anteriores, dando suporte para a investigação interseccional. Os autores que aparecerão nesta sessão, já efetivam na práxis a interseccionalidade das vias identitárias para pensar a realidade, mesmo que efetivamente possam não trabalhar com a nomenclatura.

No exercício de compreender as contradições do presente, é necessário retornar ao passado e examinar criticamente o processo de formação do Estado nacional brasileiro.

Tal processo não pode ser analisado de forma dissociada da lógica colonial e escravocrata que estruturou, de maneira profunda e duradoura, as instituições, os corpos sociais e os territórios. Como aponta Sodré (2023), a abolição da escravidão, longe de representar um gesto de benevolência ou de avanço humanitário, integrou-se funcionalmente à lógica do capitalismo emergente no Brasil.

Tratou-se de uma transição econômica planejada, ainda que muitas vezes de forma implícita, para permitir a continuidade da acumulação capitalista em articulação com as exigências do mercado internacional. A extinção formal da escravidão não garantiu acesso à terra⁷⁹, à renda ou à

⁷⁹ Brasil. *Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas no Império e acerca das terras possuídas por sesmaria. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0601-1850.htm. Acesso em: 16 jun. 2025.

cidadania aos ex-escravizados, mas preparou o terreno para a imigração assalariada branca e para a consolidação de uma sociedade racialmente hierarquizada.

Nesse sentido, cabe perguntar: quem seria inserido como consumidor e sujeito de direitos nesse novo arranjo? Certamente, não os corpos negros antes escravizados, que passaram a ocupar as margens da economia formal e da política representativa. A história brasileira revela, assim, a construção de um pacto racial e de classe que exclui sistematicamente a população negra e indígena dos projetos de nação.

Compreender esse passado é fundamental para perceber como essas estruturas ainda operam no presente por meio do racismo institucional e/ou estrutural, das desigualdades socioeconômicas e da violência seletiva. A crítica à formação do Estado, portanto, deve incluir a análise das dinâmicas interseccionais de raça, classe e gênero, considerando que o capitalismo brasileiro se desenvolveu sobre a exploração desses marcadores e segue operando, hoje, por meio deles. A partir disso, Bento (2022) nomeia esse processo de capitalismo racial⁸⁰, ao afirmar que:

O capitalismo racial elucida como o capitalismo funciona por meio de uma lógica de exploração do trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que se baseia nas lógicas de raça, etnia e de gênero para expropriação, que vão desde a tomada de terras indígenas e quilombolas até o que chamamos de trabalho escravo ou trabalho reprodutivo de gênero etc.

É um regime que congrega classe e supremacia branca. Aliás, capital e raça já se uniram há séculos: do tráfico negreiro transatlântico à destruição da população maia, asteca e guarani; dos combates portugueses na África Central aos inúmeros massacres em terras colonizadas por países europeus.

É imprescindível romper a aliança entre classes, elites políticas, educacionais, culturais e econômicas e uma parte da classe reunida pela supremacia branca, que vem possibilitando a reprodução do sistema do capitalismo racial. (2022, p.32)

Ao analisar os parâmetros legais em relação à população racializada, a abolição em 1888⁸¹ é um marco significativo na luta contra a escravização de pessoas racializadas. E mesmo com a abolição em termos legislativos, não é

⁸⁰ Expressão que nasce com os sul-africanos na década de 1970, na luta contra o apartheid. (Bento, 2022)

⁸¹ Brasil. *Lei n.º 3.353, de 13 de maio de 1888*. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 16 jun. 2025.

surpresa nos estudos étnico-raciais que a racialização não se restringiu a escravização legalizada no Brasil, tampouco que os efeitos de mais de três séculos e meio sejam supérfluos na construção simbólica, material, psicológica da população brasileira.

A esse entrelaçamento dinâmico entre economia, política e relações sociais, Sodré (2023) denomina “estrutura social”, compreendida não como um conjunto fixo e imutável, mas como uma formação histórica que organiza e hierarquiza os sujeitos de maneira persistente, ainda que sujeita a transformações.

Tal estrutura, como procuro argumentar, é simultaneamente cristalizada e em movimento — cristalizada no sentido de que suas bases foram fundadas no período colonial e escravagista e seguem operando como lógica de organização social; em movimento, porque se atualiza constantemente por meio de novas formas de dominação e exclusão. Essa tensão não é contraditória: ao contrário, revela a natureza complexa das estruturas sociais, que se sustentam por meio da repetição de padrões de poder ao mesmo tempo em que se adaptam a novas conjunturas.

A racialização dos sujeitos, enquanto critério estruturante da sociabilidade brasileira, expressa-se desde a colonização, atravessando a independência, a abolição inconclusa e as políticas de branqueamento. Como aponta Lélia Gonzalez (2020), a formação do Estado nacional brasileiro foi marcada por um projeto de exclusão racial que não foi superado, mas ressignificado ao longo do tempo. Portanto, compreender a estrutura social brasileira exige reconhecer que a raça — articulada à classe e ao gênero — não é um fator secundário, mas elemento constitutivo da forma como se configuram as instituições, o território e os sujeitos históricos no Brasil.

E quando me posiciono adicionando a movimentação ao que Sodré entende como estrutura social, me dirijo a capacidade do racismo em se adaptar e adotar novos formatos, sem perder sua essência tecnológica tríplice de poder⁸², que segrega, estrutura e forma as leis⁸³ do nosso país.

⁸² “Na sociedade escravista, o racismo era uma tecnologia de poder declarada ou visível, cujo arcabouço consistia em um tríptico de estigmatização/discriminação/segregação, estruturalmente ou sistemicamente inscrito em leis e fatos normativos.” (Sodré, 2023, p.29)

⁸³ Mesmo que não seja legalizado, o racismo tem incidência na vida pública, nos meios de reprodução formal da sociedade brasileira.

Essa característica mutável adaptativa do racismo, demanda novas formas de estudá-lo, o que nos incita a recortar nosso espaço-tempo de análise e respaldar nossas bases de acordo com essas necessidades.

O racismo à brasileira, deve ser pensado distintamente do racismo em outros territórios (como já apresentado no capítulo anterior). Sodré (2023) contribui com a organização de alguns critérios para essa diferenciação, já que a nossa classe econômica brasileira é orientada em base sociocultural racializada, sem esquecer da sua forma cultural⁸⁴, morfológica⁸⁵, e científica.

Didaticamente, quero exercitar o processo de dar corpo — a partir do que leio e vivencio — a essas facetas do racismo no Brasil, então vamos por partes conduzir a compreensão⁸⁶. Ao falarmos da construção da classe social, recorreremos a uma complexa estrutura que negou veementemente acessos a infraestruturas básicas às pessoas não brancas, como educação, saúde, segurança, participação política, etc.

Com o fim da escravização legalizada, a população escravizada se deparou com uma estrutura que já havia sido preparada a priori, como a Lei de Terras de 1850, que já serviria como fator de separação dos sujeitos ao mínimo vital, o meio produção de alimentos, essa negação da possibilidade de adquirir terras dá novos contornos a segregação socioespacial da população brasileira liberta pós-Lei Áurea, inclusive na formação das cidades.

Ademais, outras estruturas formais dão substrato material para a subjetivação dessa população, como a Lei dos Vadios e da Capoeira de 1890, que formaliza um sistema carcerário racializado no Brasil, e que continua sendo retroalimentado com auxílio da negligência estatal com as demandas das periferias sociais que o capitalismo brasileiro organiza, como nos aponta Moraes (1996)⁸⁷.

A demanda de branqueamento de postos de trabalhos que pressupunham qualificação — teoricamente — na tentativa de extermínio da

⁸⁴ Permite experiências coletivas e fornece processos de subjetivação regulatórios (Sodré, 2023).

⁸⁵ Relacionado às características fenotípicas.

⁸⁶ Compreendo que as facetas vão se (re)configurando concomitantemente, mas o exercício de separá-las auxilia a construirmos o repertório da complexidade do racismo.

⁸⁷ “Trata-se de um país criado como uma economia complementar, tendo a subordinação e a dependência como critério estruturador da sociedade” (1996, p.97)

população racializada no Brasil, contribui com a formação de uma classe branca de consumo, sendo retroalimentada, por exemplo, com incentivos estatais em educação (básica e superior).

O posicionamento tardio do Brasil no processo de inserção no capitalismo mundial — que só se intensificou a partir do século XIX, muito após países europeus centrais —, e a sua manutenção como uma economia dependente de exportação de *commodities*, reforçam a compreensão da existência de uma classe social pauperizada, marcada por elevada exploração econômica e social.

Essa classe, em sua grande maioria, é também racializada, o que significa que as desigualdades sociais e econômicas se articulam com as desigualdades raciais herdadas do período colonial e da escravidão. A racialização não é apenas uma característica social, mas um mecanismo estrutural que legitima a marginalização e a exclusão de grupos específicos da população.

Além disso, essa classe mantém, muitas vezes, alianças complexas com as oligarquias agrárias, que desde o período colonial detêm o controle sobre a terra e o poder econômico, configurando uma relação de dependência e cooptação que dificulta a mobilidade social e a transformação estrutural do país. Esse legado colonial, marcado pela concentração fundiária e pela exclusão racial, ainda molda as relações sociais e políticas contemporâneas, criando um ciclo de reprodução das desigualdades que se manifesta tanto no campo quanto nas cidades.

Fica explícito o diálogo entre cristalização e movimento? Nada mais cristalizado no Brasil do que sua configuração nas oligarquias agrárias, nada mais atualizado do que a forma dependente do capitalismo, que se move numa atualização necessária para manutenção do sistema durante as demandas atuais das crises, e condiciona as nossas produções agrárias a atenderem as importações necessárias as potências que nosso modelo econômico é subserviente. É uma roupa nova para um processo arcaico.

Essa classe social racializada não se resume no dito acima, mas vai se robustecendo no que vem a seguir, e questões que possivelmente escaparão a

este trabalho, mas que se movimentam junto com a nossa formação econômica e social.

A seguir, trabalharemos questões como o cárcere e as ações de movimentos sociais, os impactos desiguais na população e como a interseccionalidade se efetiva na prática ao analisarmos a realidade brasileira.

3.1 Encarceramento como prática de privação de direitos interseccionada

Quem mata mais ladrão ganha medalha de prêmio
O ser humano é descartável no Brasil
Como modess usado ou Bombril
Cadeia? Guarda o que o sistema não quis
Esconde o que a novela não diz
(Racionais MC's)

Iniciar este capítulo com uma menção aos Racionais MC's é mais um reforço de que o sujeito corporificado vê/percebe/vivencia o que viemos dialogando neste trabalho, e o que faço nesta dissertação não é “inventar a roda” de maneira alguma, trata-se apenas de um esforço de teorizar/analisar a realidade brasileira na geografia com auxílio da interseccionalidade

Este capítulo procura demonstrar que a privação de liberdade no Brasil é profundamente determinada por marcadores de raça, classe, gênero, geração e território, e que o espaço do cárcere reflete e reforça desigualdades estruturais. Para isso, mobilizo dados oficiais do sistema prisional, oriundos do Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), do IBGE, do Ipea e do CNJ, como forma de amparar a análise empírica com dados verificáveis e publicamente disponíveis.

Escolher tratar desta temática no último capítulo foi um exercício de trabalhar como a privação de liberdade⁸⁸ como um exemplo concreto de que os espaços são criados, ocupados e pensados interseccionalmente, no diálogo com a formação do sistema carcerário. Os dados priorizados foram os de aprisionamento feminino, para o exercício de demonstrar como as vias

⁸⁸ Em teoria, essa privação de liberdade teria o caráter formativo para reabilitar os sujeitos a viverem coletivamente em sociedade após o final da pena, mas a práxis do sistema, (re) condiciona esses sujeitos a serem “fregueses” de um sistema que mal os compreende como seres humanizados e dignos de direitos, e para isso se reafirma com estruturas de subordinação interseccionais.

identitárias moldam as experiências e os espaços produzidos para as especificidades da população carcerária.

A teoria interseccional de Kimberlé Crenshaw é essencial para compreender como essas desigualdades se articulam: o gênero, a raça e a classe operam em conjunto, e não isoladamente. Crenshaw já demonstrava como o sistema de justiça criminal desconsidera as especificidades das mulheres negras, negando-lhes tanto o reconhecimento das opressões múltiplas quanto o direito à reparação, diálogo com a formação e desenvolvimento do sistema carcerário⁸⁹, quantificamos esse desenvolvimento

Para esse movimento, me baseio principalmente em duas autoras: Ângela Davis⁹⁰ e Juliana Borges⁹¹, para pensarmos a formação do sistema carcerário e a realidade brasileira no que tange ao encarceramento em massa.

Ângela Davis, já citada anteriormente neste trabalho, é um exemplo brilhante de mobilizações intelectuais que adotam a perspectiva interseccional — ou seja, que compreendem a interconexão entre raça, classe, gênero e outras formas de opressão.

Em suas obras, como estarão as prisões obsoletas? *Mulher, Raca e Classe*, Davis apresenta as bases para pensarmos o sistema prisional não apenas como um simples mecanismo de punição ou “pagamento” de pena por crimes cometidos, mas como uma instituição profundamente entrelaçada com as estruturas de poder capitalistas, racistas e patriarcais.

Segundo ela, o cárcere funciona como um instrumento de controle social que reforça desigualdades históricas, sobretudo racializando e marginalizando populações negras e pobres. Esse sistema prisional tem suas raízes no período da escravidão e da segregação racial nos Estados Unidos, e sua manutenção revela a persistência de um projeto social excludente, que visa controlar corpos e vidas de grupos marginalizados. Dessa forma, a análise interseccional de Davis nos permite compreender como diferentes formas de opressão se articulam para sustentar um sistema que, longe de ser neutro ou

⁸⁹ Marx afirma que com o desenvolvimento do comércio ao miserável são impostas vias de ingresso no sistema pelo roubo e o assassinato, por exemplo, uma vez que “É mais fácil arranjar pena capital do que algum trabalho.” (Marx, 2006, p.44)

⁹⁰ DAVIS, Angela Y. *Estão as prisões obsoletas?*. Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 2020.

⁹¹ BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Pólen Livros, 2019. (Feminismos Plurais).

apenas jurídico, está imbricado em dinâmicas históricas de exclusão e violência.

A ideia de “pagamento” de pena não é acaso, e a autora relata como o tempo é utilizado como critério para o cárcere, quando o capitalismo se apropria da noção de tempo de forma mercantilizada, como aponta Davis, 2020.

[...] essa pena que é sempre computada em termos de tempo, está relacionada com uma quantificação abstrata, evocando a ascensão da ciência [...] precisamente o período histórico durante o qual o valor do trabalho começou a ser calculado em termos de tempo e, portanto, compensado de outra maneira quantificável: com dinheiro. [...] ecoa o papel da hora de trabalho como base para computar o valor das *commodities* capitalistas. (2020, p.47)

Além da articulação de penitência advinda dos princípios religiosos no exercício de purificação dos sujeitos, e o corpo se torna o lugar de exercício dessa penitência (Borges, 2009), o território onde essa disputa de poder se efetiva.

Os locais escolhidos para a criação dos presídios servem como mecanismo de efetivação da separação socioespacial, e contribui para o fortalecimento dos estereótipos territoriais que vão se desdobrando a partir do uso e ocupação da terra.

Na realidade dos Estados Unidos, Ângela Davis aponta como os corpos encarcerados servem de produtos para a manutenção do capitalismo, apresentando exemplos como o uso de pessoas como parte dos testes de produtos cosméticos, como força de trabalho sub — ou até mesmo não — remunerada, entre outros.

O menosprezo da sociedade com pessoas nessa situação retroalimenta o sistema que não tem interesse em aumentar os direitos humanos das pessoas presas, além de que o próprio mecanismo utilizado para vigiar esses indivíduos pode ser aprendidos pelos grupos sociais que seriam alvos em potencial do sistema, no próprio processo formativo cidadão.

Como isso funcionaria então? A escolarização de povos em situação de vulnerabilidade socioeconômica é entendida como um processo de formação de carcerários que saibam se portar e que reproduzam a ordem nesses tipos de ambientes.

A falta de incentivos ao respeito dos educandos, a desconsideração da realidade local, a falta de formação de professores para lidarem com os estereótipos sociais produzidos e reproduzidos na sala de aula, a desarticulação da educação como parte dos direitos dos jovens, desvalorização dos professores, baixos salários, jornadas exaustivas, falta de investimento em políticas de investimentos reais na base educacional, estrutura, pesquisa, formação de professores, materiais didáticos entre outros, forma uma conjuntura favorável para os nossos jovens terem aversão ao processo educacional e que aprendam a obedecer, ao invés de questionar, aprendam a se individualizar ao invés de coletivizar, Ângela Davis elucida que “Quando crianças frequentam escolas que valorizam mais a disciplina e a segurança do que o conhecimento e o desenvolvimento intelectual, estão frequentando instituições que as preparam para a prisão.” (2020, p.41)

Como professora da rede pública, vivencio rotineiramente situações onde o único poder respeitado é o exercido de forma autoritária, onde a violência — física e/ou moral — é utilizada como recurso no lugar do diálogo, privação de espaços coletivos — quadra, tempo de intervalo — como punição a um comportamento que não é esperado para esse espaço físico, a existência de uma estrutura onde a preocupação da forma seja atender funcionalmente o controle da “fuga” dos alunos, e isso faz você pensar em outro lugar onde isso se faça presente de forma intrínseca ao próprio funcionamento? As cadeias.

Na realidade brasileira, 64% da população prisional é negra (Borges, 2019), 55% dessa população carcerária é composta por jovens, correspondendo a 21,5% da população total do país. Os dados de apresentam a prisão de 37.380 mulheres presas — segmento que mais cresce — (Borges, 2019), e no período de 2000 a 2014 houve um aumento de 567,4%⁹² de prisões femininas segundo o INFOPEN Mulheres de 2014⁹³ “enquanto o aumento entre os homens foi de 220%” (Borges, 2019, p.61). Dessas mulheres presas, 68% são negras, e 3 a cada 10 são consideradas presas provisórias, pois não foram julgadas ainda, além de que 50% não concluíram o ensino fundamental, e estão na faixa dos 20 anos (Borges, 2019).

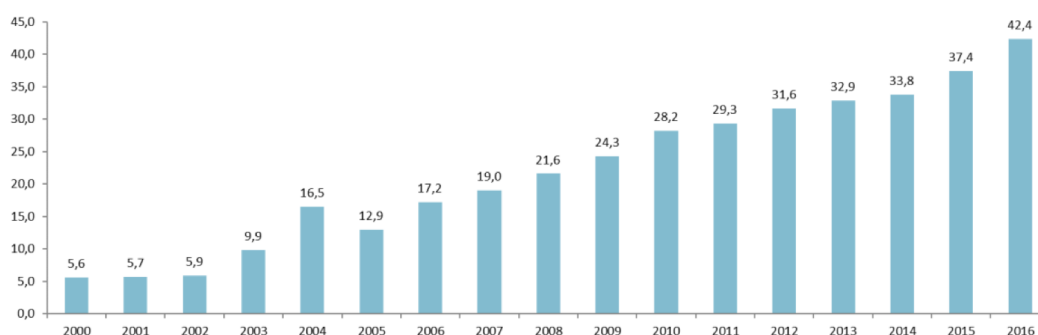
⁹² (Borges, 2019, p.20)

⁹³ Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-sinteticos/infopenmulheres-junho2014.pdf/view>, acessado em: 21 de maio de 2025.

O Brasil é o quarto país do mundo com o maior quantitativo de população prisional feminina, segundo o INFOPEN (2018), ficando atrás dos Estados Unidos, China e Rússia, respectivamente. O que aumentou o quantitativo de mulheres presas para 42.355. Dados que ficam mais alarmantes quando consideramos a taxa de aprisionamento, que indica o número de mulheres presas a cada 100 mil mulheres, que faz o Brasil subir uma posição no ranking, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Tailândia (Infopen, 2018).

A série histórica dessa “evolução” é exponencial como nos demonstra o gráfico abaixo:

Figura 5: Evolução das mulheres privadas de liberdade (em mil) entre 2000 e 2016

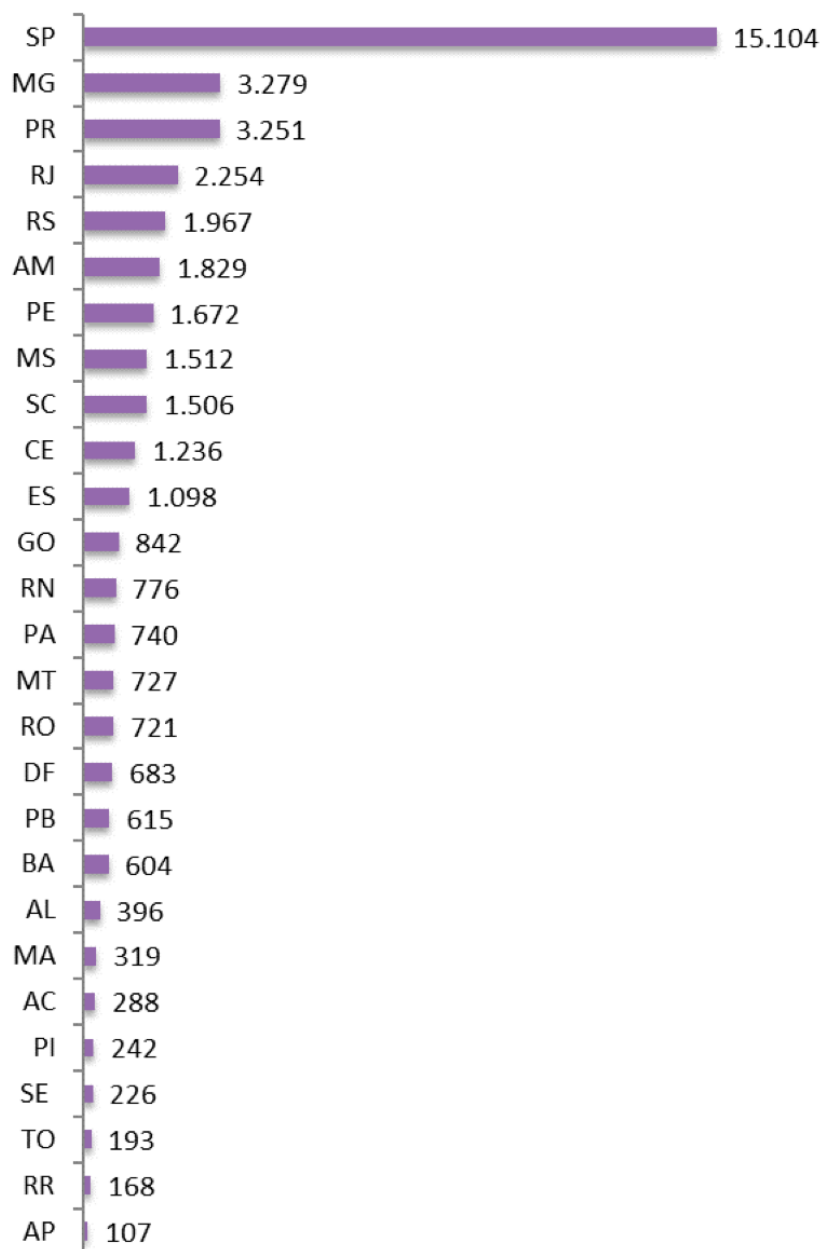


Fonte: Infopen, 2018

Quando expandimos o recorte temporal de Juliana Borges em 2 anos, compreendendo a variação de aprisionamento de 2000 a 2016, o Brasil é o líder com a maior variação crescente, batendo recorde de 455%, seguido pela China com 105%, os Estados Unidos com 18% e a Tailândia com 14% (Infopen, 2018, p.14.)

Especialmente, podemos analisar como especialmente as unidades federativas vêm construindo a população prisional feminina, como aponta o gráfico abaixo:

Figura 6: População prisional feminina por unidade da federação.

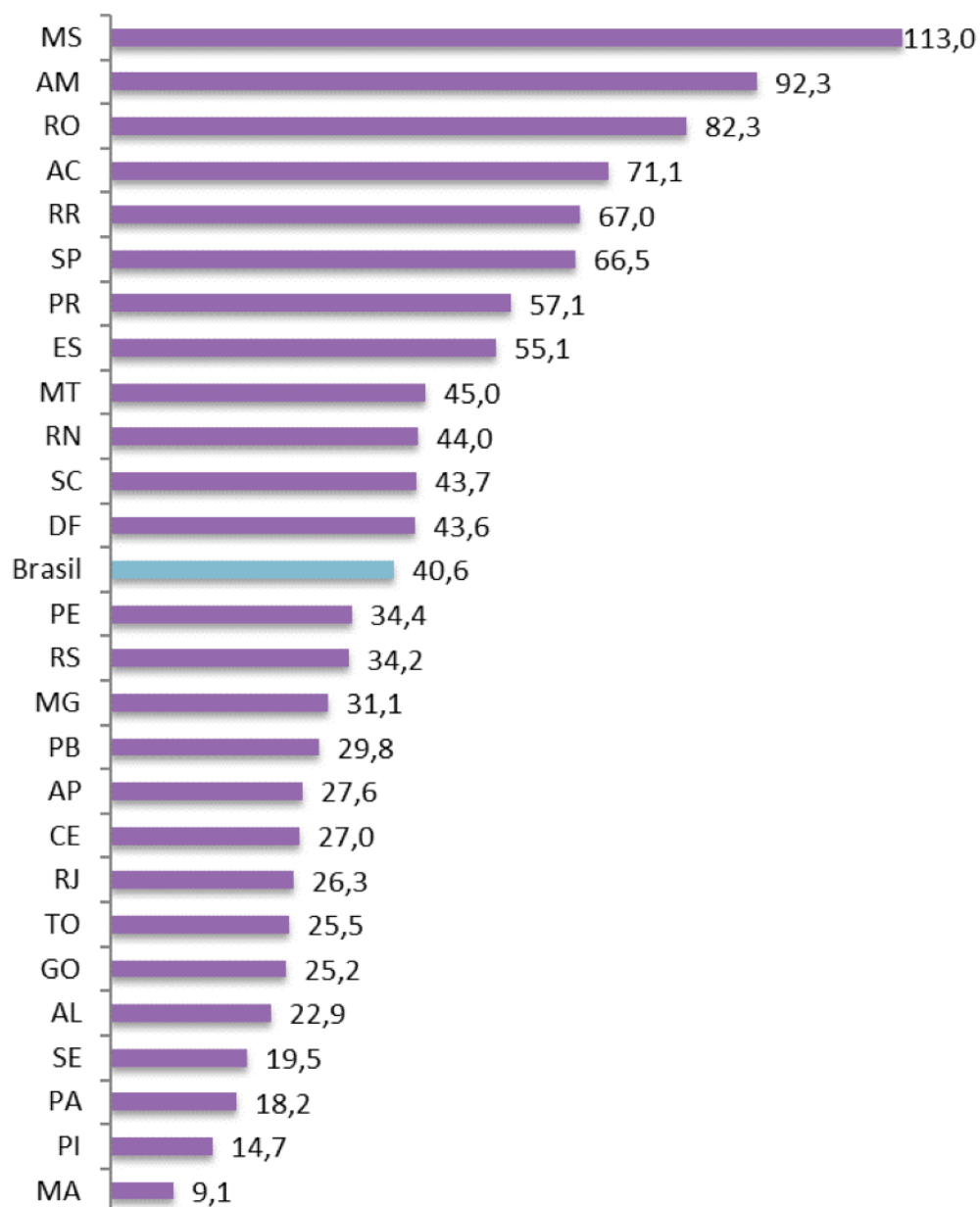


Fonte: Infopen, 2018

A figura acima, mostra os dados sem nenhum recorte etário, ao seguir o parâmetro adotado pelo “*International Centre for Prison Studies*”. Contudo, nos regimes legais brasileiros, as mulheres menores de 18 anos são consideradas inimputáveis pela Constituição, alterando os dados acima.

Segundo o critério de números absolutos para a população acima de 18 anos, as unidades federativas apresentam os dados da figura abaixo:

Figura 7: Taxa de aprisionamento de mulheres por Unidade da Federação com mais de 18 anos.



Fonte: Infopen, 2018

O sistema prisional comprova sua forte descendência do patriarcalismo colonial, onde os homens determinavam as penas das mulheres que cometiam infrações, por vezes inclusive homens da família, como os pais e os maridos (Borges, 2019).

A estas mulheres, podemos até mesmo pensar em formas punitivas e ações infrações específicas, uma vez que o desvio das funções relacionadas ao lar era considerado infração, a ocupações de espaços públicos/coletivos, ou as demonstrações físicas e sociais de sentimentos, que as associavam a

fraqueza psicossocial, determinando a internações de muitas mulheres em hospitais psiquiátricos, por exemplo.

Então aos homens a criminalidade era considerada algo da normalidade, uma quebra de contrato e, portanto, em se tratando o crime de algo da esfera de um sistema de justiça público, a punição se exercia também no âmbito público. Em paralelo se constrói nesse período a ideia de mulheres anormalizadas e desestabilizadas, portanto loucas e histéricas, e que deveriam ser tratadas sob normas e condutas médicas psiquiátricas. Até hoje, as mulheres formam o contingente mais medicalizado da sociedade moderna, com tipo de fármacos para controle de “distúrbios” de ordem psíquica, além de apresentarem alto grau de doenças mentais. (Borges, 2019, p. 95)

Realidade que podemos estender às especificidades de “desvios” de pessoas no que se refere a norma em relação à sexualidade/orientação sexual, que desde muito novas relatam punições morais — em alguns casos até punições físicas — para se adequarem ao padrão estabelecido, cisheteronormativo (Davis, 2020).

Além das motivações/incriminações diferirem entre homens e mulheres quando encaramos os dados de ingresso desses sujeitos no sistema prisional, o tratamento no cárcere também é distinto, mulheres mesmo submetidas a um sistema de punição que se pretende penitenciário, elas são tratadas pelos poderes dominantes como perdidas, sem salvação, por desviarem dos princípios morais que fundam a existência feminina (Davis, 2020).

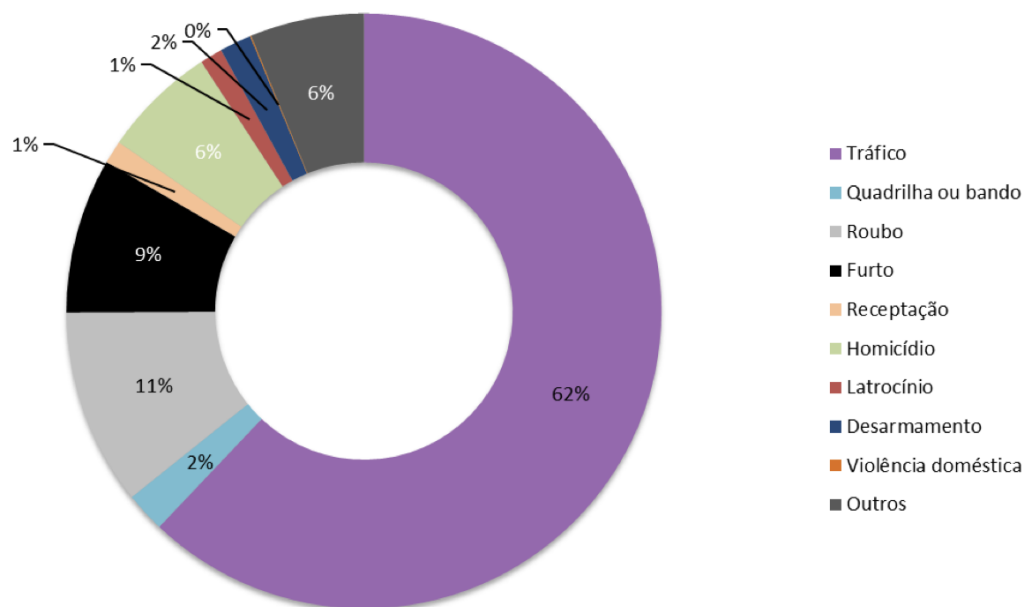
Alguns movimentos reformistas que discutiam algumas mudanças no modelo carcerário feminino, alegavam a possibilidade de que as estruturas se parecessem mais com casas e quartos, podendo construir a partir de então boas mães e esposas, mas o efeito real seria um (re)condicionamento das mulheres negras e pobres a se especializarem no trabalho doméstico, que seria exercido ao final da pena como “trabalho livre” (Davis, 2020).

A autora Juliana Borges (2019) associa o aumento da população carcerária com a, mais conhecida como Lei de Drogas, que legitima a ação violenta do Estado armado via policiamento nas periferias contra a população marginalizada, e que gerou um aumento de 707% no cárcere, comparado com o período de 1990 a 2005, contabilizando 270 mil pessoas presas no período de 2006 a 2016⁹⁴.

⁹⁴ A autora trabalha com a feminização crescente da pobreza, alertando que “[...] A falta de acesso à educação, a direitos sexuais e reprodutivos garantidos e respeitados, a condições dignas de moradia e empregos dignos tem levado essas mulheres a recorrerem a outros

Quando analisamos a natureza das prisões femininas, temos mais de 60% relacionadas ao tráfico de drogas, — que reitera o argumento de Juliana Borges, e que vai se consolidando ao decorrer do entroncamento das vias identitárias que formam essas mulheres — como demonstra a figura abaixo:

Figura 8: Distribuição dos crimes tentados/consumados entre os registros das mulheres privadas de liberdade, por tipo penal

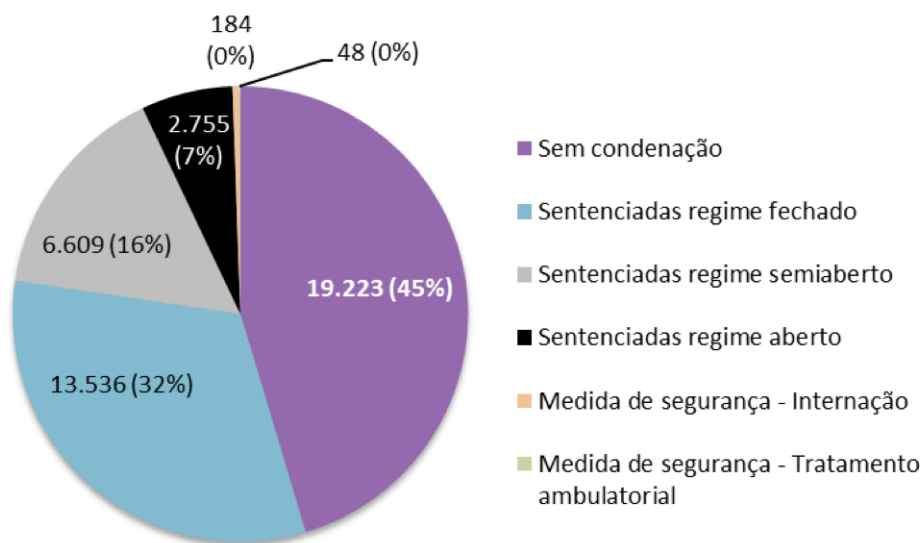


Fonte: Infopen, 2018.

Agravados pelo tipo de regime pelos dados do Infopen de 2018, uma vez que essas mulheres presas em quase metade dos casos ainda nem foram condenadas, como mostra a figura abaixo:

escapes para manter a vida de seus filhos, de suas mães e demais familiares.” (Borges, 2019, p.121)

Figura 9: Mulheres privadas de liberdade por natureza da prisão e tipo de regime.



Fonte: Infopen, 2018.

A previsão feita para o ano de 2075 (Borges, 2019) é de que 1 a cada 10 pessoas estarão presas no Brasil⁹⁵. Esses dados podem ser utilizados para reforçar estereótipos raciais, de gênero e/ou outras vias identitárias quando desassociados do processo formativo.

Como isso funcionaria? Quando aprendemos a associar a racialidade a formação de sujeitos mais ou menos propensos a cometerem crimes, por exemplo, esse tipo de discurso determinista, possibilita uma naturalização da formação e manutenção de um sistema carcerário racializado.

Essa tentativa de naturalização precisa do esquecimento da formação socioespacial do nosso país, que historicamente tem produzido segregações e oportunidades assíduas de aproximação da população vulnerabilizada da criminalidade.

Contudo, desnaturalizar esses estereótipos depende que voltemos historicamente ao processo legal da realidade atual, ou seja, quando a abolição da escravatura em 1888 torna o uso da força de trabalho escravizada ilegal — mesmo que a mantendo nas brechas da lei —, a legislação nacional em 1890 cria mecanismos de formação massiva de uma população racializada no sistema prisional brasileiro, já que a Lei dos Vadios e a Capoeira tinha

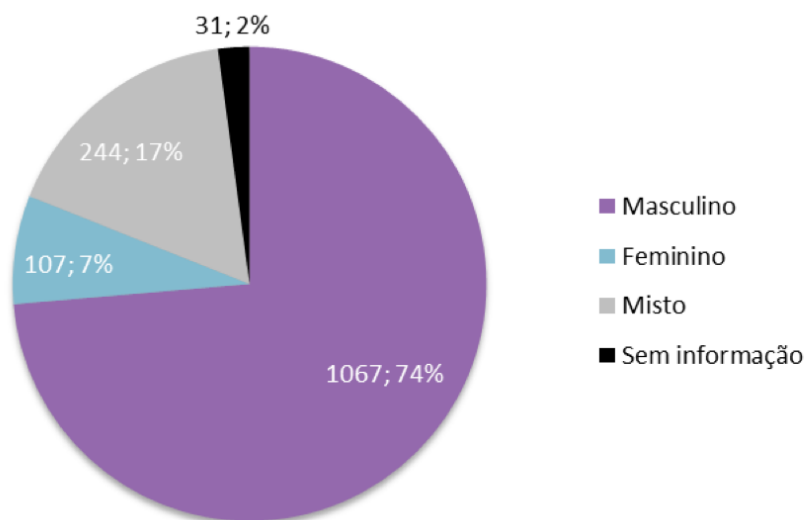
⁹⁵ (Borges, 2019, p.19)

princípios específicos de determinar quais pessoas deveriam adentrar o cárcere.

A lógica segregacionista que forma as periferias brasileiras é racializada quando essa população que não atendia os critérios raciais para se tornarem inicialmente população proletária assalariada, empurrando para as margens a massa de trabalhadores e trabalhadoras que não serviam ao sistema.

Mas para manutenção do exército industrial de reserva, como aponta Marx⁹⁶, precisamos que essa população seja subalternizada a tal modo que se sujeite a postos de trabalho cada vez mais precarizados e superexplorados. Quando associamos o gênero e as prisões, notamos que mesmo havendo um aumento na taxa de prisões femininas, os homens ainda constituem o maior quantitativo de pessoas em situação de cárcere, desdobrando na destinação maiores quantidades de estabelecimentos penais para homens, como aponta o INFOPEN (2018):

Figura 10: Destinação dos estabelecimentos penais de acordo com o gênero.



Fonte: Infopen, 2018

Acima, podemos ver como o espaço vai sendo formado para atender uma demanda de privação de cárcere com forte característica entroncada por gênero.

Brilhantemente Juliana Borges associa a criação da Lei de Drogas com

⁹⁶ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

um período onde a população estava acessando políticas de direito como a política de cotas de 2003⁹⁷, o Bolsa Família de 2003 -medida provisória legalizada um ano depois-⁹⁸, o Prouni⁹⁹ de 2005, no intuito de manutenção da desigualdade social¹⁰⁰.

Essa desigualdade proporciona a existência de um sistema de justiça social interseccionado por vias identitárias, que decide quem tem o privilégio da dúvida, quem merece ser ouvido, quem não precisa ser julgado para ser considerado culpado/culpada, quem deve ser privado de liberdade, qual a faixa etária das pessoas que o sistema carcerário quer absorver, quais são os corpos a quem os direitos humanos não precisam ser aplicados.

Ainda com base no INFOPEN de 2014, Juliana Borges organiza o “Sistema de Justiça Criminal Brasileiro em cores” (2019, p.89) onde:

84,5% dos juizes, desembargadores e ministros do judiciário são brancos, 15,4% negros e 0,1% indígenas; 64% dos magistrados são homens, 36% das magistradas são mulheres; 82% das vagas nos tribunais superiores são ocupadas por homens; 30,2% de mulheres já sofreram reação negativa por serem do sexo feminino; 69,1% dos servidores do judiciário são brancos, 28,8% são negros, 1,9% amarelos; 67% da população prisional é negra (tanto entre homens quanto entre mulheres); 56% da população prisional masculina é jovem, 50% da população prisional feminina é jovem. (Borges, 2019, p.89)

Esses dados evidenciam a interseccionalidade na estruturação do sistema prisional, pensado por determinados indivíduos interseccionados, para ser ocupado por outros seres interseccionados, e que se utiliza da efetivação de sentenças proferidas por sujeitos interseccionados.

O direito da população carcerária também vai se configurando interseccional e espacialmente, quando notamos o quantitativo crescente de mulheres no sistema prisional, a reprodução dos acessos dessas mulheres coletivamente vai sendo configurada para que a punição também tenha outros contornos.

⁹⁷ Lei n.º 10.639/2003.

⁹⁸ Lei n.º 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

⁹⁹ Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

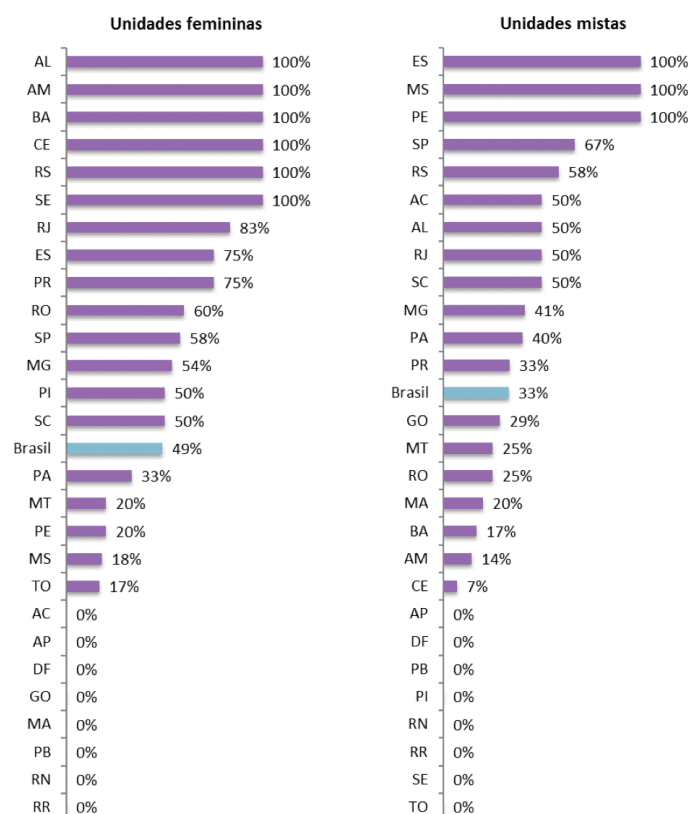
¹⁰⁰ A ascensão de negros e negras a bens de consumo veio casada com um aumento abrupto da violência sofrida por essa parcela da população como uma resposta sistêmica para que as desigualdades baseadas nas hierarquias raciais permaneçam. (Borges, 2019, p.113)

Mulheres presas tendem a ter quantitativamente menos visitas do que os pesos homens, como aponta a matéria intitulada “O que explica o abandono das mulheres encarceradas?”¹⁰¹ publicada pela Pastoral Carcerária¹⁰², que aponta como as mulheres são abandonadas ao entrar no sistema carcerário.

Isso se desdobra em como os atributos subjetivos são construídos diferentemente para homens e mulheres, como o discutido no capítulo 1. Além disso, espacialmente também temos uma formação que condiciona e reconfigura o acesso dessas mulheres aos direitos básicos, que conta com aspectos de visitação, ambientes para visita íntima, espaços equipados para atender mulheres gestantes, lactantes e seus bebês.

Ao tratar do local específico para visitação dessas mulheres presas, temos os seguintes dados do INFOPEN:

Figura 11: Percentual de estabelecimentos penais com local de visitação por Unidade da Federação



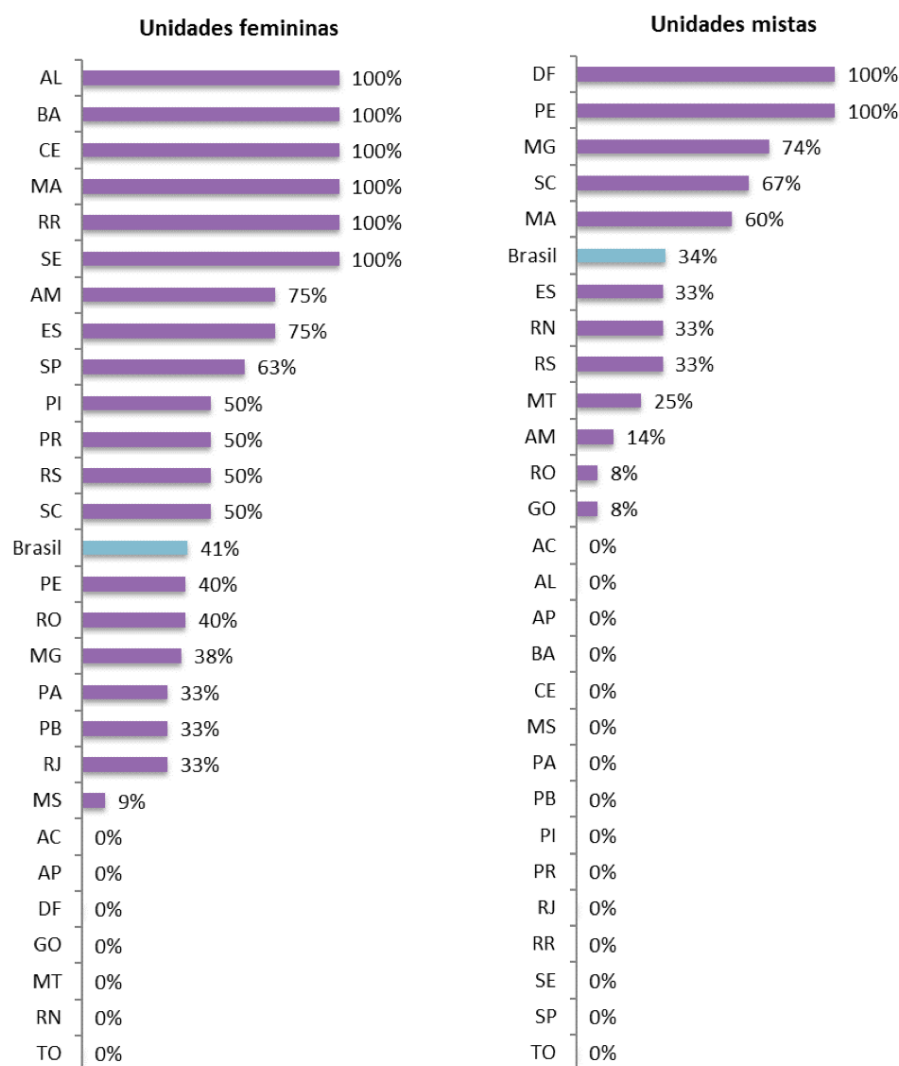
Fonte: Infopen, 2018

¹⁰¹Disponível em: <https://carceraria.org.br/mulher-encarcerada/o-que-explica-o-abandono-das-mulheres-encarceradas>. Acesso em 16 de jun. de 2025.

¹⁰² Organização religiosa com fim se levar ações humanitárias e religiosas para a população carcerária.

Os dados acima evidenciam como os estados configuram/condicionam espacial e estruturalmente os estabelecimentos penais a não receberem visitação para as mulheres presas. Quando o recorte é a visita íntima os dados se reconfiguram:

Figura 12: Percentual de estabelecimentos penais com local de visita íntima, por Unidade da Federação



Fonte:

Infopen, 2018

Essas estruturas construídas — ou não — resultam na distinta efetivação das visitas segundo o gênero, como mobilizam os dados abaixo:

Figura 13: Média de visitas por pessoa privada de liberdade, por Unidade da Federação e tipo de estabelecimento penal – Primeiro semestre de 2016

UF	Estabelecimento penal			Total
	Masculino	Feminino	Misto	
AC	4,9	0,0	0,9	3,9
AL	9,0	3,2	0,3	5,1
AM	15,0	2,0	4,9	11,3
AP	3,3	4,5	0,0	3,3
BA	4,4	13,8	18,1	10,7
CE	6,6	0,0	0,1	4,9
DF	10,0	0,0	11,3	10,1
ES	6,0	11,3	7,2	6,4
GO	4,5	0,0	8,1	5,7
MA	7,2	1,1	0,5	5,8
MG	11,3	9,7	9,4	10,5
MS	7,8	6,2	0,0	7,7
MT	6,1	12,0	13,8	6,6
PA	6,2	5,2	3,2	5,7
PB	9,5	0,8	0,0	8,8
PE	5,8	5,4	14,8	6,0
PI	4,9	4,4	26,1	7,3
PR	4,2	1,7	0,1	1,9
RJ	NI	NI	NI	NI
RN	4,5	0,8	0,0	2,8
RO	4,0	7,2	4,8	4,3
RR	NI	NI	NI	NI
RS	11,6	12,8	11,3	11,6
SC	6,5	7,3	7,3	6,7
SE	5,1	0,0	2,2	4,8
SP	8,1	6,2	1,6	7,9
TO	6,7	9,7	0,0	6,8
Brasil	7,8	5,9	5,9	7,4

Fonte: Infopen, 2018

As mulheres presas deslocam-se do imaginário social patriarcal de feminilidade, fragilidade, cuidado que lhes é embutido — tendendo a ser escalonado quando tratamos de mulheres negras, onde a humanização nem acontece — não lhes sendo conferido o direito a serem cuidadas pelos companheiros e familiares, elas traem os padrões esperados de feminilidade.

A gestação e a maternidade são fatores que vão moldar de forma mais específica ainda a experiência dessas mulheres no sistema carcerário, e o espaço novamente vai sendo produzido por intencionalidades que condicionam o acesso aos direitos reprodutivos dessas mulheres, como, por exemplo, os estabelecimentos que têm cela/dormitório adequado para gestantes, por Unidade da Federação:

Figura 14: Unidades que têm cela/dormitório para gestantes

UF	N	%
AC	1	33%
AL	1	33%
AM	2	18%
AP	1	100%
BA	1	14%
CE	1	3%
DF	1	100%
ES	4	57%
GO	5	10%
MA	1	17%
MG	3	3%
MS	4	33%
MT	1	11%
PA	2	25%
PB	3	60%
PE	3	50%
PI	0	0%
PR	1	14%
RJ	2	25%
RN	0	0%
RO	3	18%
RR	0	0%
RS	1	6%
SC	6	43%
SE	1	50%
SP	7	32%
TO	0	0%
Brasil	55	16%

Fonte: Infopen, 2018

Os dados acima podem ser complementados com os dados relativos às gestantes e lactantes presentes em unidades mistas ou femininas, como aponta a figura abaixo:

Figura 15: Mulheres gestantes e lactantes privadas de liberdade, por Unidade da Federação

UF	Quantidade de gestantes	Quantidade de lactantes	Gestantes em unidades que têm cela adequada	
			N	%
AC	12	6	2	17%
AL	3	4	3	100%
AM	25	3	1	4%
AP	1	2	1	100%
BA	5	2	2	40%
CE	13	10	13	100%
DF	7	18	7	100%
ES	17	13	10	59%
GO	14	4	4	29%
MA	6	7	6	100%
MG	63	34	34	54%
MS	34	18	21	62%
MT	5	4	1	20%
PA	15	17	14	93%
PB	14	11	12	86%
PE	25	6	23	92%
PI	0	0	0	0%
PR	32	24	22	69%
RJ	NI	20	NI	NI
RN	16	1	0	0%
RO	27	16	15	56%
RR	2	0	0	0%
RS	4	12	4	100%
SC	16	7	11	69%
SE	3	2	3	100%
SP	169	109	60	36%
TO	8	0	0	0%
Brasil	536	350	269	50%

Fonte: Infopen, 2018

Podemos notar que os espaços construídos para essas mulheres, não tem estrutura suficiente para atender as necessidades que o direito reprodutivo prevê, com apenas 50% das mulheres com o direito de uma cela/dormitório adequado garantido. O que esperar dos espaços produzidos para as filhas e filhos dessas mulheres? “Apenas 14% das unidades femininas ou mistas contam com berçário e/ou centro de referência materno-infantil, que compreendem os espaços destinados a bebês com até 2 anos de idade.” (Infopen, 2018, p.32)

Quando essas crianças passam de dois anos, a situação piora, como podemos ver nos dados por Unidade da Federação com as unidades prisionais com creche:

Figura 16: Estabelecimentos penais que têm creche, por Unidade da Federação

Unidades que têm creche			
UF	N	%	Capacidade de crianças
AC	0	0%	0
AL	0	0%	0
AM	0	0%	0
AP	0	0%	0
BA	0	0%	0
CE	0	0%	0
DF	0	0%	0
ES	1	14%	0
GO	0	0%	0
MA	0	0%	0
MG	1	1%	1
MS	0	0%	0
MT	0	0%	0
PA	0	0%	0
PB	0	0%	0
PE	0	0%	0
PI	0	0%	0
PR	1	14%	12
RJ	0	0%	0
RN	0	0%	0
RO	0	0%	0
RR	0	0%	0
RS	1	6%	23
SC	1	7%	0
SE	0	0%	0
SP	4	18%	36
TO	0	0%	0
Brasil	9	3%	72

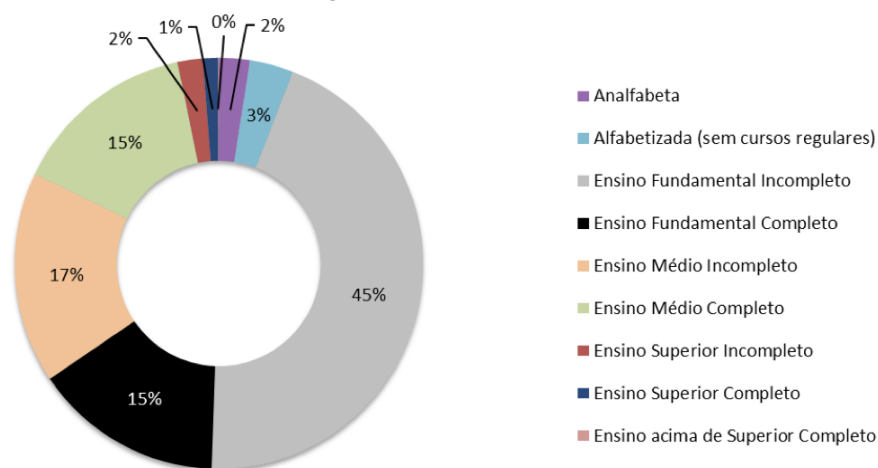
Fonte: Infopen, 2018

A partir da intersecção de idade dessas crianças podemos notar como o sistema vai se configurando para atender — ou não — essas crianças. O que reforça a negação institucional — antes feito pelo sistema escravista, atualmente pela nossa “democracia” — do direito de maternar, sendo diretamente correlacionado com a raça dessas mulheres presas, uma vez que apenas 37% das mulheres presas são brancas (Infopen, 2018), transformando a taxa de aprisionamento por 100 mil/hab. entre mulheres negras 22,4% maior do que entre mulheres brancas maiores de 18 anos.

Em relação aos estados, (Infopen, 2018) apenas o Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina têm taxas menores de 50% no aprisionamento de mulheres negras, contando com taxas de 33% (PR), 30%(RS) e 38%(SC).

Ao cruzar os dados com os índices de escolarização dessas mulheres temos:

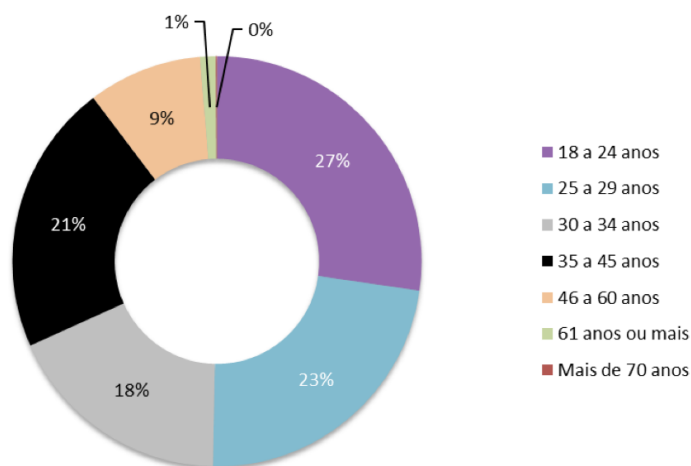
Figura 17: Escolaridade das mulheres privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Infopen, 2018

A partir dos dados acima, temos cerca de 82% de presas que não concluíram a educação básica, reforçando os argumentos de que quanto maior a evasão no período escolar, maior a probabilidade de ingressar no sistema carcerário brasileiro, pela falta de acesso à educação, informações, direitos reprodutivos e sexuais, condições dignas de moradia, empregos dignos, para manter a vida de suas mães, filhos e demais familiares (Borges, 2019), agravado pelo fator racial e etário, como demonstra a figura abaixo:

Figura 18: Faixa etária das mulheres privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Infopen, 2018

Os dados comprovam que metade das mulheres encarceradas têm menos de 30 anos.

Essa dinâmica reforça como o espaço é resultado das intencionalidades que estruturam a sociedade brasileira, como o país pode ser cartografado a partir dos sujeitos interseccionados pelas vias identitárias, e que esse processo é importante para pensarmos políticas de acesso a direitos.

As necessidades das pessoas que compõem o sistema carcerário não são as mesmas, e podemos pensar de forma menos abstrata quando interseccionamos gênero, raça, idade, entre outras vias identitárias¹⁰³.

A seguir, tentaremos mobilizar a práxis interseccional potencializadamente, pelas vias das ações dos movimentos sociais.

3.2 Movimentos Sociais e as contribuições para pensar internacionalmente a luta por direitos internacionalmente no Brasil

Nesta parte do trabalho quero tensionar a discussão que já foi feita para mostrar como a interseccionalidade pode ser uma ferramenta potencializadora em busca por justiça social, aqui apresentarei movimentos e mobilizações

¹⁰³ O documento gerado pelo Infopen (2018) apresenta dado que não foram apresentados neste trabalho, mas que também contribuem para a análise interseccional do sistema carcerário. Dados relativos à ocupação dessas mulheres presas, direito a saúde, mortalidade, direito a trabalho, direito a educação, tempo de pena, pessoas estrangeiras aprisionadas, estado civil, pessoas com deficiência. O exercício aqui não era exaurir as possibilidades de análise do documento, mas trazer dados para a mobilização da interseccionalidade no sistema carcerário.

sociais nas quais as diferenças identitárias levantam questões de luta que fortalecem os coletivos, afinal, a intenção aqui é mostrar como a intersecção entre as vias não é só uma ferramenta de diagnóstico que posiciona o(s) sujeito(s).

Aqui vamos permear como algumas pautas são reivindicadas por determinados grupos, e como as dinâmicas interseccionais são uma potência para que os sujeitos de direitos gozem plenamente, sem que os direitos sociais sejam tratados como um instrumento de barganha entre os marginalizados de tal maneira que a estrutura social que produz as subjetivações não se altere.

Partindo da questão racial negra brasileira, estamos no processo — lento — de lutar para que os sujeitos racializados sejam humanizados, cidadãos plenos, e aqui a luta não é apenas pela inclusão¹⁰⁴ de pequenas amostras dessa população racializada em espaços de poder, mas desmontar um sistema baseado na raça social (Munanga, 2004) como critério para discriminar/segregar/escravizar pessoas.

No movimento de substancializar a racialização da classe social no Brasil, podemos citar aspectos culturais (Sodré, 2023) que moldam a experiência coletiva, com processos de subjetivação regulatórios, que podem ser analisadas sensorialmente, pelas manifestações do racismo, efetivado pelo poder epistemológico que engendra o racismo científico estruturalmente heterogênea a depender da forma que o capitalismo vem se desenvolvendo na periferia, isso mantém o imaginário da raça na base da classe social do Brasil.

Essa institucionalização do racismo, segundo Maria Batista Lima (2013), desmotiva os jovens criando subclasses, é camuflado, afeta os sujeitos mesmo quando os racistas não estão por perto, coloca as empresas para operar com bases racistas mesmo que não admitam, e apresentam a importância de ações afirmativas.

Além disso, no Brasil, o racismo para a autora (Lima, 2013) teria quatro bases de repetição: a autoria — por envolver alguém-, a ambiguidade — por mudar a forma-, a irresponsabilidade — por negar direitos-, e a oralidade — por desacreditar o indivíduo racializado-. Estas bases imbricariam em segregação, discriminação racial e preconceito racial.

¹⁰⁴ Entrar nos espaços de poder não significa garantia de poder para uma ação radical contra o sistema.

A autora¹⁰⁵ retrata que a assimilação das culturas e a miscigenação seriam as escolhas de teóricos racistas para lidar com a população racializada do país, enquanto em outros países, o percurso foi o processo de apartamento dessa população.

Isso contribuiu para que a população racializada fosse compreendida como um grupo monoétnico, essa “massa homogênea” seria então parte constituinte de um país que aparentemente unificaria a população - mesmo que por tentativas de aculturação-, e os movimentos de luta contra essas opressões também se encaminhará desconsiderando as diversidades entre os sujeitos¹⁰⁶.

A racialidade brasileira deve ser analisada pelas suas dinamicidades que se alteram em africanidades brasileiras em/pós diáspora, as identidades¹⁰⁷ vão sendo forjadas em associações/diferenciações de si com outros sujeitos/grupos (Lima, 2013).

No Brasil, o primeiro movimento com extensa influência foi a Frente Negra Brasileira (1931-1938), que mobilizou entidades¹⁰⁸ de assimilacionismo¹⁰⁹ e práticas culturais (Gonzalez & Hasenbalg, 2022), o que era impulsionado pelo trabalho militante da imprensa negra atuante na cidade de São Paulo, mesmo lugar onde temos o berço da inserção capitalista do sujeito racializado, concomitante a interrupção da imigração europeia no mandato Vargas.

O período de 1945 a 1948 é marcado pelas redefinições e implantações das demandas advindas da comunidade negra (Gonzalez; Hasenbalg, 2022, p.24), em 1964 o golpe desarticula a intelectualidade elitizada negra e uma integração capitalista das entidades de massa.

¹⁰⁵ (Lima, 2013)

¹⁰⁶ Para isso, destaco a importância das diferenças entre os sujeitos/grupos sociais para uma positivação integral em diferentes âmbitos.

¹⁰⁷ “[...] elementos políticos e históricos, construídas a partir do passado de escravizados e nos dias atuais com os repertórios de base africana [...]” (Lima, 2013, p.41)

¹⁰⁸ Pequenas organizações marcadas no período pós-abolição, onde existia a junção do movimento abolicionista, agrupamentos negros culturais e a sociedade de ajuda e alforria, com intencionalidade de delimitar social e legalmente a existência do sujeito negro, definição construída por Hamilton Cardoso em:

Cardoso, Hamilton. *Rebeliões da Senzala*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

¹⁰⁹ Onde as culturas “subalternizadas” ao entrarem em contato com a cultura dominante, abandonariam suas práticas para adotarem do grupo que pratica a dominação com esses grupos.

Segundo Gonzalez e Hasenbalg (2022), o golpe nos ajuda a entender os motivos pelos quais a frente negra brasileira formasse os setores mais atrasados do operariado paulista, além do racha interno que levou a Frente Negra Socialista a fazer oposições políticas, que leva ao seu próprio fechamento como partido político.

O que se desdobra também em um posicionamento mais político da frente do movimento que se dedicava aos âmbitos culturais, que encontraram brechas mais evidentes no pós-Estado Novo (Gonzalez e Hasenbalg, 2022, p.23).

A intelectualidade branca progressista se une com as demandas raciais mais marcadamente no período entre 1945 a 1948 (Gonzalez e Hasenbalg, 2022), e a classe média branca entranha as escolas de samba, produzindo um afastamento das ocupações e das demandas trazidas no corpo de uma manifestação cultural intrinsecamente racializada como o carnaval, se tornando cada vez mais lucrativa e branca.

Já na década de 1978 temos o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial dando seus primeiros passos, e atualmente, podemos conferir ao movimento tanto caráter educador (Gomes, 2017) quanto emancipador de sujeitos políticos, com ações que formam com base nos critérios da educação formal, e com base nas demandas sociais que moldam as especificidades do viver negro no Brasil.

Conquistas políticas legais como as políticas de cotas, a banca de verificação contra fraudes nas cotas, a lei do 10639/2003¹¹⁰, produção cultural com foco nos saberes étnico e racialmente produzidos, e reivindicações massivas¹¹¹ contra a violência institucionalizada.

E por mais que o ser negro não seja produzido em si, mas na dinâmica relacional com grupos de poderes hegemônicos que produzem a racialidade negra, a identidade é uma ferramenta importante para o trilhar acadêmico, político e social pela luta por justiça social.

Essa luta do movimento negro nunca será vitoriosa efetivamente enquanto as mulheres continuarem passando por um processo de

¹¹⁰ Tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas os níveis escolares, nos níveis fundamental e médio em instituições públicas e particulares.

¹¹¹ Como exemplo, trago o movimento das mães de 2006 que luta por justiça pelas mortes via mão armada do Estado, - a polícia.

marginalização pela via do gênero, o movimento feminista política e historicamente comprometido com a justiça social tem em vista a necessária reparação das políticas racistas para a concreta implosão do patriarcado.

As mulheres jamais serão efetivamente sujeitas de direito enquanto as suas irmãs com deficiência sofrerem uma imputação da deficiência no seu próprio corpo, quando a produção do espaço for meramente pensada para atingir as demandas de pessoas que atendam determinados padrões de capacidade.

As pessoas com deficiência não serão plenamente sujeitas de direito enquanto a sexualidade for um critério que produza exclusão social, enquanto as identidades de gênero forem usadas como parâmetro de necropolíticas interseccionais (Mbembe, 2018).

Por mais que as identidades tenham um grande elemento subjetivo, elas também são resultados da materialidade-corpo onde essa subjetividade apresenta seus lastros materiais.

Os movimentos de conservadores compreendem as identidades, e a utilizam como ferramentas de manutenção da ordem vigente de exercício de poder, negar as identidades não nos fará mais progressistas, mas contribuirá para a manutenção de movimentos sociais desarticulados e desterritorializados, quando levamos a identidade como fator de relevância.

Compreendermos que o espaço é produto e produtor das mazelas sociais, como uma forma meramente teórica impede de responsabilizar os sujeitos produtores desse espaço de lidar com o produto das suas próprias dinâmicas.

Onde quero caminhar com isso, esse espaço/produto é capacitista, sexista, racista, xenofóbico, homofóbico, gordofóbico e etc. Como poderia “ser” quando nos referimos a uma “coisa”?

A intenção não é criar uma prosopopeia espacial, mas é encontrar no espaço geográfico, uma característica que normalmente não é atribuída, mas que é pertinente quando o exercício intelectual não é a individualização das demandas sociais, mas a coletivização.

Neste processo perceberemos que as demandas sociais, são demandas espaciais¹¹², a luta das pessoas com deficiência coletiva e emancipatória, por exemplo, compreende a deficiência como uma demanda socio-territorialmente produzida, ou seja, um indivíduo só irá “apresentar” uma deficiência física/motora, quando o espaço produzido reproduzir a deficiência, o impedindo de se locomover, espaço esse, que pensado por/para pessoas com outras capacidades físicas, não entende as escadas como uma reprodução social e espacial do capacitismo¹¹³.

A geografia crítica caminhando no movimento intelectual de evidenciar e analisar as demandas da década de 1970/80 ao lado do materialismo histórico e dialético, tenta construir uma ciência engajada com a luta de classes, e a crítica ao capitalismo, podendo gerar uma política de esvaziamento da diferença na tentativa de ser universalista (Abramowicz et al., 2011).

Contudo, o neoliberalismo, além de produzir as subjetividades, comercializa os territórios (Abramowicz et al., 2011), mantendo a segregação socioespacial fundamentalmente identitária.

Essas identidades se relacionam com a formação socioespacial brasileira que geram uma espacialização segregada, analisável com critérios identitários, como a racialização da população das favelas, a composição significativa de populações trans e travestis nos postos de prostituição, a feminilização do espaço doméstico, e assim por diante¹¹⁴.

A intenção não é destrinchar todos os movimentos sociais, nem apontar as fragilidades ou rachas internos, mas apontar que todos lutam para a emancipação que respalda a população brasileira como sujeito de direitos. No entanto, nenhum grupo que eticamente “caberia” nas caixas de cada movimento social se trata de uma massa homogênea. Então, o que me interessa contribuir é que haja quantos movimentos houver, nenhum deles

¹¹² Isso pode ser mais palpável quando pensamos em movimentos socioterritoriais como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e afins.

¹¹³ O Modelo Social de interpretação da deficiência “Trata-se de uma abordagem que não se baseia nos códigos de identificação de doenças, nas limitações físicas, intelectuais, sensoriais e nas enfermidades psíquicas que acometem uma minoria e que provocam desigualdades de todo nível, ignorando o fator social, o papel do meio em todas as suas expressões (físicas, comunicacionais, atitudinais e outras).” (Mantoan, 2017, p.40)

¹¹⁴ Fenômenos que podem/devem ser interseccionados entre si e com demais vias identitárias.

alcançará emancipação se não se associar às intersecções das negações de direitos reivindicadas por outros movimentos sociais.

E limitar as pessoas a levantarem bandeiras com base nas identidades social e politicamente construídas pode gerar a não integração de pessoas que estariam totalmente vinculadas com as demandas de determinadas manifestações.

O movimento negro não caminhará efetivamente longe da luta pelo fim do capitalismo, pela luta contra a opressão de gênero, contra a LGBTfobia, contra o capacitismo, contra a xenofobia, a intolerância religiosa, e assim por diante.

A interseccionalidade é uma ferramenta que permite vislumbrar os meandros abandonados para analisar o curso hídrico da sociedade atual, do mesmo modo que nossos rios nos ensinam a mover-se. Eles apontam os caminhos que foram necessários tomar para o caminho atual ser trilhado. Reconhecer o passado nos permite olhar para o futuro com a tranquilidade de que estamos lutando para levarmos nossos corpos para a vitória do presente.

O pavoroso identitarismo que assombra a esquerda já vem sendo apropriado por grupos conservadores com o objetivo de manter estruturas de marginalização, preconceito, fome, violência e outras formas de opressão. No entanto, é preciso compreendê-lo de outra maneira: como uma identificação dinâmica de pautas distintas que compartilham um mesmo horizonte — a justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA DE BUSCA POR JUSTIÇA SOCIAL EFETIVA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Que essa pele marrom
Suba o tom se for preciso
Muito além dessa dor
Bem mais amor
Eu sei pelo que brigo
(Jotapê)

Na tentativa de apontar a importância da interseccionalidade associado ao pensamento geográfico para analisarmos a realidade, essa dissertação ainda engatinha nas possibilidades de destrinchar essas discussões.

Sigo nas minhas práticas discentes e docentes encontrando possibilidades de pensar com os meus, e produzir pelos meus, pelos que vieram e os que ainda hão de vir.

Chegar a este momento da escrita é também chegar a um ponto de travessia. Esta dissertação não é apenas um exercício acadêmico, mas o resultado de um percurso que me atravessa como sujeita, pesquisadora, educadora, mulher, trabalhadora e parte das múltiplas camadas que compõem a própria realidade que analisei. Ao longo desta caminhada, procurei compreender como as intersecções entre gênero, raça e classe estruturam não apenas o sistema prisional, mas o próprio território e como o espaço é produzido e vivido em países como o Brasil, inseridos na lógica do capitalismo dependente.

Mobilizar a interseccionalidade como perspectiva teórico-metodológica foi, para mim, um compromisso ético e político com uma ciência recusada à neutralidade. Utilizei-a como lente para analisar as estruturas que sustentam o encarceramento em massa de mulheres negras e pobres, cujos corpos e trajetórias são sistematicamente alvos de políticas de punição, invisibilidade e silenciamento. A análise se ancorou também na compreensão do espaço geográfico como instância de mediação das contradições sociais, conforme propõe a geografia crítica, especialmente nas contribuições de Milton Santos.

Com apoio em autoras como Ângela Davis, Juliana Borges e Kimberlé Crenshaw, procurei desnaturalizar os mecanismos seletivos do sistema de justiça criminal, evidenciar sua continuidade com os regimes coloniais e escravocratas, e ressaltar a urgência de compreendê-lo como produto e produtor das desigualdades estruturais. A interseccionalidade, compreendida aqui em sua dimensão estrutural, revelou-se não apenas uma chave de leitura, mas uma ferramenta política para pensar o território como lugar de disputa, exclusão e, também, de resistência.

No entanto, ao chegar até aqui, reconheço que esta pesquisa está longe de encerrar o debate. Pelo contrário, ela me impulsiona a fazer perguntas que continuam ecoando em mim — perguntas que carregam a potência de abrir outros caminhos e que desejo compartilhar como sugestões para futuras investigações:

- Como construir uma proposta teórico-metodológica interseccional que possa servir de base para outras análises geográficas da realidade social, mantendo o enraizamento contextual e o compromisso político com a transformação?
- Quais são os desdobramentos interseccionais da formação socioespacial brasileira em instituições além do sistema carcerário, como o sistema de saúde, o acesso à terra, a mobilidade urbana, a educação, entre tantos outros?
- De que forma as ações individuais, ainda que cotidianas e nem sempre silenciosas, constituem os alicerces de movimentos sociais identitários e dão substância às práticas de resistência coletiva?
- Quais são as possibilidades reais de inserção da análise interseccional na formulação e avaliação de políticas públicas, e como evitar que esse conceito seja capturado por narrativas institucionais vazias de compromisso ético?
- Qual é o limite do indivíduo pesquisador ao se inserir em uma pesquisa da qual também faz parte enquanto sujeito? Como delimitar o lugar da experiência sem apagar a necessária crítica estrutural?

- Como os limites da interseccionalidade sistêmica — ancorada nas realidades do Norte Global — podem ser pensados a partir das proposições da perspectiva construtivista na formação social da América Latina, marcada por colonialismos históricos e por um capitalismo dependente que opera de modo específico?

Essas perguntas não são apenas intelectuais, mas profundamente situadas. Elas nascem do incômodo, da urgência e da necessidade de seguir produzindo uma geografia crítica que abrace o dissenso, o conflito e a complexidade das existências plurais que habitam os territórios. Sigo com a certeza de que pensar com o corpo, com a experiência e com os saberes que emergem das margens é, em si, um ato de recusa à neutralidade epistêmica e um gesto de afirmação de outras formas de fazer ciência.

Essa é, portanto, uma despedida provisória — que mais do que concluir, abre frestas para continuar pensando, sentindo, lutando, aprendendo enquanto ensino, ensino enquanto aprendo como nos rememora (Freire, 1996) e lutando por direitos unindo a partir do que nos diferencia, pois negar a existência das diferenças é como acreditar em abolição da escravidão por princípios humanitários, ou em direitos sociais adquiridos por mero bom senso dos que detém poder.

Com isso, reitero que as vias identitárias que nos diferencia, nos possibilita relações de produção e vivências totalmente distintas com o espaço geográfico, e que a luta socialmente produzida, só alcançará resultados efetivos quando aprendermos a nos unir, sem abster nossas diferenciações físicas, psicológicas, sociais, raciais, de gênero, de sexualidade, de nacionalidade, de etnia, de classe e assim por diante.

Como nos lembra Juliana Borges:

Por mais que políticas sociais tenham realizado mudanças robustas no acesso e na vida da população negra brasileira, é possível enxergarmos como as estruturas racistas se reordenam para que, estruturalmente, pouco se modifique. A falta, portanto, de uma perspectiva interseccional na formulação de políticas públicas é um fator decisivo. (2019, p.111)

Equidade não funciona se trabalhamos com a população de forma homogênea. Pessoas diferentes têm necessidades diferentes, e que a geografia sirva como terreno fértil para o poder epistêmico ser pensado e mobilizado pelo povo e com o povo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWICZ, Anete; Rodrigues, Tatiane Cosentino; Cruz, Ana Cristina Juvenal da. A diferença e a diversidade na educação. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 2, p. 85-97, 2011.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.
- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*. 4. ed. San Francisco: Aunt Lute Books, 2015.
- ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). *Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. Brasília: ANTRA; Distrito Drag, 2024.
- BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BOAVENTURA de Sousa Santos. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
- BORGES, Juliana. Encarceramento em massa. São Paulo: Pólen Livros, 2019. (Feminismos Plurais)
- BRASIL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – *Infopen Mulheres*, 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional, 2018. Disponível em: https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 jan. 2003.
- BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 jan. 2004.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 ago. 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 90, p. 37, 14 maio 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRAH, Avtar. *Cartografías de la diáspora: identidades en cuestión*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2001.

BORGES, Rosane da Silva. *Sueli Carneiro*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2009. 104 p. (Coleção Retratos do Brasil Negro). ISBN 978-85-87478-368.
CARDOSO, Hamilton. *Rebeliões da Senzala*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. *Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução livre do título: *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. Boitempo Editorial, 2022.

COGGIOLA, Osvaldo. Marxismo e classe operária na atualidade. Estudos. Revista do Centro de Estudos do Terceiro Mundo, n. 41, p. 31-43, 1994.

DAVIS, Angela Y. *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 2020.

DAVIS, Angela Y. *Mulher, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOS SANTOS, Theotonio. Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Insular Livros, 2020.

EUGÊNIO, Josieane; SILVA, Alex Sander. “Os professores não sabiam o que fazer comigo!”: reflexões interseccionais de uma mulher negra com deficiência. Educação em Revista. Marília, v.23, n. 1, p. 27-42, 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2003. (Obra original publicada em 1933.)

GOMES, Nilma Lino. *Educação para a igualdade racial: currículo, conhecimento e ação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GOMES, Nilma Lino. *Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ERIVO, Cynthia. *Stand up*. In: Trilha sonora do filme Harriet. [S.l.]: Universal Music Group, 2019.

GONZALEZ, Lélia; Hasenbalg, Carlos. *Lugar de negro*. 1. ed. São Paulo: Zahar, 2022.

LIMA, Maria Batista. Identidade étnico/racial no Brasil: uma reflexão teórico-metodológica.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HENNING, Paula. Interseccionalidade em movimento: a trajetória do conceito no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 965–986, 2016.

HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca. Marcadores Sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções. In: SOUZA, Valéria Alves de; TANIGUTI, Gustavo T.; TIRIBA, Thais Henriques; ESCOURA, Michele; LOTIERZO, Tatiana; HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca; WICHES, Camila A. de Moraes. Marcadores Sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções. Goiânia: Imprensa Universitária, 2019. Cap. 1. p. 20-54. Coleção Diferenças.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEONARD, Annie. *A história das coisas*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LIMA, M. B. Identidade étnico/racial no Brasil: uma reflexão teórico-metodológica. *Revista Forum Identidades*. Ano 2, vol. 3. p. 33-46. jan-jun., 2008.

MANTOAM, Maria Teresa Eglér. Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições. *Inclusão Social*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 37-46, jan./jun. 2017.

MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Editora Era, México, 1990 (p. 1-28).

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEIKSINS Wood, Ellen. *Capitalismo e emancipação humana: raça, gênero e democracia*. In: *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 226–242.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ideologias geográficas. Hucitec, São Paulo, terceira edição, 1996.

MORAES, A. C. R. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

MOREIRA, Adilson José. *Racismo Recreativo*. 1. ed. São Paulo: Pólen Livros / Jandaíra (Coleção Feminismos Plurais), 2019. 224 p. ISBN 978-85-98349-70-1.

MOREIRA, Adilson. *Racismo Recreativo*. São Paulo. Jandaíra, 2020, p.232.

MOREIRA, Ruy. O que é Geografia. Brasiliense, 2017.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoidentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

Movimento Mães de Maio. *Site oficial*. Disponível em: <https://maesdemaio.org.br/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2021. 191 p. (Coleção Feminismos Plurais). ISBN 978-65-8711-336-4.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. *A invenção das mulheres: uma perspectiva africana sobre os discursos ocidentais de gênero*. Salvador: Edufba, 2021.

CEDRA. Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais. Indicadores educacionais. Disponível em: <https://plataformacedra.org.br/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

PEREIRA, Marcelo Garrido. Conhecer e aprender o espaço: considerações prévias a um processo de intervenção pedagógica. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. Temas da Geografia na escola básica. Campinas: Papirus, 2013. Cap. 8. p. 199-217.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

PRZYBYSZ, Juliana; SILVA, Joseli Maria. Espacialidades e interseccionalidades na vivência de mulheres prostitutas mães na cidade de Ponta Grossa-PR. *GeoUSP – Espaço e Tempo (Online)*, v. 21, n. 2, p. 570–585, 2017. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.117719. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/117719>. Acesso em: 15 jun. 2025.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODNEY, William. Apropriação cultural. São Paulo: Jandaíra, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Vozes, 1976.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Sérgio Coutinho dos; KABENGELE, Daniela do Carmo; MONTEIRO, Lorena Madruga. Necropolítica e crítica interseccional ao capacitismo: um estudo comparativo da convenção dos direitos das pessoas com deficiência e do estatuto das pessoas com deficiência. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 12, n. 2, p. 543–567, 2022. Disponível em: <https://www.rbppe.org.br/index.php/rbpp/article/view/746>. Acesso em: 9 jun. 2025.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de geografia*, n. 54, p. 81_100-81_100, 1977.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. 2005.

SANTOS, Milton. O trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo. 5. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. 136 p. Tradução de Sandra Lecioni.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021. 136 p. 3. reimp

SANTOS, Thiago Araujo. MARXISMO E CAMPESINATO: abordagens teóricas sobre a “classe incômoda” MARXISMO Y CAMPESINADO: enfoques teóricos sobre la “clase incómoda”. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 11, n. 24, p. 46-69, 2016.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: contrato y status en la etiología de la violencia*. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

SILVA, Joceli da. *Geografias subversivas: outras narrativas sobre o espaço, a educação e a diferença*. Curitiba: Appris, 2020.

SODRÉ, Muniz. *O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional*. Petrópolis: Vozes, 2023.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

WILLIAM, Rodney. Apropriação cultural. Jandaíra, 2020, p.208.

WOOD, Ellen Meiksins. Capitalismo e emancipação humana: raça, gênero e democracia. In: WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico* (p. 226-242), 2003.